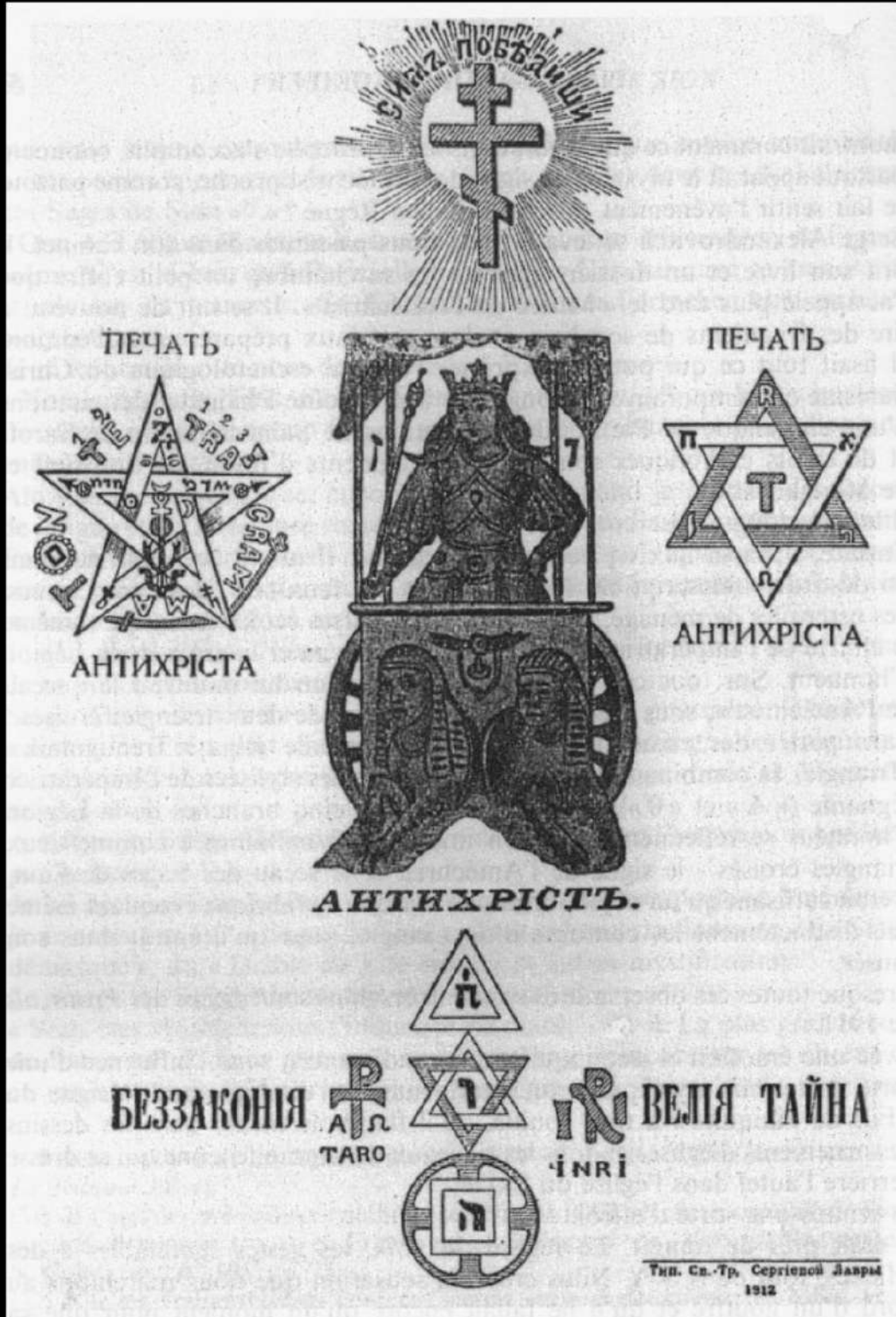


AKEDIA

Versões, Negligências e Outros Mundos



• JOURNAL •
AKEDIA

Versões, Negligências e Outros Mundos

• JOURNAL •
AKEDIA
Versões, Negligências e Outros Mundos

 Search

Find content you can share, use and remix

Volume 16 – ano IX – 1º & 2º sem. 2024

O ACERVO DE PUBLICAÇÕES DA AKEDIA É REGIDO PELA LICENÇA CREATIVE COMMONS – ATRIBUIÇÃO 4.0 INTERNACIONAL



GRUPO de pesquisa SOCIEDADE, IMAGENS E CULTURA
(SIC)

Revista AKEDIA – Versões, Negligências e Outros Mundos

p - ISSN 2447-7656 e – ISSN 2674-2561 DOI 10.33726 – Volume 16 – Ano X – 1º & 2º Sem. de 2024

JOURNAL
AKEDIA

Versões, Negligências e Outros Mundos

MPEDUCACIONAL

AKEDIA – VERSÕES,
NEGLIGÊNCIAS E
OUTROS MUNDOS

VOLUME 16 – ANO IX – 1º & 2º SEM.

PRODUÇÃO E DIFUSÃO DO
CONHECIEMENTO
ESTUDOS FILOSÓFICOS INTERSEMIÓTICOS

RIO PRETO – SP / FRUTAL – MG
2024

Revista AKEDIA – Versões, Negligências e Outros Mundos

p - ISSN 2447-7656 e - ISSN 2674-2561 DOI 10.33726 – Volume 16 – Ano X – 1º & 2º Sem. de 2024

TEXTO AKEDIANO PARA ESTE VOLUME

Neste volume 16, reiteramos em nossos textos, os elementos precursores de um dos conceitos associáveis ao termo AKEDIA, vocábulo que compõe o nome de nosso periódico. No presente caso, a palavra *Acédia* (do Francês), retrata uma ideia que “indica a situação da mente oprimida por uma indisposição, cujas nuances incluem desgosto pela vida, tédio, desânimo, preguiça, sonolência, melancolia, náusea, relutância, tristeza, desmotivação.

A acepção de AKEDIA ou *Acédia* aqui retomada, expressa também um modo desse sentimento. Assim, o sentimento de AKEDIA ou de *Acédia* torna o seu personagem, vítima de vários medos (por exemplo, de doenças mais imaginárias do que reais), sensação de ineficácia no trabalho, postura intolerante ou inócua em apoiar "os outros", impotência para controlar os pensamentos que invadem sua alma e o levam ao desânimo, a uma tal insatisfação consigo mesmo, que o sujeito, alvo de *Acédia* até se pergunta, se já não perdeu tudo em sua vida.

Daí, é que nisso, o sentimento de AKEDIA pode se tornar um verdadeiro estado depressivo (o Catecismo da Igreja Católica o define como "uma forma de depressão, devido ao relaxamento do ascetismo, ao declínio da vigilância, à negligência do coração") em que o homem é tentado a reduzir a nada sua vida passada (quebrando o vínculo matrimonial ou abandonando os votos religiosos ou, em qualquer caso, "mudando" disso para aquilo) ou até mesmo se matando". Sobre a AKEDIA ou *Acédia*, neste sentido, Isaac de Nínive sugere que ela "faz o gosto do inferno" (*Les mots de la spiritualité*. By Enzo Bianchi: Paris, 2000. Disponível em: <https://monasterodibose.it/fr/priere/lexique-spirituel/404-acedia>).

Já, em sua vertente marxista, a acepção akediana milita na seara progressista, democrata, no espectro político localizado mais à esquerda, posto que seus postulados se difundem, por meio de uma narrativa que cria uma câmara de eco de vitimismo nas pessoas. Isto é, a *Acédia* fala ao seu público diretamente naquilo que as confirma em suas carências sociais, em seus deságios culturais, nas suas fraquezas emocionais, prometendo supri-las com a criação de legislação favorável, com a concessão de benemerências, paternalismos que, em última análise, acabam por constituir um enorme contingente de audiência passiva e de fácil condução.

(Marcelo Pessoa – Editor-Chefe)

Conselho Editorial & Consultivo / Members of the Council

Dr. Carlos Eduardo Falavigna da Rocha (USP – Universidade do Estado de São Paulo – SP). Instituto de Biociências – Depto. de Zoologia, Cidade Universitária

Dr. Fábio Akcelrud Durão (UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas – SP. Depto. Teoria Literária, Cidade Universitária Zeferino Vaz)

Dr. Dionísio Vila Maior (UAL – Universidade Aberta – Lisboa, Portugal)

Dra. Susanna Busato (UNESP – Universidade Estadual Paulista, Rio Preto – SP)

Dr. Frederico Augusto Garcia Fernandes (UEL – Universidade Estadual de Londrina, Londrina – PR)

Dr. Rodrigo Ney Millan (UEMG, Frutal – MG)

Dr. Allynson Takehiro Fujita (UEMG, Frutal – MG)

Dra. Cintia Camargo Vianna (UFU – Universidade Federal de Uberlândia, Campus Santa Mônica – MG)

Dr. Marcelo Pessoa (UEMG – Universidade do Estado de Minas Gerais, Frutal – MG)

Dr. Jorge Pedro Sousa (Universidade Fernando Pessoa, Porto, Portugal)

Dr. Massimo Di Felice (USP – Universidade do Estado de São Paulo; ECA – Escola de Comunicação e Artes – Cidade Universitária – SP)

Dra. Jociene Carla Bianchini Ferreira (UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso, Barra do Garças – MG)

Dr. André Vinicius Martinez Gonçalves (IFG – Instituto Federal de Goiás, Formosa – GO)

Pareceristas Permanentes / Permanent Reviewers

Dr. Ricardo Cambraia Parreira (UFGO, Campus II)

Dra. Aida Franco de Lima (UNEMAT)

Dra. Olena Kovalek (AFA – Academia da Força Aérea)

Dr. Eder Ângelo Milani (UFGO, Campus Samambaia)

Dra. Daniela Soares Portela (Anglo – Sistema de Ensino)

Dr. Frederico Thales de Araújo Martos (UEMG, Frutal)

Dr. Isaar Soares de Carvalho (UEMG, Frutal)

Dr. Levi Henrique Merenciano (UEMG, Frutal)

Dr. Marcelo Pessoa (UEMG, Frutal)

Dr. Wisley Moreira Farias (UEMG, Frutal)

Equipe de Revisão Final de Normas e de Linguagem / Final Standards Team

Dr. Marcelo Pessoa, Boss Editor, BRAZIL

Ariane Moraes – Depto. de Marketing, BRAZIL

Paulo Lara Galvão Filho – Consultor Relações Internacionais, EUA

Yago Patranis – Assistente Editorial, INDIA

Paulo Henrique Pedro – Informata, BRAZIL

Revisão de Diagramação e Arte / Review of Diagramming and Art

Dr. Marcelo Pessoa, BRAZIL

Editor-Chefe / Boss Editor

Prof. Dr. Marcelo Pessoa

Créditos de Capa

- Ilustrativa: *Os Protocolos dos Sábios de Sião*. Disponível em:

https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:1912ed_TheProtocols_by_Nilus.jpg

(Acesso em 31/12/2023, às 18h07min).

Impressão por demanda do volume 16 / On-demand printing vol. 16

MPEducacional & AKEDIA Books

Periódico Nacional Indexado por / National Journal Indexed by

Ulrich's – Proquest International Indexer Journal

Google Scholar

Diadorim/IBICT

Latindex

Orcid Connecting Research and Researchers

Researcher Id

Claryvate Analytics

Crossref Foundation

Periódico Licenciado e também Indexado por / Licensed Journal

Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional

Editor Corporativo / Corporate Editor

Revista AKEDIA – MPEducacional & Grupo SIC – UEMG / CNPq

P475p Pessoa, Marcelo

Produção e Difusão do Conhecimento. Estudos Filosóficos Intersemióticos e suas linguagens. / Marcelo Pessoa (org.) -- Frutal, dezembro, 2024.

103 p. f.: il., (vol. 16, ano X, 1º & 2º semestres, 2024).

p - ISSN 2447-7656 e – ISSN 2674-2561 DOI 10.33726

1. Produção científica. 2. Homem. 3. Cultura. 4. Sociedade I. Pessoa, Marcelo.
II. UEMG / CNPq. III. Título.

CDU 008

EDITORIAL PARA O VOLUME 16 VISÃO INTERDISCIPLINAR

É com grande satisfação que, neste mês de dezembro de 2024, divulgamos o volume 16 da “Revista AKEDIA: Versões, Negligências e Outros Mundos”.

Concebida originalmente, na segunda metade do ano de 2015, para que fosse uma publicação impressa, esta mídia científica, alinhada às demandas técnicas de seu tempo, rapidamente passou a integrar repositórios digitais como o do *site* da UEMG – Universidade do Estado de Minas Gerais, Unidade Frutal, sendo logo, em 2016, embarcada no seu próprio sítio, via plataforma “wix.com” e, a partir daí, com domínio próprio: revistaakedia.com.br.

Nesta condição, fez-se eletronicamente reger pelo sistema *open access* ao leitor e, quando em modal impresso, o faz, somente emitido sob demanda, atendendo a questões ecológicas, evitando acúmulo de papel e desperdício de recursos indispensáveis ao Planeta e à sociedade.

Cumprindo quesito CAPES (Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior) de periodicidade semestral, a AKEDIA divulga chamadas de publicação em regime de fluxo contínuo e, a partir do ano de 2023, ao obter estrato QUALIS, lança volume anual único, contendo as submissões feitas em fluxo contínuo, de 1º e 2º semestres.

O perfil editorial da Revista AKEDIA é gerenciado por seu Editor-Chefe, que também é líder do Grupo de Pesquisas Sociedade, Imagens e Cultura (SIC), e CEO da MPEDUCACIONAL, entidade que gerencia produtos como a Revista AKEDIA, o Canal YOUTUBE da Revista AKEDIA, e o Blog FALA SÉRIO! – FACEBOOK, e demais mídias sociais de divulgação da informação e da Ciência.

A composição do Conselho Editorial & Consultivo do periódico, conta com a participação de pesquisadores de instituições brasileiras e de outros países, os quais atuam, sempre que solicitados, como consultores *ad hoc*, dirimindo questões as quais, sem seu *know how*, a solução não se daria a contento.

Centrada nas preocupações associadas às Ciências Humanas e Sociais, esta Revista, bem como as demais publicações científicas e ficcionais do Grupo AKEDIA & MPEDUCACIONAL, apesar de tal premissa, não se atém obrigatoriamente à espécie conceitual que se evoca para esta ou aquela área do conhecimento: atua multidisciplinarmente.

Simultaneamente e por isso, nossas publicações não se propõem interdisciplinares, visto que seria paradoxal, isto é, soaria “disciplinar”, romper com uma tradição e aderir a outra:

A Área Multidisciplinar, criada em 1999, passou a ser designada Área Interdisciplinar em 2008, compondo a Grande Área Multidisciplinar. Desde sua criação em 1999, a Área Interdisciplinar vem apresentando a maior taxa de crescimento na CAPES. [...] Esta atuação deve ser entendida como importante para o sistema de Pós-graduação nacional, na medida em que serve como elo de entrada de um número expressivo de universidades em atividades de pesquisa e ensino pós-graduado, contribuindo para o aprimoramento de seu corpo docente e oferecendo oportunidades de formação avançada em recursos humanos nas várias regiões do território nacional (CAPES, doc. de área 2016, p. 02. Disponível em <https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=sites&srcid=Y2FwZXMuZ292LmJyfgF2YWxpYWNhby1xdWFkcmllbmFsfGd4OjFjNGI5Y2YwNGZmZjNjMDI>, acesso em 04/07/2019).

É fato, por isso, que as publicações ditas, assim, tipicamente akedianas, são controversas por índole metodológica, uma vez que orienta nosso *corpus* editorial o desejo de reunir e propalar textos que tratem dos aspectos contraditórios humanos, sociais e culturais que constituam nossa civilização, acenando para um território de reflexões e de fronteiras visíveis e invisíveis, à luz do rigor científico *stricto sensu*, porém, sempre móveis e ajustáveis per se.

Nesta cesta de letras e pensamentos, portanto, cabe toda ponderação que se conceba no mundo, por meio de diálogos recíprocos entre o orgânico e o inorgânico, entre o político e o cultural, entre o microscópico e o macroscópico, entre o econômico e o social, entre o tátil e o invisível, entre o senso e o dissenso, pois, em suma:

A natureza complexa de tais problemas pede diálogos não só entre disciplinas próximas, dentro da mesma área do conhecimento, mas entre disciplinas de áreas diferentes, bem como entre saberes disciplinares e saberes não disciplinares da sociedade e das culturas, dependendo do nível de complexidade do fenômeno a ser tratado. Daí, a relevância, no mundo contemporâneo, de novas formas de produção do conhecimento que tomam como objeto fenômenos que se colocam entre fronteiras disciplinares, quando a complexidade do problema requer diálogo entre e além das disciplinas. Diante disso, desafios teóricos e metodológicos colocam-se para diferentes campos da ciência e da tecnologia (CAPES, doc. de área 2009. Disponível em <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/inter03ago10.pdf>, acesso em 06/05/2015).

Finalmente, vale dizer que, neste espaço de divulgação científica, se publicam textos de membros e não membros do Grupo SIC.

Desse modo, a produção docente, a publicação discente e dos servidores públicos, ou mesmo da iniciativa privada, indicadas por integrantes de nosso conselho editorial nos são objetos preferenciais, desde que frutos de pesquisa básica ou aplicada, em estágio intermediário, medial ou avançado, devidamente orientadas, e que se conectem com o eixo qualitativo expressivo de nosso conselho editorial & consultivo e também respeitem os ditames aludidos pela Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior – CAPES.

Marcelo Pessoa
(Editor-Chefe AKEDIA Journal & AKEDIA Books)

PREFÁCIO PARA O VOLUME 16

Neste volume 16 da Revista AKEDIA: Versões, Negligências e Outros Mundos, completamos 10 anos na lida, e ainda seguimos a mesma motivação essencial do primeiro número, editado em 2015.

Naquele momento *arkhe* (do grego, principiador), o mote foi o de atender a uma demanda específica, que era o de dar vazão à produção científica de um grupo de alunos de pós-graduação da UEMG (Universidade do Estado de Minas Gerais – Unidade Frutal), que cursaram a pós-graduação *lato sensu*, intitulada “Especialização em Gestão Pública”, formação oferecida pela unidade uemguiana da FAPP – Faculdade de Políticas Públicas Tancredo Neves, com sede em Belo Horizonte – MG.

Isto posto, vemos, no volume 15, neste segundo semestre de 2023, que os autores e autoras que publicamos já não são apenas os da pós-graduação, mas, também, docentes, alunos de graduação, oriundos de outros centros de excelência do ensino.

Igualmente, nota-se que a inserção de membros consultores renomados passou a integrar fortemente a rotina avaliativa feita por pares na AKEDIA.

Isto aconteceu, devido à generosidade dos autores e autoras que, ao longo do tempo, entenderam a importância de enriquecer com suas colaborações, ousadas propostas como a nossa e, ao nos procurarem, manifestaram o desejo de compor frases e pensamentos nestas páginas, singelamente denominadas de “akedianas”.

Resumidamente, este espaço de escrita acadêmica vem sendo, desde então, consolidado no terreno da exposição do brocardo científico que dá voz à pesquisa básica e aplicada, em face do que se reconhece como necessidade para a construção de uma tradição de ensino, de pesquisa, de gestão e de extensão que se pretenda duradoura.

PESSOA, Marcelo –  <https://orcid.org/0000-0002-9193-4604>

SUMÁRIO

TEXTO AKEDIANO PARA ESTE VOLUME 16.....	03
EDITORIAL PARA O VOLUME 16 – VISÃO INTERDISCIPLINAR.....	06
PREFÁCIO PARA O VOLUME 16.....	09

ARTIGOS

(NOTA: A ORIGINALIDADE DOS TEXTOS É DE RESPONSABILIDADE DE SEUS AUTORES E AUTORAS. Cabe à Equipe Editorial da Revista AKEDIA, apenas a REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE EDITORAÇÃO, REVISÕES de NORMAS DA ABNT / LINGUÍSTICA E POSTAGEM NO SITE)

1. CARVALHO, Isaar Soares de – O CONTEXTO RELIGIOSO E POLÍTICO DO PENSAMENTO DE THOMAS HOBBS	15
2. PESSOA, Marcelo – MEMORIAL DE UM ACADÊMICO PÓSTUMO	32
3. CARVALHO, Celso Almeida de & MARSON, Sérgio José – MOTIVAÇÃO E AMBIÇÃO: AS FORÇAS PROMOTORAS DO SUCESSO DO EMPREENDEDOR	41
4. CARVALHO, Celso Almeida de & MARSON, Sérgio José – EFEITO NOCIVO DO LÍDER PORTADOR DE PERSONALIDADE NARCISISTA EM CARGOS DE LIDERANÇA NAS EMPRESAS	48
5. CARVALHO, Celso Almeida de & MARSON, Sérgio José – O PROCESSO DE PRIVATIZAÇÃO DO PORTO DE SANTOS	61
6. CARVALHO, Celso Almeida de & MARSON, Sérgio José – FUNDO DE PENSÃO INGLÊS: POR QUÊ A CONTA NÃO FECHA	75
7. PESSOA, Marcelo & CONDE, Dirceu Cléber – QUE LÍNGUA É ESTA? – CONSIDERAÇÕES SOBRE O PLANEJAMENTO DE UM CURSO DE LINGUAGEM NEUTRA	90
8. REBOUÇAS, Valter Jorge; ALVES, Sandra Maria & MAIA, Sônia Cristina – A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO: CONTRIBUIÇÕES PARA UMA FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL .	106

RESUMOS & RESUMOS EXPANDIDOS

(NOTA: A ORIGINALIDADE DOS TEXTOS É DE RESPONSABILIDADE DE SEUS AUTORES E AUTORAS. Cabe à Equipe Editorial da Revista AKEDIA, apenas a REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE EDITORAÇÃO, REVISÕES de NORMAS DA ABNT / LINGUÍSTICA E POSTAGEM NO SITE)

SEÇÃO NO PRELO

• JOURNAL •
AKEDIA

Versões, Negligências e Outros Mundos

• JOURNAL •

AKEDIA

Versões, Negligências e Outros Mundos

SEÇÕES ESPECIAIS

(As seções especiais são de responsabilidade
de seus editores)

Revista AKEDIA – Versões, Negligências e Outros Mundos

p - ISSN 2447-7656 e – ISSN 2674-2561 DOI 10.33726 – Volume 16 – Ano X – 1º & 2º Sem. de 2024

ARTIGOS COMPLETOS

Editores Responsáveis por esta Seção

Dr. Carlos Eduardo Falavigna da Rocha
(USP – Universidade do Estado de São Paulo – SP)

Dr. Fábio Akcelrud Durão
(UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas – SP)

Dra. Susanna Busato
(UNESP – Universidade Estadual Paulista, IBILCE – Rio Preto – SP)

Neste segmento, reunimos uma série de textos que se regem pela tipologia textual do gênero acadêmico “Artigo Completo”. As pesquisas apresentadas são resultantes, em sua maioria, de atividades de pesquisa autoral ou de investigação orientada, trazidas a esta editoria científica como contribuição ao volume 16 de nosso periódico.

RESUMOS E RESUMOS EXPANDIDOS

Editor Responsável por esta Seção

Prof. Dr. Josney Freitas Silva
(UEMG – Universidade do Estado de Minas Gerais, Unidade Frutal)

Neste segmento, reunimos uma série de textos que se regem pela tipologia textual do gênero acadêmico “Resumo”. As pesquisas apresentadas são resultantes, em sua maioria, de uma atividade de investigação orientada. Há, ainda, outras produções que a este grupo principal se integraram, pois exprimem resultados parciais, intermediários ou finais oriundos das mais diversas fontes: trabalhos de conclusão de curso, relatórios de pesquisa, de iniciação científica ou de extensão, além de pesquisa docente.

PRODUÇÃO TEXTUAL LIVRE

Editor Responsável por esta Seção

Prof. Dr. Levi Henrique Merenciano
(UEMG – Universidade do Estado de Minas Gerais, Unidade Frutal)

Neste segmento, temos os textos que se regem pela tipologia textual do gênero “Produção Textual Livre”. As escritas apresentadas são resultantes de atividade intelectual sem vínculos com o fazer *stricto sensu* da Ciência, porém, com total aderência às prerrogativas do pensamento humano em seu caráter mais universal. Neste sentido, poemas, ensaios, contos, crônicas, relatos de experiência foram aceitos, visto que aqui, também damos plena liberdade de expressão como elemento integrador social, prescindindo-se, em certos casos, da rigidez da norma culta da língua ou das normas da ABNT, em prol da vazão artística e da licença poética.

O CONTEXTO RELIGIOSO E POLÍTICO DO PENSAMENTO DE THOMAS HOBBS

Este Artigo é dedicado, com carinho e gratidão, à Pastora Célia Gil Pereira, da Igreja Evangélica de Confissão Luterana, da cidade de Salvador – Bahia.

English title: *THE RELIGIOUS AND POLITICAL CONTEXT OF THOMAS HOBBS' THOUGHT*

[doi](#) DOI NUMBER: 10.33726/akd2447-7656v16a10year2024p15a31

CARVALHO, Isaar Soares de¹

RESUMO: O Artigo trata das relações entre religião e política, no contexto da elaboração da teoria política, de Thomas Hobbes, principalmente em suas obras *Do Cidadão* (1642), *Leviatã* (1651), *Behemoth ou o Longo Parlamento* (1680), em sua *Narração histórica sobre a heresia e as formas de seu castigo* (1680), bem como em obras de História do pensamento político, História da Igreja e História da Teologia. A finalidade principal do texto, é a de demonstrar como a instituição eclesiástica controlou, por vários séculos, a religião, a política, o direito e as mentalidades, exercendo domínio indevido sobre a sociedade. Dessa forma, é resultado tão inevitável quanto parcial, afirmar que a Igreja foi se descaracterizando como Sal da Terra e Luz do Mundo, e tornou-se, o que Hobbes chamou de Reino das Trevas, na última parte de seu *Leviathan*. Influenciado pelo pensamento de Lutero e Calvino, o erudito Thomas Hobbes contribuiu para a separação definitiva entre Igreja e Estado, e ainda que seja conhecido como um defensor do autoritarismo, ele afirmou que, quando o soberano não puder garantir a paz civil, não deverá ser obedecido, pois o Estado foi projetado para nossa paz e defesa.

PALAVRAS-CHAVE: Religião, política, Estado, Thomas Hobbes

ABSTRACT: The article deals with the relationship between religion and politics in the context of Thomas Hobbes' elaboration of political theory, mainly in his works *The Citizen* (1642), *Leviathan* (1651), *Behemoth or the Long Parliament* (1680), in his *Historical Account of Heresy and the Forms of Its Punishment* (1680), as well as in works on the History of Political Thought, Church History and the History of Theology. The main purpose of the text is to demonstrate how the ecclesiastical institution controlled religion, politics, law and mentalities for several centuries, exercising undue dominance over society. In this way, it is as inevitable as it is partial to say that the Church has been de-characterizing itself as the Salt of the Earth and the Light of the World, and has become what Hobbes called the Kingdom of Darkness in the last part of his *Leviathan*. Influenced by the thinking of Luther and Calvin, the scholar Thomas Hobbes contributed to the definitive separation of Church and State, and although he is known as an advocate of authoritarianism, he stated that when the sovereign cannot guarantee civil peace, he should not be obeyed, because the State was designed for our peace and defense.

KEYWORDS: Religion, politics, State, Thomas Hobbes

¹ Prof. Dr., Graduado em Filosofia e em Teologia. Mestrado e Doutorado cursados em Filosofia, pelo IFCH-UNICAMP. Pós-Doutor em Letras, pela FFLCH-USP. Professor de Filosofia, Ética e Relações Étnico-raciais, na Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG – Unidade Frutal).

1 – A PRESENÇA DA IGREJA NA INGLATERRA

Quanto à presença de cristãos na Inglaterra, há registros de antigos historiadores sobre a existência de uma comunidade cristã, no III século, na área que atualmente é a Inglaterra. Seus primeiros membros foram pregadores, que espalharam o Evangelho também em outras partes das Ilhas Britânicas, onde hoje se localizam o País de Gales, a Escócia e a Irlanda.

Com as invasões dos Anglos e Saxões pagãos, muitas das instituições da Igreja foram destruídas. A Igreja céltica que sobreviveu, adotou práticas religiosas divergentes daquelas primeiras comunidades. Então, o Papa Gregório, encarregou Santo Agostinho de Canterbury, em 597, de corrigir isso e alcançar a uniformidade.

Ao longo dos séculos seguintes, a Igreja da Inglaterra desenvolveu-se a partir dessas raízes e, no Séc. XI, chegou-se a essa uniformidade de crenças e formas de culto. Mas seu desenvolvimento foi marcado por conflitos, sendo que o mais famoso dentre eles, talvez tenha sido o assassinato de Thomas Becket, por ordem do Rei Henrique II, na Catedral de Canterbury, em 1170, sendo canonizado pela Igreja, em 1173.

2 – A IGREJA: DE UM PEQUENO REBANHO A UMA INSTITUIÇÃO HEGEMÔNICA

Se, no decorrer da História, a Igreja deixou de ser perseguida pelos imperadores romanos, vindo a ser reconhecida pelo Edito de Milão, sob Constantino, em 311, como uma forma de fortalecimento do Estado, a partir do que a Igreja e o Estado passaram a se ajudar mutuamente, por outro lado, o Bispo de Roma, com o passar do tempo, passou a interferir em questões de sucessão, de casamentos e de propriedade.

Dentre os problemas do clero, podem-se destacar, por exemplo, a ignorância de muitos de seus membros, muitos dos quais estavam longe do saber dos grandes teólogos, conservando superstições e sendo incapazes de exercer o ensino com esmero. Além disso, havia o mau uso do poder em

benefício próprio, a adoção de uma moral mundana, como o hábito de consumir bebidas alcoólicas, o enriquecimento às custas da religião e da interferência em assuntos civis, a falta de assistência ao rebanho e o abandono da vida simples, preferindo-se a vida regalada e o sensualismo.

Em caso de renúncia dos membros da Igreja, em relação à entrega dos dízimos, como reação, os líderes da Igreja os ameaçavam com a recusa dos sacramentos e com a excomunhão, procurando incutir-lhes a crença de que seriam penalizados no inferno se não o fizessem. Porém, talvez, a maior demonstração de decadência da Igreja, tenha sido a venda do perdão divino: utilizando-se de um documento papal, pregadores itinerantes prometiam, em troca de uma contribuição para a construção da Catedral de S. Pedro, que os fiéis teriam seus pecados perdoados, bem como a redução de sua permanência no purgatório, contra o que se opôs com veemência Martinho Lutero.

Os Papas, os Cardeais e os Bispos se preocupavam mais com suas interferências nos assuntos temporais do que com suas funções pastorais, procurando, em primeiro lugar, interferir nos destinos da política e da sociedade, o que se notabilizou principalmente desde o Século IX, quando Carlos Magno assumiu o papel de protetor da Igreja, e foi designado por ela para proteger o Império e a Igreja, passando, então, os destinos do Império a serem inseparáveis dos da Igreja.

E, ao dirigir-se a Carlos Magno, o Papa Adriano fala não só como chefe da Igreja, mas também como soberano de Roma. Pretendia não submeter-se ao Império, mas ser um chefe de Estado, contando com uma espécie de “novo Constantino para lhe garantir ou restituir os territórios que afirma haver recebido do antigo, mais os que lhe foram dados desde então”².

Além dessa estratégia, a Igreja, utilizando o conceito de cristandade, considerava a sociedade cristã como um todo, dentro e fora dos domínios de Carlos Magno. Sendo assim, o domínio do Papa era mais extenso do que o do Império Carolíngio. De acordo com Gilson, o termo usado, até o século IX, era cristianismo, porém, o termo cristandade foi usado pela primeira vez, numa

² Etienne Gilson. *A Filosofia na Idade Média*. S. Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 307-308.

carta do Papa Nicolau ao Imperador Miguel, na qual o Papa “atesta o vivíssimo sentimento que tinha de ser o chefe desse povo imenso, que todos os cristãos formam, pelo simples fato de serem cristãos”³.

Gilson ainda acrescenta que Nicolau era acusado por seus adversários de “se erigir em imperador do universo”, presunção que se confirmaria com João VIII, que afirmou que a Igreja “tem autoridade sobre todos os povos”, e a ela “as nações do mundo inteiro estão reunidas como única mãe e única cabeça”. Essa vinculação dos povos e nações, bem como de outras Igrejas, à Sé Romana, era o que constituía, de acordo com Gilson, “o próprio corpo da cristandade”. No entanto, por trás desse conceito, estava uma doutrina de evidente conotação política, formulada por Gregório VII, a assim chamada “teocracia pontifical”⁴.

E Gilson vai mais longe no trato das relações entre o conceito de cristandade e os interesses políticos da Igreja, afirmando que:

Os Papas nunca conceberam o mundo cristão politicamente unificado sob um imperador universal, que seria o chefe temporal do mundo, como eles seriam do espiritual. Em primeiro lugar, eles próprios eram soberanos temporais e não pretendiam, em absoluto, abdicar em benefício de nenhum imperador, por mais cristão que fosse; além disso, não houve um só momento na Idade Média, em que as fronteiras da cristandade não tenham superado amplamente as do Império⁵.

E, a própria doutrina sagrada ou sabedoria cristã, colaborava para a justificação e a manutenção dessa visão de mundo, procurando manter a unidade das mentalidades e fortalecendo a obediência à Igreja, como herdeira e guardiã da doutrina apostólica, em meio às próprias contradições do pensamento medieval, que não era necessariamente unívoco, a não ser às custas de Concílios, retratações e condenações de pensadores heterodoxos.

Por isso, no modo de pensar medieval observa-se uma hierarquia que demonstra que o conceito de unidade, presente na noção de cristandade, alcança os pensadores da Idade Média, não só em relação à Teologia, mas

³ E. Gilson, *idem*, p. 307.

⁴ Todas as citações desse parágrafo são de E. Gilson, *op. e loc. cit.*

⁵ E. Gilson, *op. cit.*, p. 312.

também em relação à política, como afirma Gilson: “Num pensador da Idade Média, o Estado está para a Igreja, assim como a filosofia está para a teologia e como a natureza está para a graça”⁶.

E, assim, a instituição eclesiástica, que nasce em Jerusalém, perseguida, com o passar do tempo, tem sua sede na Capital do Império Romano, de onde passará a controlar a mentalidade de uma vasta sociedade. E, em nome da salvação de suas almas e, enquanto justificava a Inquisição, em nome da pureza doutrinal, ampliava seus domínios na área civil, chegando a negligenciar as funções apostólicas e pastorais elementares⁷.

3 – MARTIN LUTHER E O RETORNO À TEOLOGIA DA GRAÇA

Chegado o Séc. XVI, a Igreja tinha um clero decadente e, tanto a população quanto membros do próprio clero, desejavam um retorno aos princípios do cristianismo, tal como se encontravam registrados na *Bíblia*, na tradição dos pais apostólicos e dos grandes líderes da Igreja no passado. Não será sem razão, pois, que Hobbes indagará, no *Leviatã*, já estendendo sua crítica também às igrejas oriundas da Reforma:

Haverá alguém que não seja capaz de ver para benefício de quem contribuía, acreditar-se que um Rei só recebe de Cristo sua autoridade, no caso de ser coroado por um Bispo?... Que os súditos podem ser libertos de seu dever de sujeição, se a corte de Roma tiver condenado o Rei como herege? Que um Rei pode ser deposto por um Papa sem motivo algum, sendo seu reino dado a um de seus súditos? Que o clero secular e regular, seja em que país for, se encontra isento da autoridade de seu reino, em casos criminais? ... De modo que posso atribuir todas as mudanças de religião do mundo a uma e à mesma causa, isto é, sacerdotes desprezíveis, e isto não apenas entre os católicos, mas até naquela Igreja que mais presumiu de Reforma⁸.

⁶ E. Gilson, *op. cit.*, p. 308.

⁷ Paulo, afirma que “as armas da nossa milícia não são carnisais, e sim poderosas em Deus, para destruir fortalezas, anulando, nós, sofismas e toda altivez que se levante contra o conhecimento de Deus, e levando cativo todo pensamento à obediência de Cristo” (II Co 10.4-5). Esse texto poderia ser usado pela Igreja como forma de justificar o combate às heresias ou aos conceitos divergentes dos seus dogmas. Porém, enquanto Paulo fala de armas não carnisais, as armas escolhidas pela Igreja demonstram que talvez esse ensino paulino fosse desconhecido.

⁸ *Leviatã*, *op. cit.*, Cap. XII.

Entre as formas de domínio da Igreja sobre a sociedade, estava o poder de absolvição de pecados, o qual, de fato, com base no “Evangelho de João”, teria sido concedido aos apóstolos, quando Cristo lhes disse: “Se de alguns perdoardes os pecados, são-lhes perdoados; se lhos retiverdes, são retidos”⁹. Porém, como a História registra, o perdão de pecados tornou-se uma moeda de troca, com a venda das *Cartas de Indulgência*, no século XVI.

Dentre as diversas práticas do clero criticadas por Lutero, essa era uma das mais graves. E, como parte de sua luta contra o domínio das consciências individuais e da sociedade, através da culpa e do monopólio presumido do perdão de pecados pela Igreja, Lutero dizia que “quem quer se confessar deve confiar, de forma plena, unicamente na clementíssima promessa de Deus, certíssimo de que aquele que prometeu o perdão a quem confessar seus pecados cumprirá fielmente a promessa”¹⁰.

Lutero insistia em afirmar que não era o Padre local ou o Papa quem perdoava os pecados, mas unicamente Deus, e isso devido à sua fidelidade a si mesmo. Ele simplesmente atribui o perdão a Deus, citando, para corroborar sua tese, o “Salmo 25.11”, que diz: “Por causa do teu nome, Senhor, perdoa a minha iniquidade”, enfatizando que Deus perdoa por causa de si mesmo, pois destaca do texto citado a expressão: “por causa do teu nome”.

Se a Igreja, por interesse, atribuía o poder de perdoar pecados ao Papa e aos Padres, Lutero dizia categoricamente: “O importante é confessar-se como pecador diante de Deus e confiar na promessa do perdão”¹¹.

Quanto à confissão pessoal, feita a um pastor, Lutero afirma que a ele “se confessam os pecados que pesam na consciência e para os quais se buscam conselho especial e o conforto da palavra do perdão pessoal”¹². Por fim, contra o medo e o controle dos fiéis, por intermédio dele pela Igreja, afirma Lutero que “a Confissão foi instituída para aquietar, não para perturbar a consciência”¹³.

⁹ Ev. de “João 20.23”.

¹⁰ Lutero, Martinho. *Obras Seleccionadas. O Programa da Reforma, Escritos de 1520*. S. Leopoldo: Sinodal, 1989.

¹¹ *Idem.*

¹² *Idem.*

¹³ *Idem.*

4 – HOBBS, O CARÁTER ABSOLUTO DA SOBERANIA E A SUBMISSÃO DA IGREJA AO ESTADO

Thomas Hobbes nasceu num ano marcado por um grande medo na sociedade inglesa, devido à chegada da invencível armada a Calais, e tendo nascido em meio a esse temor, Hobbes afirmou em sua *Autobiografia*: “Minha mãe pariu gêmeos, eu e o medo”¹⁴.

No transcurso de sua vida, houve intensos conflitos de caráter político-religioso na Inglaterra, tendo a soberania sido exercida pela Dinastia Tudor, através de Elisabeth I (1558 a 1603), e depois, da Dinastia Stuart, por James I (1603-1625) e Charles I (1625-1649). E, no período da ditadura, chamada de Commonwealth, por Oliver Cromwell (1649-1658) e Richard Cromwell (1658-1659) e, com a Restauração dos Stuarts, por Charles II: 1660-1685¹⁵.

Quanto à Igreja, na Inglaterra, ela passou a ser controlada pelo Estado, a partir de Henrique VIII. Perseguições políticas e religiosas, nos séculos XVI e XVII, tinham tal proximidade entre si que em alguns casos poderiam ser consideradas sinônimas: assim como se condenavam bispos católicos à morte, prendiam-se filósofos, como Francis Bacon e escritores como John Bunyan, e condenavam-se à morte tanto William Tyndale, primeiro grande tradutor da *Bíblia* para o Inglês, quanto Thomas Morus, por se opor ao divórcio de Henrique VIII e permanecer fiel à Igreja Católica em relação ao casamento.

A doutrina de Hobbes, da submissão da religião ao soberano civil, é clara, mantendo o princípio da não contradição em relação ao conceito de soberania e, ao mesmo tempo, um princípio da fé apostólica, qual seja: o de só obedecer ao Estado ou a qualquer autoridade, mesmo a religiosa, caso elas nada ordenassem contra os mandamentos divinos.

¹⁴ *Ao leitor sem medo: Hobbes escrevendo contra o seu tempo* (www.renatojanine.pro.br, 05/08/2012).

¹⁵ O termo *Commonwealth*, a rigor, significa *riqueza comum*, porém, esse significado tão nobre, acaba se tornando ideológico, devido à busca de poder e mais poder pelos atores políticos, ficando, o bem comum, como uma mera utopia, no sentido estrito do termo *u-tópos*: nenhum lugar.

5 – O QUE DEUS REALMENTE DISSE?

Quanto à palavra de Deus, Hobbes afirma que é difícil saber o que Deus realmente disse, porém, reconhece, ao mesmo tempo, os critérios adotados por Moisés, para confirmar se algum profeta falou ou não em nome de Deus. Reconhecido isso, ele respeitava o cânon da Versão King James, da Bíblia, demonstrando submissão à autoridade da Igreja Anglicana, bem como reconhece o valor dos livros apócrifos ao tratar da formação do Cânon do *Antigo Testamento*¹⁶.

Dessa forma, como quem valida o que é canônico é o poder civil, os intérpretes das Escrituras também devem submeter-se ao Estado e, assim, a Hermenêutica perde a sua liberdade, o que levou muitos párocos da Corte britânica a fazerem sermões de conteúdo altamente ideológico, longe daquela coragem dos profetas de Israel, que repreendiam os Reis e colocavam a palavra de Deus acima do Estado.

A submissão da interpretação do texto bíblico ao Estado, assim, confere ao pensamento de Hobbes um caráter ideológico, porém, o filósofo afirma que uma doutrina, mesmo que fosse verdadeira, não deveria ser ensinada se prejudicasse a soberania e a paz civil¹⁷. Quer dizer, Hobbes faz uma leitura pragmática das Escrituras, o que é exemplificado por sua interpretação do texto de “I Samuel 8”, o qual fala dos poderes do Rei, que haveria de reinar sobre Israel, quando da instituição da monarquia, fundada por Saul. Eis o texto citado por Hobbes, para justificar o poder absoluto do soberano:

Estes serão os direitos do Rei que houver de reinar sobre vós: ele tomará os vossos filhos, e os empregará no serviço dos seus carros, e como seus cavaleiros. Outros para lavrarem os seus campos e, outros, para fabricarem as suas armas de guerra. Tomará as vossas filhas, o melhor das vossas lavouras e os dará aos seus servidores, os vossos servos e os vossos melhores jovens, dizimará o vosso rebanho e vós lhe sereis por servos¹⁸.

¹⁶ Isso ele o faz, no *Leviatã, op. cit.*, Cap. XXXIII, p. 229.

¹⁷ *Leviatã, op. cit.*, Cap. XVIII, p. 109

¹⁸ “I Sm 8:11-18”. *Bíblia*. Versão Almeida, revista e atualizada. S. Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1993.

6 – O ESTADO, A BÍBLIA E A LITURGIA: O LIVRO DE ORAÇÃO COMUM

Na Inglaterra, os Protestantes permaneceram, em princípio, como uma minoria, com frequência perseguida, mas, no país, havia descontentamento em relação à corrupção presente na Igreja. Tal atitude anticlerical, tanto por parte da população quanto do Parlamento, tornou possível a Henrique VIII, diante da oposição papal, a obtenção da anulação de seu primeiro casamento, com Catarina de Aragão, por meio do *Ato de Supremacia*, de 1534, que transferiu a direção da Igreja para a Coroa.

Nesse contexto político, como não havia inicialmente uma definição litúrgica após a estatização da Igreja por Henrique VIII, foi publicado o *Livro de Orações Comuns*, sob Eduardo VI, em 1549, normatizando a liturgia, pois o culto devia ser submisso ao Estado, como defenderia depois, Hobbes, nas obras *Do Cidadão* e *Leviatã*, pois, para o filósofo inglês, é esse, afinal, o significado da expressão “culto público”: um culto permitido pelo soberano civil.

Posteriormente, em 1558, com Elizabeth I, houve uma definição da Fé Anglicana, a partir do *Ato de Uniformidade*, do *Ato de Supremacia* e dos *Trinta e Nove Artigos*. Sob Elizabeth I, a Igreja anglicana consolidou sua posição como religião nacional e, com a Restauração da Monarquia, sob Charles II, em 1660, ela continuou a ser a Igreja oficial do Estado, até que, com a aprovação do *Ato de Tolerância*, em 1690, os dissidentes puderam reunir-se livremente para celebrar seus cultos.

Antes disso, porém, a Inglaterra teve a presença de homens ansiosos por uma reforma na instituição eclesiástica, como John Wyclif, William Tyndale, John Frith e outros, que se levantaram contra a decadência do clero e sua corrupção. Tyndale, primeiro tradutor da Bíblia para o Inglês, acreditava que uma criança e um camponês que manejassem bem um arado entenderiam melhor a *Bíblia* do que o Papa.

Perseguido por seu trabalho de tradução, Tyndale refugiou-se na Holanda, de onde enviava exemplares do *Novo Testamento*, através de contrabando nos navios mercantes. Devido à perseguição religiosa, ele não conseguiu concluir a tradução, trabalho que foi feito posteriormente por Coverdale. Tyndale foi condenado à morte pela Inquisição, mas deixou as

sementes de uma cultura que, no século XVII, com a tradução autorizada por James I, conhecida como a **King James Version**, a qual foi feita por uma equipe formada por eruditos. É, portanto, uma tradução coletiva, a qual, por questões políticas óbvias, leva o nome de James, no título da obra.

7 – DOS USOS IDEOLÓGICOS E POLÍTICOS DA BÍBLIA: O ESTADO E A HERMENÊUTICA

Em relação ao uso ideológico e político da *Bíblia*, na Inglaterra, Christopher Hill afirma, que Charles II, quando assumiu o trono inglês, “fez questão de dizer ao prefeito de Dover, que aquilo que ele valorizava, acima de todas as coisas, era a *Bíblia*, que lhe havia sido há pouco presenteada” e, mais tarde, quando ganhou uma *Bíblia* dos ministros londrinos, “ele afirmou que faria da *Bíblia* uma regra, tanto para a sua vida privada quanto para o seu governo”. E Hill, ainda observa que esta seria: “Uma afirmação que não era verdadeira, mas politicamente sensata”¹⁹.

A aceitação da *Bíblia* como sendo de inspiração divina, teve também um aspecto político. Tal doutrina passou a ser obrigatória, através do “Ato de Tolerância”, de 1689, pelo qual o Parlamento ordenou que aqueles que fossem considerados como dissidentes deveriam fazer um juramento, concordando que “as Sagradas Escrituras, tanto no Antigo quanto no *Novo Testamento*, foram ditadas por inspiração divina”²⁰.

Por outro lado, a *Bíblia* passou a ser lida com a adoção de uma hermenêutica mais livre, devido à sua libertação das mãos do Papado, o que possibilitou que diversas interpretações dos dogmas e da ética cristã surgissem, a partir do século XVII, na Inglaterra, como consequência da doutrina luterana do livre-exame das Escrituras.

Durante a Guerra Civil, surgiram várias seitas não conformistas na Inglaterra, dentre as quais os *arianos*, que rejeitavam a Doutrina da Trindade, os *dormidores da alma*, que negavam a vida após a morte; a *família do amor*, que não respeitava o sábado e os *buscadores*, que procuravam uma relação

¹⁹ *A Bíblia Inglesa e as Revoluções do Século XVII*: 2003, p. 51.

²⁰ *Idem*.

pessoal com Deus.

Por outro lado, os *defensores do divórcio*, na Inglaterra, dentre os quais estava o grande escritor John Milton, referiam-se tanto a Moisés quanto a Jesus, para justificá-lo em seus argumentos, pois o primeiro o autorizou na Antiguidade, o que foi citado por Cristo em sua pregação, ainda que ele tenha observado que os homens se divorciavam devido à dureza de seu coração, isto é, à sua impenitência.

No Século XVII, a prática da Astrologia era também justificada com a citação de textos bíblicos, como o do livro de “Juízes”, que afirma que, em favor de Israel “desde os céus pelejaram as estrelas contra Sísera, desde a sua órbita o fizeram” (“Jz 5.19”).

A visita dos Reis Magos, que foram guiados até o menino Jesus, por meio dos sinais de uma estrela, possivelmente tenha sido citada pelos que procuravam na *Bíblia*, justificativas para a prática da Astrologia.

8 – RELIGIÃO E POLÍTICA: NOVOS PARADIGMAS A PARTIR DA REFORMA

Entre os anos de 1500 e 1648, com a centralização do poder, exercido em geral por governos monárquicos, tanto a administração política quanto a religião, passaram aos poucos aos Reis e Príncipes, mesmo em países que reconheciam o Papa como líder da Igreja. Esse foi um importante fator de mudança na sociedade europeia.

Outro fator importante para as mudanças sociais e políticas, foi a Reforma, que, com seu esforço pela renovação e santificação da Igreja, teve imenso impacto sobre a Política. Seu empenho na mudança da religião com base na *Bíblia* influenciou a sociedade, e não tardou para que surgisse a violência, devido a divergências dogmáticas, o que levou a Europa a convulsionar-se por mais de um século, por guerras que tinham como causa aparente as questões relativas à verdade no trato da fé cristã, mas que frequentemente se referiam à religião como parte de um discurso e de uma causa eminentemente políticos.

Como dar uma razão religiosa, por exemplo, para chamada noite de S.

Bartolomeu, cujo número de mortos de huguenotes (calvinistas da França) pode ter chegado a 3000, apenas em Paris, além de muito mais do que isso, em toda a França?²¹ No entanto, antes desse fato, ocorrido em 24 de agosto de 1572, em 1º de março de 1562, o duque de Guise, em caminho para Paris com suas tropas, permitira que elas atacassem uma congregação huguenote em Vassy, quando era realizado um culto, onde foram feridas ou mortas mais de cem pessoas.

As chamadas guerras religiosas, que levaram destruição a grande parte da Europa, de 1550 a 1648, portanto, não foram causadas apenas por conflitos pertinentes à religião, mas eram também de caráter econômico e político.

Nessa época, no entanto, casamentos eram feitos entre membros das famílias reais de países de confissão de fé assaz conflitantes, como o protestantismo e o catolicismo, visando garantias políticas, as quais nem sempre eram confirmadas pelos fatos. Uma mulher era escolhida para ser esposa de um herdeiro de um trono, ou de um Rei em exercício, como uma forma de se assegurar a hegemonia. É o que podemos verificar na seguinte afirmação do historiador Willinston Walker, em relação à Escócia:

Ainda que o Rei Tiago V fosse sobrinho de Henrique VIII, e seu neto Tiago VI se tornasse Tiago I, Imperador da Inglaterra, em 1603, e unisse as duas coroas após a morte de Isabel, Tiago V lançou sua sorte com a França, casando-se sucessivamente com uma filha de Francisco I e, depois que ela morreu, com Maria de Lorena, da poderosa família francesa dos Guise. Deste último consórcio, tão importante na história do país, nasceu Maria, 'rainha dos escoceses'²².

Na realidade, nos países em que se adotava o catolicismo houve lutas políticas renhidas, que se estenderam por mais de um século, as quais se tornaram mais radicais devido à questão religiosa e, de acordo com Walker, “o que realmente acontecia era uma luta pelo domínio entre grandes famílias aristocráticas identificadas com diferentes partidos religiosos”²³. No entanto, para chegar ao trono, o Protestante Henrique IV converteu-se ao catolicismo.

Por outro lado, nos Países Baixos, sob o domínio espanhol, as

²¹ Williston Walker. *História da Igreja Cristã*, 3. ed. S. Paulo: ASTE, p. 608.

²² Walker, *idem*, p. 584.

²³ *Id*, *ibidem*.

províncias do Sul preferiram continuar católicas, enquanto as do Norte, mesmo com grande população católica, se identificaram com o Protestantismo.

E, na Alemanha, na Guerra dos Trinta Anos, de 1618 a 1648, entre Protestantes e Católicos, as questões religiosas se perderam de vista na política e nos combates ocorridos na Alemanha, onde houve grande perda de vidas, e algumas cidades desapareceram. É difícil acreditar, com base nas doutrinas da Reforma, que essa guerra tenha se iniciado, verdadeiramente, como registra Walker, com a Defenestração de Praga – o que levou a Boêmia a se revoltar e, então, começou a Guerra.

Com o Tratado de Paz de Westfalen, no entanto, em 1648, iniciou-se uma nova era, na qual as discussões sobre comércio e território passaram a ser vistas com mais importância do que as rivalidades religiosas, e na segunda metade do século XVII, a maioria dos Estados europeus aceitava apenas uma religião dominante, com razoável tolerância em alguns, como na Inglaterra e nas Províncias Unidas dos Países Baixos.

Não é sem razão, pois, que Thomas Hobbes se dedica ao estudo do homem e da origem do Estado, da obediência civil e da submissão da esfera religiosa à política, visando, com isso, resolver as discórdias civis, provocadas tanto por disputas próprias da Política quanto pelas disputas teológicas e pela interferência da Igreja, tanto a católica quanto a reformada, na soberania.

O exame das relações entre a Igreja e o Estado já aparece na Filosofia, no entanto, bem antes de Hobbes. A ideia de uma autoridade mediadora entre Deus e o homem entrava em crise, devido aos abusos da Igreja, diante de cujos líderes tornava-se necessário conciliar os ensinamentos de Cristo com seu comportamento mundano.

Na própria Idade Média, membros da Igreja questionaram as relações entre a soberania civil e o Papado. Ockham, por exemplo, afirmou a independência do poder civil em relação à Sé Romana, sustentando que a fonte do poder civil não é o Papa, e que a eleição imperial não requeria a confirmação deste.

Marsílio de Pádua, contemporâneo de Ockham, também rejeita a autoridade papal, afirmando que a Igreja, como um grupo de fiéis, não poderia ter um chefe, bem como que os sacerdotes devem sujeitar-se ao Príncipe e

obedecer à Lei, como todo cidadão.

O próprio Tomás de Aquino reconhece a necessidade da autonomia do poder civil e da obediência, afirmando que “nas matérias que se referem ao bem da cidade (*bonum civile*), cumpre obedecer antes ao poder secular do que ao poder espiritual, segundo esta palavra de “São Mateus” (22.21): Dai a César o que é de César”²⁴.

Porém, um pensador radical, em relação ao poder papal, foi João de Paris (Jean Quidort) que, na obra *De potestate regia et papali*, afirmou que “o Concílio tem o direito de depor o Papa, em caso de heresia ou escândalo, porque a vontade do povo, que se expressa, então, pelo concílio ou pelos Cardeais, é mais forte do que a do Papa”²⁵.

Dante afirmava que o homem tem duas beatitudes: uma, a felicidade no âmbito no civil, outra, a beatitude eterna, alcançando-se a primeira através da Filosofia e, a segunda, pelos ensinamentos de caráter espiritual, que transcendem a razão. Sendo assim, há dois soberanos, o Pontífice e o Imperador, cada um em sua ordem. Deus está acima de ambos, sendo dele, “não do Papa, que o Imperador recebe diretamente sua autoridade”²⁶. Isso significa, afirma Gilson, que *A Monarquia*, de Dante “anunciava o acordo, sob a autoridade suprema de Deus, de dois universalismos justapostos”, um no universo temporal, o outro no espiritual²⁷. Esse modo de pensar, afirma Gilson, demonstra que Dante quisera libertar o monarca universal da Igreja. Porém, muitos pensadores, antes e depois dele, quiseram mantê-lo submisso.

Os limites do poder eclesiástico são afirmados também, com clareza, num documento histórico da Reforma, a *Confissão de Augsburgo*, escrita em 1530, por Melancton, da qual Lutero disse: “Eu nada sei como melhorá-la ou modificá-la”²⁸.

O Artigo 28 dessa Confissão, afirma a diferença entre o poder eclesiástico e o poder político, denunciando o fato de que os pontífices, além de terem onerado as consciências e promovido violentas excomunhões,

²⁴ Tomás de Aquino, (*II Sent.*, 44), *apud* Etienne Gilson, *A Filosofia na Idade Média*, p. 713.

²⁵ *Idem*, p. 716.

²⁶ *Idem*, p. 720

²⁷ *Idem*.

²⁸ Martin Dreher, Introdução à citada *Confissão*. In: <http://www.portalsaofrancisco.com.br> (12-07-12).

“também se lançaram à empresa de transferir reinos do mundo e tirar o poder dos imperadores”²⁹.

A afirmação da separação entre ambos, na visão de mundo luterana, se torna mais evidente na citação da *Confissão de Augsburgo*, que fazemos a seguir:

O magistrado defende, não as mentes, porém, os corpos e as coisas corpóreas, contra manifestas injustiças, e reprime os homens com a espada e penas temporais. Não se devem confundir, por isso, o poder eclesiástico e o civil. O poder eclesiástico tem sua própria incumbência: ensinar o evangelho e administrar os sacramentos. Não deve invadir ofício alheio, transferir reinos do mundo, ab-rogar as leis dos magistrados, abolir a obediência legítima, impedir julgamentos a respeito de quaisquer ordenações ou contratos civis, prescrever leis aos magistrados sobre a forma de constituir a coisa pública³⁰.

Afirma a Confissão, contudo, que, “por causa do mandamento de Deus, ambos (o poder eclesiástico e o poder político) devem ser escrupulosamente venerados e honrados como os maiores benefícios de Deus na Terra”³¹.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluindo, a respeito da soberania e das relações entre Igreja e Estado, Bertrand Russell afirma que “Hobbes era um ferrenho adepto de Erasto e, portanto, sustentava que a Igreja deve ser uma instituição nacional, sujeita às autoridades civis”³².

De acordo com Erasto (1524-1583), a Igreja não poderia desempenhar funções que pertenciam ao poder civil, como punir alguém em razão de sua discordância de um princípio de fé, ou atentar contra sua integridade física, privá-lo da propriedade, da liberdade ou matá-lo, pois isso, cabe, por direito, ao Estado.

A Igreja tem uma esfera de ação distinta em relação ao Estado,

²⁹ *Confissão de Augsburgo*: <http://www.portalsaofrancisco.com.br> (12-07-2012).

³⁰ *Idem*.

³¹ *Idem*

³² B. Russell. *História do Pensamento Ocidental*: 2001, p. 276.

devendo a ele sujeitar-se, e o soberano tem o direito de legiferar em relação à religião. Nas Escrituras, não se garante que a Igreja tenha autoridade para punir seus ofensores. A partir dessas ideias, foi que se desenvolveu o conceito de “erastianismo”, significando a subordinação da Igreja ao Estado, mas essa doutrina, tal como se desenvolveu depois dele, não significa, necessariamente, que ele seja seu fundador ou sistematizador. De todo modo, suas ideias chegaram à Inglaterra e exerceram influência sobre o pensamento de Hobbes.

Hobbes acrescenta às teses de Erasto, no entanto, que a submissão a apenas um soberano foi reconhecida no próprio Evangelho, lembrando que “o próprio Cristo nos disse ser impossível servir a dois senhores”³³.



³³ Hobbes cita “Mt 6.24”, para corroborar seu argumento: “Ninguém pode servir a dois senhores; porque ou há de aborrecer-se de um e amar ao outro, ou se devotará a um e desprezará ao outro...” (*Leviatã, op. cit.*, Cap. XLII, p. 329).

REFERÊNCIAS

BÍBLIA ALMEIDA – REVISTA E ATUALIZADA. S. Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1993.

DREHER, Martin (Ed.). *A Confissão de Augsburgo com notas e comentário*. Disponível em: <https://www.luteranos.com.br/textos/a-confissao-de-augsburgo>.

GILSON, Etienne. *A Filosofia na Idade Média*. S. Paulo: Martins Fontes, 2001.

HILL, C. *A Bíblia Inglesa e as Revoluções do Século XVII*. S. Paulo: Record, 2003.

HOBBS, Th. *Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil*.

HOBBS, Th. *Do Cidadão*. Trad. Renato J. Ribeiro. S. Paulo: Martins Fontes, 1992.

HOBBS, Th. *Behemoth ou or the Long Parliament*. Trad. Pierre Naville. Paris: Plon, 1989.

HOBBS, Th. *An Historical narration concerning heresy, and the punishment thereof*. Molesworth: Ed. London: 1966.

LATOURETTE, K. S. *Historia del Cristianismo*. El Paso: Casa Bautista de Publicaciones, 1983.

LUTHER, Martin. Obras Seleccionadas. *O Programa da Reforma – Escritos de 1520*. S. Leopoldo: Sinodal, 1989.

OVERHOFF, Jürgen. “The Lutheranism of Thomas Hobbes”. In: *History of Political Thought*. Vol. XVIII, N° 4, Winter 1997.

RIBEIRO, Renato Janine. *Ao leitor sem medo: Hobbes escrevendo contra o seu tempo*.

RUSSELL, Bertrand. *História do Pensamento Ocidental. Sine Loc*, 2001.

TOMÁS DE AQUINO, S. *Suma Teológica*. Disponível em: <https://permanencia.org.br/drupal/node/8>.

THE AUTHORIZED KING JAMES VERSION OF 1611. Salt Lake City, USA: The Church of Jesus Christ of Latter-Days Saints, 1979. Disponível em: <http://www.jesus-is-lord.com/thebible.htm>.

WALKER, Williston. *História da Igreja Cristã*, 3. ed. S. Paulo: ASTE, 1984.

MEMORIAL DE UM ACADÊMICO PÓSTUMO

English title: *MEMOIR OF A POSTHUMOUS ACADEMICIAN*

[doi>](https://doi.org/10.33726/akd2447-7656v16a10year2024p32a40) DOI NUMBER: 10.33726/akd2447-7656v16a10year2024p32a40

PESSOA, Marcelo¹ – [ID https://orcid.org/0000-0002-9193-4604](https://orcid.org/0000-0002-9193-4604)

RESUMO: Esta produção se debruça em delimitar o escopo de uma série de impressões sociais, políticas e jurídicas, percebidas ao longo dos últimos cinco anos no Brasil. Justifica a realização deste trabalho, a necessidade de se manterem indissociáveis da atividade acadêmica do autor, os vieses contemporâneos dos fenômenos intra e extramuros universitários, com elementos capazes de pautar o ensino, a pesquisa, a extensão e a gestão acadêmica. Como resultado imediato deste constructo, verifica-se, na presente escrita, uma abrangente síntese cronológica e factual, reunindo os principais eventos políticos, jurídicos e culturais que nos permitiram chegar ao presente contexto civilizatório nacional (2017-2023). O principal aporte bibliográfico que orienta esta abordagem, incide na obra-prima do controverso Olavo de Carvalho, intitulada *O Jardim das Aflições* (1995). O cerne dos objetivos propostos neste breve relato, consiste no desejo de contribuir para com a sociedade de nossos dias, legando a ela, uma aplicação prática de elementos históricos, já ponderados ou não pela massa crítica, a fim de que eles sirvam, de algum modo, para balizar outros estudos do mesmo mote. E, é neste sentido, que o presente trabalho foi apresentado, como Resumo (ver texto no Apêndice) no Seminário de Pesquisa e Extensão da Universidade do Estado de Minas Gerais, em novembro de 2023, e, também, submetido à Revista Estação Literária, UEL (Universidade Estadual de Londrina, numa versão ampliada.

PALAVRAS-CHAVE: Produção e Difusão do Conhecimento, Estudos Filosóficos Intersemióticos, Letras

ABSTRACT: This production focuses on delimiting the scope of a series of social, political and legal impressions, perceived over the last five years in Brazil. Justifies the realization of this work, the need to remain inseparable from the author's academic activity, the contemporary biases of intra and extra-university phenomena, with elements capable of guiding teaching, research, extension and academic management. As an immediate result of this construct, there is, in this writing, a comprehensive chronological and factual synthesis, bringing together the main political, legal and cultural events that allowed us to arrive at the present national civilizing context (2017-2023). The main bibliographic contribution that guides this approach focuses on the masterpiece of the controversial Olavo de Carvalho, entitled *O Jardim das Aflições* (1995). The core of the objectives proposed in this brief report consists of the desire to contribute to today's society, bequeathing it a practical application of historical elements, already considered or not by the critical mass, so that they serve, in some way, to mark out other studies of the same motto. It is with this in mind that this work was presented as an Abstract (see text in the Appendix) at the Research and Extension Seminar of the State University of Minas Gerais in November 2023, and also submitted to the Literary Station Magazine, UEL (State University of Londrina), in an expanded version.

KEYWORDS: Production and Dissemination of Knowledge, Intersemiotic Philosophical Studies, Letters

¹ Prof. UEMG – Universidade do Estado de Minas Gerais / Frutal. Bolsista de Produtividade Científica – Chamada 10/2022 – Programa de Bolsas de Produtividade em Pesquisa – PQ / UEMG.

INTRODUÇÃO

Da maçã caída da árvore do conhecimento, passei a comê-la sistematicamente, ao ingressar na Universidade. Lá, em 2017, percebi que comera do fruto caído, cega e avidamente, apenas o que dele se me haviam dado a ver, sem suspeitar que, da fruta, vira, no máximo, a sua metade. A responsabilidade desta ingesta de conteúdos, até então parcial, a atribuo à UNESP, à UEL e à USP, instituições que frequentei, obtendo a Graduação (1999), o Mestrado (2003), o Doutorado (2010) e o Pós-doutorado (2013).



Fonte: Rota 83, Curiosidades – <https://rota83.com/macae-metade-verde-e-metade-vermelha-sera-possivel.html>

Contudo, o óbvio, é que, se eu continuasse vivendo só com a parte, teria que negar o todo, confirmando que "Quem come do fruto do conhecimento, é sempre expulso de algum paraíso" (Melanie Klein). A síntese desta reflexão, é que a ignorância que me preenchia era o doce paraíso que me aprisionava.

Os eventos associados à Pandemia de COVID-2019, deram à Humanidade nova data de recomeço, a de 05/05/2023, quando a OMS (Organização Mundial da Saúde) declarou o fim da emergência sanitária. O acirramento da polarização política no Brasil, sobretudo no ápice da facada messiânica, desferida por Adélio, o Bispo (rosto em destaque, na imagem circulada mais abaixo, e à esquerda), talvez tenha dado ao Jair Messias, o Bolsonaro (de amarelo, elevado e à direita na mesma imagem), seu mandato presidencial (2019-2022), e também, motivos para um novo dia e local de aniversário (06/09/2018, Juiz de Fora, MG).

Ao lado de tais episódios, vieram a exaltação de "ismos" pejorativos e inúteis para a mente: o terraplanismo, o bolsonarismo, o lulopetismo, o negacionismo, o trumpismo, e a fixação de rasas equiparações semânticas destes termos com o nazismo, o fascismo, o globalismo, o neoliberalismo, o comunismo. Com isto, também se crucificou o sufixo 'ismo' na via *crucis* da web.



Fonte: Fabio Motta/Estadão Conteúdo (06.set.2018) – Na foto, ambos, o Bispo e o Messias, instantes antes da facada – <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/delegado-do-caso-adelio-narra-duas-reunioes-com-bolsonaro/>

Institucionalizou-se, inclusive, a falsa equivalência de dejetos biográficos ao teor da produção teórica e da trajetória profissional de muita gente anônima, cientistas, artistas, políticos, *influencers*, ofertando-se à sociedade contornos distorcidos para a edificação do que deveria ser um novo e melhor 'normal', que sobreveio sem os escrúpulos prometidos (BARROS FILHO, 2019), e mal acompanhado de uma novilíngua (MARTINS, 2023), de um ministério da verdade (MATTOS, 2023) e de um repaginado Estado de exceções (STF e os seus eternos).



Neste contexto, adveio um revigoramento da Direita na política, da economia Liberal e do pensamento Conservador face aos costumes, necessários ao estabelecimento do contraditório aos postulados de Esquerda, até então solitários, ainda que alguns enxerguem nisto efeitos colaterais de uma civilidade repugnante, exercida por representantes indesejáveis de parte da

população, tornando a coexistência e os atos do outro passíveis de extinção imediata (OLIVEIRA, 2023).

Constata-se nessa época, uma refundação da República brasileira, renascida no berço de um Semipresidencialismo explícito (Dias Tóffoli, Ministro do STF, afirma isso, durante evento jurídico, em PORTUGAL, 16/11/2021). Quanto a isto, ele foi pouquíssimo criticado pela grande mídia, e igualmente pouco combatido por ralas vozes parlamentares também (<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/11/17/girao-critica-fala-de-dias-toffoli-sobre-semipresidencialismo>).

Temos, com esse novo regime de governo de Tóffoli, toda uma nova classe assumindo o poder: a Juristocracia (BRAGA, 2021). Ela, veladamente, atua desinibida e omissa, diante de revogações sugeridos ou realizados pelo governo (<https://www.estadao.com.br/politica/lula-revoga-quase-2-decretos-por-dia-de-armas-a-privatizacoes-e-mira-bolsonaro-veja-o-que-mudou/>) empossado em 01/01/2023, retroalimentando a insegurança jurídica e a descrença de parte do povo quanto ao futuro do país.

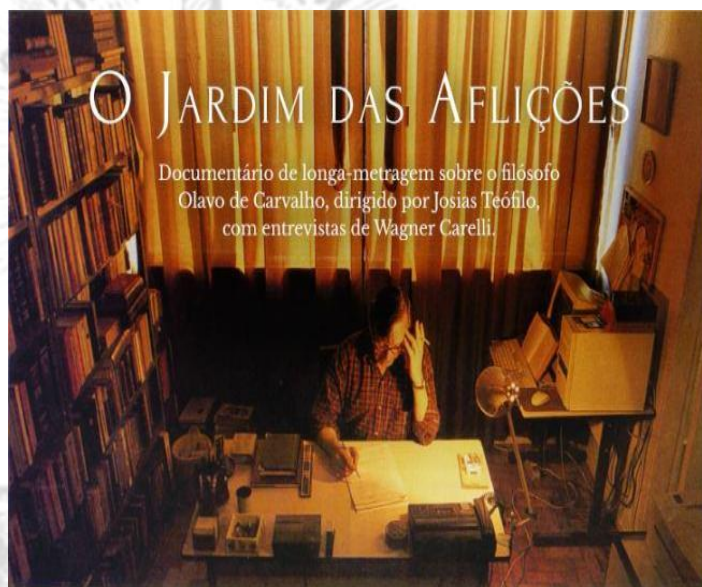
Também, reencontramo-nos com uma retrógrada censura e com pautas totalitárias de controle seletivo das comunicações, de prisões em massa – mais de 1.500 pessoas presas, pelo Ministro do STF, Alexandre de Moraes, de uma só vez e sem individualização de condutas, durante o vandalismo em Brasília – DF, de 08/01/2023 (<https://www.gazetadopovo.com.br/opinioao/editoriais/o-abuso-das-prisoas-pos-8-de-janeiro/>), e

de silêncio imposto a parlamentares, jornalistas e desafetos (o recorde anterior de prisão coletiva, era de 900 estudantes, por ocasião da realização do Congresso da UNE, no governo militar, em 1968).



(Fonte: Hora do Povo, 09/01/2023: <https://horadopovo.com.br/ataque-terrorista-aos-tres-poderes-acaba-com-1-500-presos-e-intervencao-no-gdf/>)

Um dos apócrifos do sistema, Olavo de Carvalho (O. C.: 1947-2022), cuja obra prima, *O Jardim das Aflições* (1995, transformado em Documentário sobre o autor, em 2017), lhe deu nova identidade intelectual, foi reintroduzido na cultura nacional, pelo vaso sanitário da grande mídia.



(Imagem – Fonte: <https://olavodecarvalhofb.wordpress.com/2016/01/14/o-jardim-das-aflicoes-3/>)

Olavo de Carvalho foi transferido do papel de filósofo brilhante nos EUA, Europa e Oriente Médio (MEDICOANIMÓSIKO, 2012), para o de astrólogo amador e de guru de Bolsonaro, sob as vestimentas de um bobo da corte latino-americano. Enfim, para o orgulho da raça *brasilis* conectada em tudo, menos na realidade (PENIN, 2024), agora tínhamos um 'Chapolim Colorado' pra chamarmos de nosso.



Fonte: Capas de Revistas ISTO É – [<https://cdn.vercapas.com.br/covers/istoe/2019/1105754dbf.jpg>] & VEJA [<https://veja.abril.com.br/edicoes-veja/2634/>], 2019

Foi então que, após estes enlaces, entendi que me faltava, ao menos, metade daquela maçã. Daí, os títulos e produções listados, do cabeçalho ao rodapé de meu currículo (LATTES: <http://lattes.cnpq.br/1863556911259481>), passaram a servir apenas de parâmetros distintivos na competição inflada de uns poucos egos acadêmicos, e na manutenção de um emprego público mal remunerado, ao mesmo tempo em que testamento de como a Universidade, dentro da qual me insurjo e para desgosto absoluto de minha avó materna, não tem produzido quase nada que preste, nem sequer uma maçã inteira.

Em 2021, a SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência) corrobora esta premonição de minha Avó, divulgando dados oriundos do contexto do auge de contágio do Sars-COV-2. Mesmo em meio a um pandemônio desse tipo, o intramuro científico esteve muito mais envolvido na condução político-econômica e menos com a pesquisa sanitária de fato.

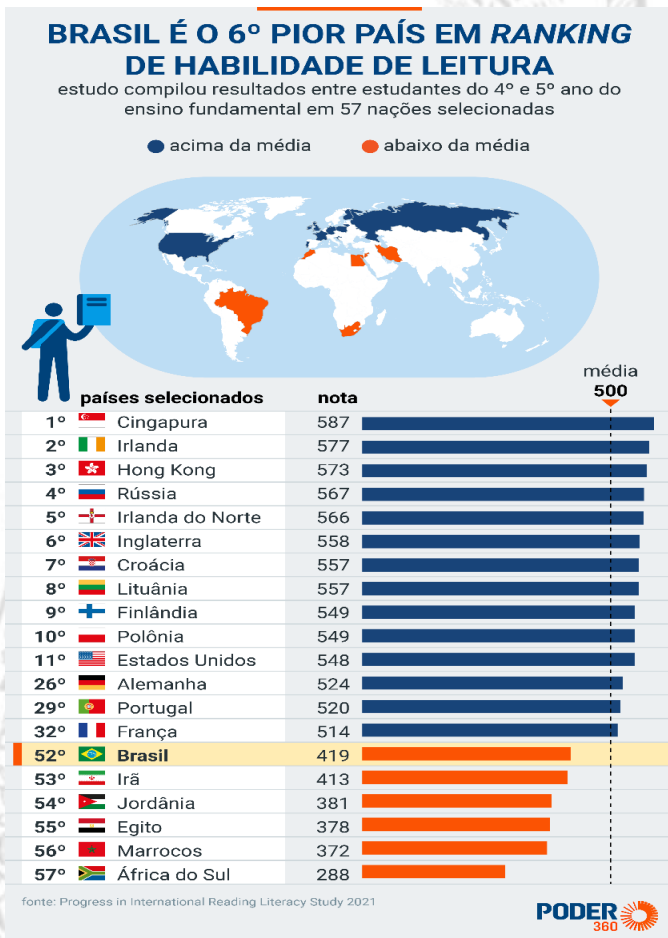
Daí, a Ciência acumulada do Brasil, no período, ter representado apenas perto de 03% no *ranking* (<http://portal.sbpnet.org.br/noticias/producao-brasileira-de-artigos-cresce-32-em-2020-em-relacao-a-2015/>), enquanto que, no mesmo ano, algumas convicções dizem o contrário, tais como a ideia de o país ocupar a 12ª posição na Economia mundial e ser exemplo no pós-pandemia (<https://www.dadosmundiais.com/maiores-economias.php>).

O grande paradoxo acadêmico-econômico destes dados, é que, naquele mesmo momento, o burburinho nas redes sociais sobre os mesmos temas, deram a entender, para qualquer um que por ali transitasse, que, em tais quesitos (*lockdowns*, extremismos e imunidade de rebanho), o Brasil seria topo de cadeia.



Fonte: https://cdn-images-1.medium.com/max/800/1*yMK10m5iUDtuAABPg4nTA.jpeg

A julgarmos pelo teor, às vezes exacerbado, das discussões e conclusões quase ‘científicas’, ‘políticas’, ‘sociais’, ‘culturais’ e ‘econômicas’ que saíam das redes sociais, que das redes sociais ganhavam a mídia, e que, da mídia, as ruas, versando coisas tais como vacinas, olavismo, auxílio emergencial, trumpismo e globalismo, não só fariam inveja a qualquer Diplomata, se verdadeiras, como também seriam ‘medievais’ e até ‘infantis’, se minimamente checadas.



Valida esta hipótese, nossos resultados educacionais entre os jovens, visto que não são compatíveis com algo melhor que isso. Nos resultados do PISA (2022), o Brasil, em meio a um total de 81 países, ocupa a posição 65, em Matemática; a posição 62, em Ciências; e, a posição 57 em leitura (<https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/acoes-internacionais/divulgados-os-resultados-do-pisa-2022>). E, pelos resultados obtidos pelas crianças, em 2023, em leitura (PODER 360, acima), a tendência é que tais status se mantenham ou piorem.

E, por que faço aqui esse registro em tom de epifania disfórica? Doravante, em meio à normalização do *credo quia absurdum*, da *aberratio criminis* e de retrocessos históricos, não é bom ficar refém da indulgência cúmplice de quem concorde com tudo isso, fazendo de conta que está tudo dentro e conforme se pretendia naquele propalada ‘novo normal’ pós-pandemia, ficando submerso num paraíso adocicado e duvidoso, que a palma da mão do poeta um dia nos mostrou (Crônica-canção *Bete Balanço*: Cazuza, 1985).

Da atual pandemia de ignorância, quero me libertar e, qualquer MODERAÇÃO NA DEFESA DA VERDADE, É SERVIÇO PRESTADO À MENTIRA. Assim, imponho esta frase (de O. C.) em minha lápide simbólica, fazendo de 20/05/2023, o memorial de um acadêmico póstumo.

REFERÊNCIAS UTILIZADAS NESTE TEXTO

BARROS FILHO, Clóvis de & POMPEU, Julio. *Somos Todos Canalhas*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2019.

BRAGA, Ricardo Peake. *Juristocracia e o fim da democracia – como uma tecnocracia jurídica assumiu o poder*. Londrina: Editora E.D.A, 2021.

CARVALHO, Olavo de. *O Jardim das aflições – de Epicuro à ressurreição de César: ensaio sobre materialismo e a religião civil*. Campinas: Vide Editorial, 2015.

MATTOS, Marcela. Ministério da Verdade: o desafio do governo em regular a desinformação. Revista VEJA, Política, 29/01/2023. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/ministerio-da-verdade-o-desafio-do-governo-em-regular-a-desinformacao>. Acesso em: 23/03/2023, às 22h.

MARTINS, Victória. *Ministros do governo lula utilizam linguagem neutra em seus discursos de posse*. R7 Notícias, Portal Lorena, 06/01/2023. Disponível em: <https://lorena.r7.com/post/Ministros-do-governo-Lula-utilizam-linguagem-neutra-em-seus-discursos-de-posse>. Acesso em: 23/05/2023, às 21h7min.

MEDICOANIMÓSIKO, Rui Mendes. *Olavo de Carvalho: O Palhaço-Mór da América Católica*. Blog Animosico, 15/03/2012. Disponível em: <http://medicoanimosico.blogspot.com/2012/03/olavo-de-carvalho-o-palhaco-mor-da.html>. Acesso em: 23/05/2023, às 18h50min.

OLIVEIRA, Caroline. *Mais conservador, novo Congresso será desafio para agenda feminista, mostra estudo*. Brasil de Fato, 02/02/2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/02/02/mais-conservador-novo-congresso-sera-desafio-para-agenda-feminista-mostra-estudo>. Acesso em: 23/05/2023, às 22h15min.

PENIN, Daniel. *Choquei – lacrando vidas*. Disponível em: <https://youtu.be/FC1jngBKLKI>. Acesso em 04/01/2024, às 21h.

APÊNDICE

RESUMO INSCRITO – SEMINÁRIO UEMG 2023 – 2

Esta produção se propõe a delimitar o escopo de uma série de impressões sociais, políticas e jurídicas, percebidas ao longo dos últimos cinco anos no Brasil. Justifica a realização deste trabalho, a necessidade de se manterem indissociáveis da atividade acadêmica do autor, os vieses contemporâneos dos fenômenos intra e extramuros universitários, com elementos capazes de pautar o ensino, a pesquisa, a extensão e a gestão acadêmica. Como resultado imediato deste constructo, verifica-se, na presente escrita, uma abrangente síntese cronológica e factual, reunindo os principais eventos políticos, jurídicos e culturais que nos permitiram chegar ao presente contexto civilizatório nacional (2017-2023). O principal aporte bibliográfico que orienta esta abordagem, incide na obra-prima do controverso Olavo de Carvalho, intitulada O Jardim das Aflições (1995). O cerne dos objetivos propostos neste breve relato, consiste no desejo de contribuir para com a sociedade de nossos dias, legando a ela, uma aplicação prática de elementos históricos, já ponderados ou não pela massa crítica, a fim de eles sirvam, de algum modo, para balizar outros estudos do mesmo mote. E é assim que, da maçã caída da árvore do conhecimento, passei a comê-la sistematicamente, ao ingressar na Universidade. Lá em 2017, percebi que comera do fruto caído, cega e avidamente, apenas o que dele se me haviam dado a ver, sem suspeitar que, da fruta, vira, no máximo, a sua metade. A responsabilidade desta ingesta de conteúdos, até então parcial, a atribuo à UNESP, à UEL e à USP, instituições que frequentei, obtendo a Graduação (1999), o Mestrado (2003), o Doutorado (2010) e o Pós-doutorado (2013). Contudo, o óbvio nisso, é que, se eu continuasse vivendo só com a parte até então ingerida, teria que negar o todo, supondo que "Quem come do fruto do conhecimento, é sempre expulso de algum paraíso" (Melanie Klein). A ignorância que me preenchia era o doce paraíso que me aprisionava. Neste sentido, vi que os eventos associados à Pandemia de COVID-2019, deram à Humanidade nova data de recomeço, a de 05/05/2023, quando a OMS declarou o fim da emergência sanitária. O acirramento da polarização política no Brasil, sobretudo no ápice da fachada messiânica, desferida por Adélio, o Bispo, talvez tenha dado ao Jair Messias, o Bolsonaro, seu mandato presidencial (2019-2022), e motivos para um novo dia e local de aniversário (06/09/2018, Juiz de Fora, MG). Ao lado de tais episódios, vieram a exaltação de "ismos" pejorativos e inúteis para a mente: o terraplanismo, o bolsonarismo, o lulopetismo, o negacionismo, o trumpismo, e a fixação de rasas equiparações semânticas destes termos com o nazismo, o fascismo, o globalismo, o neoliberalismo, o comunismo. E é sobre estes eventos que este estudo prioritariamente se debruça, visto que em contato deles, o modo como eu me entendia como pesquisador, foi enterrado. Da atual pandemia de ignorância assim me liberto e, qualquer MODERAÇÃO NA DEFESA DA VERDADE, É SERVIÇO PRESTADO À MENTIRA. Assim, imponho esta frase (de O. C.) em minha lápide simbólica, fazendo de 20/05/2023, o memorial de um acadêmico póstumo.

MOTIVAÇÃO E AMBIÇÃO: AS FORÇAS PROMOTORAS DO SUCESSO DO EMPREENDEDOR

English title: *MOTIVATION AND AMBITION: THE DRIVING FORCES BEHIND ENTREPRENEURIAL SUCCESS*

[doi>](https://doi.org/10.33726/akd2447-7656v16a10year2024p41a47) DOI NUMBER: 10.33726/akd2447-7656v16a10year2024p41a47

CARVALHO, Celso Almeida de¹
MARSON, Sérgio José²

RESUMO: Este texto versa sobre como o empreendedor é essencial ao processo de desenvolvimento econômico de uma Nação. A hipótese, é a de não há desenvolvimento econômico de um País, sem que em sua base exista a figura dos empreendedores. Como resultado preliminar, é possível afirmar, que o empreendedor é dotado de qualidades que o torna único e, dentre os inúmeros atributos requeridos ao empreendedor, vemos que ao menos dois merecem destaque: a motivação e a ambição. Justifica a realização do estudo, a necessidade de se compreender como é que a motivação, de um lado, pode ser definida como sendo a capacidade de um empreendedor em se adaptar às mudanças, mantendo-se com os olhos fixos em um alvo, não se deixando abater por situações adversas, e, por outro lado, como que a ambição pode ser definida como sendo um desejo ansioso ou forte de realizar o que às vezes ainda nem existe: é assim que alguns 'inventam um mercado de necessidades e demandas'. Parte dos resultados, a partir disso, podem atestar, que essa é uma habilidade de liderança própria do empreendedorismo, e que, fora deste ambiente, muitas pessoas podem nem reconhecer. Este Artigo objetiva, enfim, descrever o papel da motivação e da ambição na promoção do sucesso do empreendedor. Conclui-se que tais virtudes apresentam papel determinante para que o empreendedor atinja seus alvos e metas, alcançando o seu sucesso. O principal aporte bibliográfico do trabalho, incide na publicação de mesma índole, de Baggio & Baggio (2014).

PALAVRAS-CHAVE: Características dos empreendedores, motivação, comportamento empreendedor, ambição

ABSTRACT: This text is about how entrepreneurs are essential to a nation's economic development process. The hypothesis is that a country cannot develop economically without entrepreneurs at its core. As a preliminary result, it is possible to state that entrepreneurs are endowed with qualities that make them unique and, among the numerous attributes required of entrepreneurs, we see that at least two deserve to be highlighted: motivation and ambition. This study is justified by the need to understand how motivation, on the one hand, can be defined as an entrepreneur's ability to adapt to change, keeping their eyes fixed on a target and not letting themselves be overwhelmed by adverse situations, and, on the other hand, how ambition can be defined as an anxious or strong desire to achieve what sometimes doesn't even exist yet: this is how some 'invent a market of needs and demands'. Part of the results from this can attest to the fact that this is a leadership skill typical of entrepreneurship, and one that, outside of this environment, many people may not even recognize. The aim of this article is to describe the role of motivation and ambition in promoting entrepreneurial success. It concludes that these virtues play a decisive role in the entrepreneur's ability to reach his targets and goals and achieve success. The main bibliographic contribution of this work is the publication of the same nature by Baggio & Baggio (2014).

KEYWORDS: Characteristics of entrepreneurs, motivation, entrepreneurial behavior, ambition

¹ Graduado em ADMINISTRAÇÃO pela FEB – Fundação Educacional de Barretos (2001). Agente Autônomo de Investimentos autorizado pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Docente do Ensino Fundamental, Médio, Técnico e Superior.

² Consultor Empresarial & Docente do Centro Paula Souza – Mirassol – SP.

INTRODUÇÃO

A premissa de nossa análise, é a de que o empreendedor é agente essencial ao processo de desenvolvimento econômico de uma Nação, e, por conseguinte, catalisador de todos os elementos integrantes da cadeia produtiva que nascem a partir de suas iniciativas. Logo, não há desenvolvimento econômico sustentável numa sociedade capitalista, sem que em sua base existam a figura dos empreendedores e do incremento das práticas associadas a tais sujeitos (BAGGIO; BAGGIO, 2014).

Baggio & Baggio (2014), nos informa, que os brasileiros são potenciais empreendedores, por natureza. Isto é, a cultura do Brasil é a do empreendedor espontâneo. O Brasil detém uma das maiores reservas de riquezas naturais do mundo e, ainda que tal repositório seja relativamente pouco explorado, o volume empreendedor dos brasileiros ainda a ser instigado é imensurável, especialmente em segmentos em que atualmente o País é um dos maiores *players* (commodities, ou setor de infraestrutura, por exemplo), conformando nichos que fazem palpitar o coração empreendedor mundo afora, tornando o País um grande polo de atração para tais interesses.

De acordo com a última pesquisa realizada pelo Global Entrepreneurship Monitor – GEM (2020), a Taxa de Empreendedorismo Total (TTE) da população adulta (indivíduos de 18 a 64 anos), no Brasil, no ano de 2019, foi de 38,7%, representando, aproximadamente, 53 milhões de brasileiros se confirmando como a 2ª mais alta da série histórica, consolidando a trajetória de crescimento do empreendedorismo no país.

EMPREENDEDOR: PERFIL BÁSICO

Para efeitos desta investigação, adotamos como elementos essenciais ao perfil de um empreendedor, a motivação e a ambição. Estes dois itens o torna um sujeito de competências e habilidades únicas. Assim, a motivação pode ser descrita, como sendo a nossa capacidade de adaptação às mudanças e de nos mantermos com os olhos fixos em um alvo, não nos deixando abater por situações adversas (PEREIRA, PEREIRA, BAGGIO, 2021). Já, a ambição, por sua vez, pode, ser definida como sendo um desejo ansioso

ou forte de realizar algo, mesmo que isto ainda precise ser 'criado'. Tanto num caso como noutro, os vemos (motivação e ambição) como parte de um binômio bormador da ideia de 'liderança', elementos-chave de um empreendedor, mas que, infelizmente, muitas pessoas nem reconhecem (FRASER, 2019).

Estas, são forças que os mantêm focados em seus objetivos, pautados no longo prazo, apesar das dificuldades e percalços enfrentados, impedindo-os de se distanciar de suas metas. A ambição está diretamente ligada ao sucesso profissional, a melhores condições de qualidade de vida, melhores níveis de estudo e renda pretendida em estágios futuros na carreira. A motivação mantém o empreendedor seguindo seus alvos, apesar das dificuldade que insistem em os perseguir, impedir ou fazê-los desistir.

A ambição é a energia propulsora que leva o indivíduo a ir atrás de seus desejos pessoais e profissionais, focando sempre no desejo de crescimento. Por isso, é importante ao empreendedor, saber planejar, impor-se metas, saber avaliá-las e trabalhar por cada uma delas (FLUTUOSO, 2010).

IMPACTO DA DESINFORMAÇÃO NOS ÍNDICES DE INVESTIDORES NO MERCADO FINANCEIRO BRASILEIRO

Em um contexto moderno, é essencial entender como que o Mercado Financeiro opera, uma vez que ele é a peça fundamental na geração de riquezas e desenvolvimento de um País. E, é a partir dele, inclusive, que se pode compreender o funcionamento das sociedades, e o modo como elas proporcionam a si mesmas os mais diversificados cenários de desenvolvimento econômico, tecnológico e até científico.

Esse fato, que conecta intimamente a evolução humana à dinâmica dos mercados, se deve à sua essência. Originário da Mesopotâmia, em 2000 a.C., as trocas de bens representam um momento em que a ação social do Mercado consistia na canalização de excedentes financeiros entre poupadores e necessitados, que precisavam desses recursos para executar suas atividades produtivas. Assim, uma comunidade, uma cidade ou mesmo um País mais eficientes e propícios ao desenvolvimento, seriam aqueles em que se canalizassem adequadamente seus excedentes, transformando-os em atividades economicamente produtivas, o que, na linguagem financeira, é um

processo de conversão da poupança doméstica e externa em investimento produtivo (CARRETE & TAVARES, 2019).

O Brasil teve momentos de altas e de baixas neste tipo de processo, tal como ocorreu no período conhecido como o 'Milagre Econômico' (1968-1973), ou ainda, no malfadado contexto da 'Crise da Dívida' (1981-1983), situações em que tais inconstâncias na economia brasileira deixaram efeitos que perduram até os tempos atuais, em tempos do ano de 2024.

Muitos fatores influenciam essas instabilidades, tais como a intervenção de governantes que buscavam soluções de progresso rápidas, como a realizada pelo Ex-Presidente, Juscelino Kubitschek, que governou o Brasil, entre 1956-1961, com o lema de '50 anos em 5', baixando ações (1956) que fomentaram a economia, por um curto período de tempo (crescimento forçado – heterodoxia) sem pensar num futuro com maior equilíbrio (ortodoxia).

Isso se dá, também, pela aceitação em massa desses meios de crescimento econômico, pois como a maioria da população não tem grande entendimento de Economia, ver um PIB (Produto Interno Bruto) alto é motivo de comemoração, por acreditarem que isso significa que a Economia vai bem e que, assim, vai sempre continuar. Neste sentido, as pessoas buscam por soluções com resultados rápidos e, então, quando esses demoram a aparecer, a sociedade tende a rejeitar a ideia e se opor à pessoa que a propôs.

“Viver sem conhecer o passado é andar no escuro”. Essa frase, do curta metragem *Uma História de Amor e Fúria*, de Luiz Bolognesi, 2013, se encaixa perfeitamente no contexto abordado até aqui, já que, sem conhecer a história da nossa Economia, não temos como saber dos erros ou dos acertos, tendendo à repetição, e ficando estagnados num mesmo ciclo infinito. Só conhecer também não é o suficiente, é necessário pensar a respeito, debater, entender e lidar com essas situações.

Na contemporaneidade, essa realidade não se altera: vivemos uma Era que confere destaque evidente ao setor econômico, demarcando-se sua importância em conjunto ao Mercado Financeiro, que, em suma, é um ambiente dotado de mecanismos próprios, que permite intercâmbio de ativos financeiros em larga escala, envolvendo agentes superavitários e deficitários, empregando uma lógica de raciocínio eficaz em suas decisões (SELAN, 2015).

CONCLUSÕES

Demonstra-se, assim, a relevância do Mercado Financeiro em um contexto de desenvolvimento econômico. Vemos, contudo, que, apesar disso, uma parcela considerável da população brasileira acaba optando por não investir, ou até mesmo desconhece sua importância, como demonstrado por uma pesquisa feita pela ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais), chamada de “O Raio X do investidor Brasileiro” (2018), apontando que dentre as 3,3 mil pessoas entrevistadas em 2017, apenas 42% tinham algum saldo em aplicações financeiras, e nesse pequeno grupo de investidores, mais de 70% optaram pela poupança, enquanto apenas 11,5% escolheram os fundos de investimentos.

Segundo essa mesma pesquisa, um dos aspectos que corroboram com esse fato, é o de que a segurança financeira é o principal motivo que levaria o brasileiro a investir e, dessa forma, eles não enxergam os produtos financeiros como uma forma de maximizar o patrimônio ou auferir ganho, mas apenas como uma maneira de guardar o que economizou em um lugar seguro, que é como enxerga as instituições financeiras (ANBIMA, 2018).

É um fato também inegável, que o brasileiro, por uma tendência histórica de traumas inflacionários e crises econômicas, busca utilizar métodos de investimento que protegem e conservam seus capitais e, dessa forma, agem criando uma certa negatividade em relação à Bolsa de Valores. E, em tais situações, associam à Bolsa, a ideia de um mercado arriscado e de pura especulação, disseminando e perpetuando essa concepção, através da desinformação, passando estas mensagens para as futuras gerações, dando origem a uma aversão nacional ao mercado de ações como um todo.

É de contextos assim que também emergem as iniciativas empreendedoras, com indivíduos que transformam este tipo de adversidade em motivação para criar, gerar riquezas, emergindo de dentro de um contexto totalmente improvável, por meio de um elevado impulso ambicioso, a fim de obter resultados de sucesso que desafiam todas as probabilidades da lógica.

Outro ponto a se destacar, é que, no levantamento feito por Freitas

(2020), realizado com a participação de universitários, se viu que, por meio de perguntas direcionadas, se acabou chegando ao resultado de que a grande maioria classificou seu entendimento sobre finanças como 'médio', e que quase 30% classificou como 'baixo', e que, em outro questionamento, 25% afirmaram que não aplicariam de nenhuma forma seu capital no mercado de ações, por conta do risco (PIRES *et al.*, 2012; FREITAS, 2020).

Apesar dos medos originados por crises passadas, é perceptível a força de uma grande e crescente massa de influenciadores digitais sobre o assunto, alguns já bem grandes nas redes sociais, como o caso de Thiago Nigro, *Influencer* com mais de 06 milhões de inscritos em seu canal no YOUTUBE (mais conhecido sob o codinome de 'O Primo Rico'), conteudistas estes que vêm ajudando a acabar com alguns mitos adversos sobre os investimentos.

Finalmente, vemos que a visão equivocada dos brasileiros sobre o tema empreender, investir, ainda é fator que distancia grande parcela da população do mercado de ações, do mesmo modo que boa parte destas mesmas pessoas desconhecem as duas virtudes empreendedoras em destaque aqui: a motivação e a ambição. E nisso, todos persistem, mesmo já haja grande tentativa de incentivo por parte dos meios públicos e privados para informar.

Observa-se neste entorno, que é preciso ir mais a fundo, criar uma cultura de investimentos mais aprimorada e direcionada aos mais diversos setores da sociedade, capaz de atingir a todos, desde os mais novos aos mais idosos – forma-se com isto, um nicho de mercado, chamando novos empreendedores ao trabalho, o desafio é a sua nova meta: resolvam isto.

Igualmente, supomos ser necessária a inserção de tópicos da Ciência Econômica na grade curricular das escolas, ensinando os mais jovens aprendizes a administrar seus recursos, bem como, o quanto e onde investilos, resultando, em suma, numa melhor maneira de lidar com o próprio capital.

Além disso, deve-se buscar meios de acolher os adultos nesse meio. Este tipo de abordagem leva tempo, por isso, quando mais cedo começarem, melhor será o resultado.

REFERÊNCIAS

- BAARS, Martine; WIJNIA, Lisette. The relation between task-specific motivational profiles and training of self-regulated learning skills. *Learning and Individual Differences*, v. 64, p. 125-137, 2018.
- BAGGIO, Adelar Francisco; BAGGIO, Daniel Knebel. Empreendedorismo: Conceitos e definições. *Revista de empreendedorismo, inovação e tecnologia*, v. 1, n. 1, p. 25-38, 2014.
- CAMARGO, Carmen Aparecida Cardoso Maia; CAMARGO, Marcio Antonio Ferreira; SOUZA, Virginia de Oliveira. A importância da motivação no processo ensino-aprendizagem. *Revista Thema*, v. 16, n. 3, p. 598-606, 2019.
- CHANTAL, Yves; VALLERAND, Robert J.; VALLIERES, Evelyne F. Motivation and gambling involvement. *The Journal of Social Psychology*, v. 135, n. 6, p. 755-763, 1995.
- CORRÊA, Fabiana; GONZALEZ, Jeniffer. Os 9 pecados no trabalho, da ganância à preguiça. 2013. *Revista Exame*. Disponível em: <https://exame.com/carreira/os-pecados-do-trabalho/>. Acesso em: 20 de outubro de 2020.
- ELCHARDUS, Mark; SMITS, Wendy. The vanishing flexible: Ambition, self-realization and flexibility in the career perspectives of young Belgian adults. *Work, Employment and Society*, v. 22, n. 2, p. 243-262, 2008.
- FIALHO, Camila Borges et al. Motivação para empreender em cenário de crise econômica: um estudo com novos empreendedores. *Revista Livre de Sustentabilidade e Empreendedorismo*, v. 3, n. 1, p. 148-175, 2018.
- FLUTUOSO, Suzane G. O despertar da ambição. *Revista Isto É Independente*, 2010. Disponível em: https://istoe.com.br/49731_O+DESPERTAR+DA+AMBICAO/. Acesso em: 16/08/06/2022.
- FRASER, Kathleen. Ambition Is a Fabulous Word. *Professional Case Management*, v. 24, n. 6, p. 317-318, 2019.
- HANSSON, Robert O. et al. Disentangling Type A behavior: The roles of ambition, insensitivity, and anxiety. *Journal of Research in Personality*, v. 17, n. 2, p. 186-197, 1983.
- HICKS, Stephen RC. O que a ética empresarial pode aprender com o empreendedorismo. *The Journal of Private Enterprise*, v. 24, nº2, 2009. p. 49-57.
- JUDGE, Timothy A.; KAMMEYER-MUELLER, John D. On the value of aiming high: the causes and consequences of ambition. *Journal of Applied Psychology*, v. 97, n. 4, p. 758, 2012.
- LEVESQUE, Chantal et al. *Intrinsic and extrinsic motivation. International Encyclopedia of Education*, p. 618-623, 2010.
- MONITOR-GEM, G. E. Empreendedorismo no Brasil. *Global Entrepreneurship Monitor-GEM*, Curitiba, IBQP, p. 200p. 2019.
- PEREIRA, Jiulhia; PEREIRA, Magnun José. *Motivação para empreender: fatores que levam os empreendedores ao sucesso*. FATEC, Assis, 2021.
- RODRIGUES, Wesley Alves; REIS NETO, Mário Teixeira; GONÇALVES FILHO, Cid. As influências na motivação para o trabalho em ambientes com metas e recompensas: um estudo no setor público. *Revista de Administração Pública*, v. 48, p. 253-273, 2014.
- SÁNCHEZ, José Carlos; DIAS, Ana Rita; ROSA, Elisandra. A motivação e a predisposição para o empreendedorismo. *International Journal of Developmental and Educational Psychology*, v. 4, n. 1, p. 533-541, 2012.
- SCHWYHART, Winston R.; SMITH, Patricia C. Factors in the job involvement of middle managers. *Journal of Applied Psychology*, v. 56, n. 3, p. 227, 1972.
- SPECTOR, Paul E. *Psicologia nas organizações*. 4.ed. São Paulo (SP). Saraiva Educação S/A, 2012.
- TURNER, Ralph H. Some aspects of women's ambition. *American Journal of Sociology*, v. 70, n. 3, p. 271-285, 1964.

EFEITO NOCIVO DO LÍDER PORTADOR DE PERSONALIDADE NARCISISTA EM CARGOS DE LIDERANÇA NAS EMPRESAS

English title: *THE HARMFUL EFFECT OF LEADERS WITH NARCISSISTIC PERSONALITIES IN LEADERSHIP POSITIONS IN COMPANIES*

[doi>](https://doi.org/10.33726/akd2447-7656v16a10year2024p48a60) DOI NUMBER: 10.33726/akd2447-7656v16a10year2024p48a60

CARVALHO, Celso Almeida de¹
MARSON, Sérgio José²

RESUMO: Há organizações e empresas que, por alguma razão e mesmo à revelia da própria condição de continuidade de operações do empreendimento, se interessam em contratar gestores e líderes narcisistas, de perfil destrutivo ou funcionalmente iludidos (do conceito SD – *Self-deceptive*), uma vez que eles, não raro, ou estão imersos num emaranhado de convicções equivocadas sobre gestão, ou estão envolvidos em projetos excessivamente grandiosos. Este estudo tem por objetivo analisar o efeito nocivo desse tipo de líder, visto que o narcisismo está muito ligado aos *staffs* gestores, condição que pode comprometer os resultados econômicos e sociais da empresa. A situação-problema se põe ao estudo, quando o narcisismo deixa de ser saudável e passa a ser patológico. Justifica a pesquisa, o fato de que, nesta situação, um líder narcisista e destrutivo, dependendo de sua posição na hierarquia da organização (de baixo, médio ou alto escalão), pode trazer sérias consequências para a organização, principalmente, se não houver vigilância eficaz de seus atos. Como resultados parciais desta abordagem, já sabemos que, apesar disto, as organizações têm manifesta predileção por esse perfil de líder, devido à sua capacidade de assumir grandes riscos e de realizar grandes empreendimentos e projetos. Esta investigação empregará a revisão bibliográfica como método, realizando uma exposição bibliográfica do pensamento de diversos autores que se preocupam com esta mesma questão. O principal aporte bibliográfico desta revisão de literatura, contudo, repousa no entrecruzamento de vários autores, com o pensamento disposto em Freud (2010).

PALAVRAS-CHAVE: Comportamento organizacional, narcisismo, desempenho organizacional, recursos humanos, liderança

ABSTRACT: There are organizations and companies that, for whatever reason and even in spite of the very condition of the company's continued operations, are interested in hiring narcissistic managers and leaders, with a destructive or functionally deluded profile (from the SD - *Self-deceptive* concept), since they are often either immersed in a tangle of mistaken beliefs about management, or are involved in excessively grandiose projects. The aim of this study is to analyze the harmful effect of this type of leader, given that narcissism is closely linked to management staff, a condition that can compromise the company's economic and social results. The problem situation arises when narcissism ceases to be healthy and becomes pathological. The research is justified by the fact that, in this situation, a narcissistic and destructive leader, depending on their position in the organization's hierarchy (low, medium or high), can have serious consequences for the organization, especially if there is no effective monitoring of their actions. As partial results of this approach, we already know that, despite this, organizations have a clear predilection for this profile of leader, due to their ability to take big risks and carry out major undertakings and projects. This research will use a bibliographical review as its method, presenting the thoughts of various authors who are concerned with this issue. The main bibliographic contribution of this literature review, however, rests on the intersection of various authors, with the thinking of Freud (2010).

KEYWORDS: Organizational behavior, narcissism, organizational performance, human resources, leadership

¹ Graduado em ADMINISTRAÇÃO pela FEB – Fundação Educacional de Barretos (2001). Agente Autônomo de Investimentos autorizado pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Docente do Ensino Fundamental, Médio, Técnico e Superior.

² Consultor Empresarial & Docente do Centro Paula Souza – Mirassol – SP.

INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea, fragmentada como está, é um território perfeito para a promoção e proliferação de indivíduos narcisistas e do narcisismo. A todo o momento, a civilização e o ambiente atual estimulam e impulsionam as pessoas a serem narcisistas, seja através da exposição digital com as *selfies*, seja por meio da necessidade de aparentar personas e posses inexistentes, ou mesmo, por meio do estímulo ao desejo pela efemeridade da fama, criando o hábito obrigatório de ser notado, prestigiado, de estar em evidência, sob a luz dos holofotes, o tempo todo (DE QUADROS *et al*, 2012).

Neste contexto, emerge certa ênfase exagerada dada à importância de vencer, acompanhada de uma falsa promessa de felicidade e de uma inatingível plenitude de satisfação: o naufrágio disso tudo culmina numa espécie de culto ao 'eu' em fluxo contínuo (DUCATI, MADUREIRA, 2017).

O termo narcisismo, por sua vez, advém de uma descrição clínica, cunhada em 1899, por P. Näke, para designar o indivíduo que trata o próprio corpo como se fosse um objeto de fetiche erótico, olhando, tocando e acariciando com prazer, até atingir plena satisfação e prazer sexual. Logo, o narcisismo está relacionado à perversão, a sexualidade de uma pessoa, assim como as perversões de forma geral (FREUD, 2010).

Após os anos 1960, a sociedade passou a estimular o narcisismo, ao mudar seus paradigmas e passar a defender, quase que unicamente, o bem-estar individual em detrimento do coletivo (DUCATI, MADUREIRA, 2017).

O homem narcísico contemporâneo rompe com os valores tradicionais da sociedade burguesa, paradigma que, até este momento, era o centro da vida social e emocional coletiva. Agora, se vê prevalecer uma ideologia individualista, que altera os valores familiares, que valoriza o individualismo, e se baseia no respeito à liberdade extravagante e na valorização dos desejos de cada um e não mais no recato ou no todo (DUCATI, MADUREIRA, 2017).

As políticas identitárias dos anos 1980 e 1990 reforçaram a defesa dos interesses individuais e particulares evocados por este novo tempo, uma vez que centradas na premissas das necessidades do próprio corpo e da vontade, distanciando os indivíduos dos interesses elevados e do bem comum.

O homem narcísico contemporâneo é fascinado pelas celebridades, manifesta uma atitude *blasé* (termo do idioma francês, que classifica a atitude de uma pessoa como cética, apática ou indiferente), existente nos habitantes das metrópoles, que se caracteriza, em suma, pelo individualismo e pela indiferença, causados pelo excesso de estímulos e informações presentes nos grandes centros urbanos (DUCATI, MADUREIRA, 2017).

O narcisismo atual dá ênfase à vida privada, à degradação da vida pessoal, da amizade e do amor sincero. Assim, existe uma eterna insatisfação e impossibilidade de se aproveitar o momento presente, gerando uma ininterrupta necessidade de auto aceitação e um sentimento constante de mostrar uma realidade de vida fictícia, de um culto às identidades virtuais, aliado a uma exaltação à mídia e um inaceitável medo do fracasso. É a eterna insatisfação do homem que retorna a nós, de tempos em tempos, só que, desta vez, revestida de modernidades digitais (DUCATI, MADUREIRA, 2017).

A sociedade atual é a do espetáculo, onde a fama e a visibilidade são vistas como os únicos critérios que levarão o indivíduo ao lugar almejado, um terreno próspero para os narcisistas. Numa sociedade assim, ser narcisista é a norma geral, também validada para os contextos corporativos, empresariais e industriais (DE QUADROS *et al.*, 2012).

As obras da Usina de Jirau, de Belo Monte, na bacia do Rio Xingu (PA), e da transposição do Rio São Francisco, são casos de grandes obras públicas criadas com o dinheiro do contribuinte, por governantes narcisistas destrutivos, e que poderão deixar um rastro de destruição e prejuízos incontáveis a longo prazo (PINTO, 2012; CORRÊA, GEREMIAS; 2013; CAMPOS, 2016).

Estas são apenas duas amostras dos problemas que governantes ou líderes narcisistas podem causar. Ao se analisar o comportamento, a atitude de empresários envolvidos, é nítido o perfil narcisista destrutivo deles.

No atual mundo competitivo, independentemente da área de atuação, seja ela governamental, industrial, corporativa, tanto empresas quanto corporações ou associações, valorizam indivíduos com determinadas características e qualidades, tais como ambição, habilidade para tomar rapidamente decisões difíceis, gerar entusiasmo nos outros, habilidade de manipulação, persuasão, carisma, capacidade de inspirar outras pessoas,

negociação, características estas que são encontradas em muitos indivíduos, porém, bem mais frequentes em sujeitos narcisistas (LUBIT, 2002).

Devido a tais predicados, os indivíduos narcisistas destrutivos – ND – são os mais desejados, requeridos por grandes empresas, corporações e partidos políticos, pois são capazes de desenvolverem grandes projetos, obter resultados espetaculares, de grande importância, visto que são muito aptos aos riscos e altamente ambiciosos (MELO JUNIOR, RONCHI, 2013).

Contudo, estes indivíduos podem criar sérios problemas para as corporações, além de destruírem as pontes e a pavimentação do solo pelos caminhos por onde passam. Por isso, este estudo tem por objetivo, analisar o efeito nocivo do líder portador de personalidade narcisista em cargos liderança nas empresas, a fim de gerarmos um estudo que pode ser útil para empresas, governos e para a sociedade como um todo.

O LÍDER DENTRO DE UMA ORGANIZAÇÃO

Os verdadeiros líderes já nascem com as habilidades de liderança, porém, é possível que todos os indivíduos apresentem algum sinal de comportamento narcisista, seja ele (o sujeito) sadio, quer seja o auto centramento dele, patológico (VRIES, MILLER, 1990).

Antes do mercado passar a valorizar tanto o narcisismo, o líder era considerado apenas o indivíduo capaz de inspirar e influenciar pessoas a agirem em prol dos objetivos da instituição. Eles desenvolviam entusiasmo, autoestima e ideais nobres entre os liderados, criando condições para todos exercerem o máximo de seu potencial, propiciando-lhes a autoconfiança e estimulando-as a perseguirem um ideal. As habilidades interpessoais, neste contexto, anterior ao narcisismo em vigor, se constituíam a essência da liderança, pois eram, por meio da interação com as pessoas e não com as coisas ou com a tecnologia ou com subjetividades como o status ou a fama, que o líder exercia a sua capacidade de influência, motivação, comprometimento e confiança (BARTELS *et al.*, 2006).

Veio daí, que possuir bom equilíbrio mental e emocional, seriam qualidades fundamentais do líder eficiente (MELO JUNIOR, RONCHI, 2013).

Do mesmo lugar, adveio o conceito, de que um líder teria a função de planejar, avaliar, informar, controlar, estimular, recompensar, punir, entre outros

atributos, fornecendo uma maior assistência e orientação ao grupo, auxiliando na resolução dos problemas, reduzindo as incertezas (BARTELS *et al.*, 2006).

Todos os indivíduos precisam de autoestima saudável, para ajudar nos seus comprometermos com seus ideais e valores, a fim de que sejam capazes, inclusive, de se importarem com os outros indivíduos, para defenderem suas opiniões, para se relacionarem de maneira saudável com as outras pessoas, e para inspirarem a confiança umas nas outras (LUBIT, 2002).

Nesse breve histórico, vê-se claramente um salto entre o passado e o presente do perfil colocado na posição de liderança. Foi tão rápido assim, que chegamos aos tempos, em que o 'narcisismo saudável' passou a ser aceito, diante do fato de que o narcisista possui sólida autoestima e que, por isto, seria capaz de possibilitar ao indivíduo liderado, não apenas melhores condições de resistir às frustrações cotidianas, mas que, sobretudo, seria ele, o líder narcisista, mais hábil a tais funções, por ter, pelo menos em tese, mais empatia para com as pessoas, apoiando-as, desenvolvendo laços de amizade e de intimidade nos relacionamentos, ainda que fosse muito orientado pelos vieses de seus próprios interesses (VRIES, MILLER, 1990).

AS CARACTERÍSTICAS DA PERSONALIDADE NARCISISTA

De acordo com os critérios diagnósticos da classificação do DSM – V (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, 5ª Edição), no tópico 'transtorno de personalidade', o narcisista é descrito da seguinte forma: "Um padrão geral de grandiosidade (na imaginação ou no comportamento), uma necessidade de admiração e falta de empatia, começando no início da idade adulta e ocorrendo em vários contextos, como indicado por cinco (ou mais) dos seguintes itens" (DSM – V, 2014):

(1) um sentido grandioso de auto importância; (2) preocupação com fantasias ilimitadas de sucesso, poder, brilho, beleza ou amor ideal; (3) acredita que é especial e único e que eles só podem entendê-lo, ou só devem se relacionar, com outras pessoas (ou instituições) especiais ou de alto *status*; (4) exige admiração excessiva; (5) tem um senso de "estar em seu direito", isto é, expectativas não razoáveis de receber favor especial ou consentimento automático com suas expectativas; (6) tende à exploração interpessoal, isto é, aproveita os outros para atingir seus próprios objetivos; (7) carece de empatia, isto é, é incapaz de reconhecer ou identificar-se com os sentimentos e necessidades de outras pessoas; (8) Ele, muitas vezes, inveja os outros ou acredita que outros o invejam; (9) apresenta atitudes ou comportamentos arrogantes ou arrogantes (DSM – V, 2014).

Há, inclusive, além destas descrições, uma tabela de classificação do narcisismo, feita a partir dos constructos presentes na literatura organizacional. Nesta classificação, há três tipos básicos: o narcisista destrutivo (ND) ou narcisista reativo (NR); o narcisista auto ilusório (SD); e, o narcisista construtivo (NC), todos descritos no quadro abaixo:

Líderes Narcisistas tipos e suas características		
Líder Destrutivo (ND) ou Líder Reativo (NR)	Narcisista Auto ilusório (Self-deceptive – SD)	Narcisista construtivo (NC)
Características		
Exibicionismo, Grandiosidade, Impiedade, Frieza, e Considera ter direitos (quer dominar).	Ausência de empatia, Maquiavelismo, Medo do fracasso, Carente de ideal, e Preocupado com suas Próprias necessidades (Deseja ser amado).	Senso de humor, Criatividade, Confiança em si. Ambição, Energia, Obstinação, e Orgulho (quer dominar)
Manifestação no funcionamento organizacional		
1. Liderança		
Orientação transformadora	Orientação transaccional	Orientação transformadora e transaccional
Modo de expulsão	Modo de verificação	Modo de reciprocidade
Só tolera bajuladores, Tirano e cruel, Ignora as necessidades dos subordinados, e Tem raiva da crítica.	Prefere os subordinados Não críticos, Diplomata, Considera os subordinados como instrumentos, e Fere-se com as críticas.	Meritocrático, Inspirador, Desempenha o papel de menor importância, e Aprende algo da crítica.
2. Tomada de decisão		
Desenvolve projetos espetaculares, de grande importância e muito arriscados. Não consulta ninguém. Esmaga os opositores. Utiliza-se de bodes expiatórios, e não admite a derrota.	Conservadores, pouco inclinados ao risco, prudente demais. Consulta gente demais, e apresenta momentos intensos de indecisão.	Consultor na coleta de informações, mas independente na tomada de decisões, bem como dirigido interiormente.

Fonte: Kets de Vries e Miller (1990)

Kets de Vries e Miller (1990) acreditam que líderes narcisistas construtivos podem causar poucos problemas nas organizações.

Já, os NDs, ao contrário, apresentam as seguintes características: arrogância, preocupação com o poder, necessidade de serem admirados, ostentação de riqueza, se consideram importantes, têm forte sentimento de posse e menosprezo aos outros etc. Apresentam limitações, como capacidade de observação na visão sistêmica, bem como analisar a incongruência do seu próprio 'eu' (VRIES, MILLER, 1990; MELO JUNIOR, RONCHI, 2013).

Os NDs têm dificuldades para estabelecer vínculos duradouros, o que compromete seus relacionamentos interpessoais, mas, apesar disso, a maioria das personalidades ND, se concentram em posições de liderança, uma vez que são movidos pela necessidade de poder e prestígio.

Os NDs também têm dificuldades nas divergências, considerando sua incapacidade de percepção de nuances. Necessitam constantemente de audiência, tendo uma necessidade compulsiva de se apresentarem, na maioria das vezes, como o 'todo poderoso' em todas as situações da vida praticamente (VRIES, MILLER, 1990; MELO JUNIOR, RONCHI, 2013).

A dificuldade para reconhecer as fronteiras éticas, tende a torná-los exploradores emocionais (cheio de jogos mentais e de conduta), sádicos, usando o poder, inclusive para emascular e sufocar o desenvolvimento dos demais. Geralmente não controlam seus impulsos (rejeição, compulsão, sexo, agressividade, dentre outros), o que os torna, na maioria das vezes, indivíduos frios e calculistas, quase psicóticos (MELO JUNIOR, RONCHI, 2013).

As vítimas dos NDs agem basicamente de dois modos: alguns percebem a situação e desistem da organização, outros sofrem um 'contágio mental', criando uma ligação intensa com o ND, e passam a apoiá-lo, apesar das práticas pouco convencionais ou irracionais, fazendo sacrifícios para serem aceitas.

Isto ocorre, quando o indivíduo se sente perdido, sem valor, sem uma referência dentro da organização, sem alguém que o admire ou que nele se inspire (MELO JUNIOR, RONCHI, 2013). Outros indivíduos superestimam a capacidade de seus líderes, o que pode ser fonte de sérios problemas. Em todas as situações, a perda, tanto emocional quanto para a organização são enormes.

LÍDER NARCISISTA

Há uma maior frequência de indivíduos portadores de personalidades narcisistas ocupando as posições de liderança, e isso se deve ao fato de os narcisistas terem a intensa necessidade de poder, prestígio e visibilidade (VRIES, MILLER, 1990; MELO JUNIOR, RONCHI, 2013).

Porém, ao lado desta informação já dada, podemos nos perguntar: como surge um líder narcisista dentro de uma empresa? Como a empresa cria e cultua o mito do líder narcisista? Como eles surgem dentro das corporações, como se fossem

heróis, vistos como nas lendas, exercendo fascínio e encantamento, agregando pessoas em torno de um ideal ou ideia, trabalhando para um bem comum?

É provável, segundo dizem Vries, Miller (1990); Melo Junior, Ronchi, (2013), que o exercício desse papel, estaria associado às suas conquistas, às vitórias conseguidas pelo líder narcisista, obtidas dentro dos ciclos de vida e produtividade da organização. Então, com o tempo, haverá a seleção e a manipulação da realidade para que ela funcione como exemplo brilhante, e que assim se justifiquem certas atitudes e políticas do líder narcisista, as quais não hesita em moldá-las em torno de seus próprios benefícios.

POR QUE AS ORGANIZAÇÕES NECESSITAM DE UM LÍDER NARCISISTA

As organizações, formatadas nos tempos de hoje, são 'repositórios perfeitos' para a presença do narcisismo (MELO JUNIOR, RONCHI, 2013).

A índole organizacional é propícia para o desenvolvimento e o aparecimento do narcisista destrutivo, pois estes procuram, através do exercício do poder, satisfazer o *status quo*, orientado que estão ambos (ND e Empresas), pelo desejo de serem os melhores ou de serem amados, valorizados, percebidos e idolatrados. Contudo, o narcisista rompe este ciclo de interdependência, quando confrontado, se tornando agressivo, arredio à interação.

É assim que, no curto prazo, o líder narcisista agirá na liderança, apoiado tanto na fragilidade dos seus liderados, bem como nas fraquezas da própria organização que o acolhe. Devido à supervalorização do sucesso no ambiente de trabalho, é comum às organizações, cobrarem dos indivíduos, sacrifícios contínuos e intensos. Juntos, então, organização e líderes NDs, se apresentam como onipotentes, imbatíveis e perfeitos (VRIES, MILLER, 1990).

A organização se identifica e até mantém os líderes ND por isso, mesmo que a presença deste torne o trabalho em equipe, as relações interpessoais de acreditação com os liderados mais difíceis e desgastantes. Os líderes ND usam o poder de convencimento para não assumirem a sua responsabilidade nos resultados organizacionais que venham abaixo de padrões estabelecidos, ou seja, negar sua limitação enquanto líder é praticamente uma regra narcísica.

Nas modernas organizações, proliferam e estimulam a necessidade de poder e *status*, criam um repositório de ilusão que cativa e motiva, acondicionando os indivíduos a buscarem, a todo o instante, o poder, o *status*, a realização do reconhecimento através do crescimento profissional, a partir da sua competência, para assumir cargos de liderança com efetiva contribuição para objetivos organizacionais, tal fato fica evidente com o fenômeno narcisista, contribuindo-se para o fascínio do significado do seu próprio 'eu' e 'do controle' dos colaboradores (VRIES, MILLER, 1990; MELO JUNIOR, RONCHI, 2013).

A organização moderna é narcisista, afinal abriga muitos sujeitos narcisistas, em um jogo alternado de alimentação de reflexo e imagem. Assim, os indivíduos narcisistas parecem não ter limites, pensam grande, necessitam serem grandes, estar em evidência, carecem de foco, brilham a todo instante e não medem esforços para isto. E, tal qual às organizações para as quais trabalham, assumem grandes empreitadas, grandes projetos, grandes construções e nisso, ambos – sujeitos e corporações – se refletem patologicamente uns aos outros (MELO JUNIOR, RONCHI, 2013).

Alguns traços do ND ajudam as pessoas a evoluir na estrutura gerencial, tal como a manifestação de alto nível de autoconfiança, grande entusiasmo e ambição por prestígio e poder, elementos que são particularmente bons em fazer política na organização (LUBIT, 2002).

Eles cativam seus superiores, manipulam pessoas, sua energia, entusiasmando e contagiando as pessoas. A sua loquacidade forja relacionamentos rápidos e superficiais. Sua falta de compaixão, ambição, habilidade para tomar rapidamente decisões difíceis e gerar entusiasmo nos outros ajudam a atingir o poder e serem eficientes em alguns aspectos de liderança (LUBIT, 2002).

OS EFEITOS NEGATIVOS DO NARCISISMO SOB A LIDERANÇA

O narcisismo pode comprometer os resultados da liderança (VRIES, MILLER, 1990; MELO JUNIOR, RONCHI, 2013). Os possíveis danos e problemas originados a partir de líderes ND, são expressos por perfis dominadores, pelo sadismo, falta de compaixão, falta de preocupação com o próximo, maquiavelismo, ausência de vínculo com valores, excesso de

imposição do poder, expressão de comportamento agressivo, ato que pode afastar os melhores ou levá-los à regressão, roubam crédito do trabalho alheio, transformam os outros em bodes expiatórios, sonegação de informações, mantêm segredos, estabelecem favoritismos, predileções, veem e ouvem apenas o que desejam (VRIES, MILLER, 1990; MELO JUNIOR, RONCHI, 2013).

Os altos níveis de autoconfiança do ND, podem esconder uma frágil autoestima. É possível que, numa situação de estresse, que ameace ou diminua a credibilidade de autoestima ND, tais gestores possam ter sérias reações, como depressão ou ataques de fúria. Os gestores ND não respeitam os direitos alheios e são, na maioria das vezes, arrogantes, menosprezando e explorando as outras pessoas, não havendo preocupação pelo próximo. Não deixam que as pessoas se desenvolvam e também alienam seus subordinados. Os NDs têm um vazio interno que os levam a procurar emoção, apesar do alto risco, levando-os a incorrer em atos ilícitos, inclusive envolvendo a empresa (LUBIT, 2002).

Quando contrariados costumam ter ataques destrutivos, que os fazem reviver os padrões de comportamento dos indivíduos com autoestima baixa. Indivíduos liderados por esse tipo de gestor sofrem de uma ‘falsa conexão’, pois passam a querer agradá-lo, buscando alcançar metas, prendendo-se meramente a uma racionalidade limitada (MELO JUNIOR, RONCHI, 2013).

Eles são frequentemente fracos na implementação de programas de longo prazo. Seu desejo por novas emoções para vencer o tédio e preencher a sensação de vazio, aliado à falta de vínculo com o sistema de valores, faz com que seus interesses mudem rapidamente. Os gestores ND tendem a mudar, repentinamente, seus planos organizacionais, deixando de concluir o processo de construir competências importantes e necessárias ou finalizar projetos. Não prestam muita atenção nos detalhes, uma vez que estão mais interessados no plano como um todo. A incompetência de gestores ND de concluir projetos pode atingir a performance da unidade de negócios (LUBIT, 2002).

Quando os ND atingem níveis mais altos de cargos dentro da organização, aparecem muitos problemas, devido às características como grandiosidade, menosprezo para com seus subordinados, sentimento de ter direito a tudo, ausência de valores e busca contínua por adrenalina, fatores que podem prejudicar significativamente a organização.

Esse gestor compromete a performance de longo prazo de sua unidade de negócios, já que afugenta pessoas talentosas. Além disso, desvia a concentração das pessoas no trabalho, cria uma cultura problemática e tende a tomar decisões impensadas (LUBIT, 2002).

Como os narcisistas, se julgam muito importantes, ser admirado, obter reconhecimento, elogios e favores lhe interessam. Costumam esperar altos níveis de dedicação de seus subordinados, embora se importem pouco com seu bem-estar. A autoestima dos narcisistas, como vimos, é sensível às críticas. Os narcisistas idealizam que as outras pessoas não têm o direito de criticá-las, de que são tão superiores que merecem tratamento e privilégios especiais. É intolerável que eles não tenham o devido respeito ou que não atinjam o que têm direito (indicando baixa tolerância à frustração) (DSM – V, 2014).

O mesmo DSM – V (2014), aponta que os narcisistas tratam os outros como se fossem objetos, se aproveitando deles, explorando-os para seu próprio benefício. Eles acham que os outros devem satisfazer suas necessidades. Como eles têm muito talento, acreditam que as pessoas devem se esforçar para promover suas conquistas. Tentam alcançar seus objetivos usando estratégias de coerção e ameaças, e trabalham suas armas de persuasão ou fraude, fazendo delas condutas habituais de assédio. Seu hábito reflete sua desconsideração e indiferença em relação aos direitos alheios. É nesses momentos que sua patologia é revelada, porque tais procedimentos de manipulação e egoísmo são características distintivas da persona narcisista.

A falta de empatia do narcisista o impede de identificar as necessidades dos outros e o torna egoísta e egocêntrico, cuidando exclusivamente de si mesmo. Muitas vezes, ele inveja os outros ou acredita que outros o invejam. Os narcisistas sentem inveja das realizações dos outros e acreditam que têm inveja de suas conquistas. Quando trabalham em grupo, atribuem uma eventual má administração à inveja dos outros (DSM – V, 2014).

Apresenta atitudes ou comportamentos arrogantes. Os narcisistas apresentam um comportamento distante, desdenhoso, presunçoso e vaidoso. O narcisista não aceita *feedback* por parte dos outros. A avaliação dos outros produz vergonha no indivíduo narcisista, raiva, humilhação ou uma total negação de erros pessoais. O sujeito narcisista manipula os outros para lhe dar *feedback*

positivo, enquanto extingue o *feedback* negativo, por meio de respostas raivosas a qualquer crítica. Sem o *feedback* dos outros, quase não há como se desenvolverem relacionamentos interpessoais maduros. O narcisista gosta da oposição e, a falta dela, faz com que seu ego se expanda sem obstáculos, uma circunstância que pode levar a sintomas delirantes (DSM – V, 2014).

Os narcisistas podem mostrar simpatia apenas para atingir seus objetivos egoístas, mas eles frequentemente mentem e enganam os outros, para atingir esse propósito também. A autoconfiança dos narcisistas implica que, mesmo sem limites para as suas fantasias, acreditam que serão pessoas famosas e bem-sucedidas. A segurança e a autoconfiança fazem com que indivíduos com personalidades dependentes, encontre no narcisista alguém a seguir, alguém que dê segurança à sua insegurança, alguém que mostre o caminho certo e, por isso, tem facilidade em liderar (DSM – V, 2014).

No Brasil, a lista de políticos narcisistas é imensa, mas os mais expressivos que podem ser citados, em primeira mão, são: ex-presidente, Fernando Collor de Mello, Luiz Inácio Lula da Silva, José Dirceu, Paulo Maluf, Eduardo Cunha, Antônio Palocci, Sergio Cabral, Eduardo Paes, Anthony Garotinho, Luiz Fernando Pezão.

Dentre os empresários os mais expressivos temos: Eike Batista, Marcelo Odebrecht, José Carlos Bumlai, Alberto Youssef, Nestor Cerveró etc.

CONCLUSÕES

O narcisismo está ligado à liderança e aos líderes, pois todo o líder é naturalmente narcisista. O problema é que, quando o narcisismo deixa de ser saudável, automaticamente passa a ser patológico para si, para a corporação e para a sociedade. Nisso, um líder narcisista destrutivo, dependendo de sua posição na hierarquia da organização (baixo, médio ou alto escalão), e como geralmente estão nos mais altos escalões da diretoria da empresa nos cargos de gestor ou CEO, podem trazer sérias consequências para a organização, se nela não houver mecanismos de vigilância de seus atos.

Logo, é preciso que as organizações estejam preparadas para supervisionar e arcar para com as responsabilidades de ter muitos líderes narcisistas destrutivos em suas equipes, pois podem perder talentos, clientes,

e ter dificuldades de retenção de profissionais mais habilitados para a organização, além de gerar outros inconvenientes, oriundos desses tipos de líderes, tanto dentro das equipes de trabalho, quanto noutras esferas de interação praticadas pela organização.

REFERÊNCIAS

- BUCKINGHAM, Marcus; COFFMAN, Curt. *First, break all the rules: What the world's greatest managers do differently*. Nova York / EUA: Simon and Schuster, 2014.
- BARTELS, Adriana *et al.* Liderança, narcisismo e poder: impactos no funcionamento das equipes na organização RH. *SBDG, Caderno 86*. Porto Alegre – RS, 2006.
- CAMPOS, Cauê Vieira. Conflitos trabalhistas nas obras do PAC: o caso das Usinas Hidrelétricas de Jirau, Santo Antônio e Belo Monte. Campinas. 2016. *Tese de Doutorado*, 204 fls., 2016. *Dissertação* (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas: Campinas / SP, 2016.
- CORRÊA, Raquel Folmer; GEREMIAS, Bethânia Medeiros. Olhares CTS às controvérsias em torno da construção da usina hidrelétrica de Belo Monte. *In: Atas do IX Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências*. Águas de Lindóia – SP, 2013.
- DUCATI, Carlos Rafael; MADUREIRA, Gisela. Eu: Um Estudo Da Selfie Como Expressão Narcisista Na Sociedade Do Espetáculo. *In: INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Curitiba – PR, 2017*
- DE QUADROS, Ana Rachel Zimmermann *et al.* Felicidade, desejo e narcisismo: uma análise do case “The Hire” da BMW. *In: INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Fortaleza, CE, 2012.*
- FREUD, Sigmund. *Introdução ao narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos* (1914-1916). v. XII. São Paulo: SCHWARCZ. LTDA / Companhia das Letras, 2010.
- LUBIT, Roy. O impacto dos gestores narcisistas nas organizações. *Revista de Administração de Empresas*, v. 42, n. 3, p. 1-12, 2002.
- Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – DSM-5, 5ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.
- MELO JUNIOR, José Samuel de Miranda, RONCHI, Carlos César. Liderança e Narcisismo: Indissociabilidade para Interpretação no Ambiente Organizacional. *In XXXVII ANPAD, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração Rio de Janeiro, 2013.*
- PINTO, Lúcio Flávio. De Tucuruí a Belo Monte: a história avança mesmo? *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Revista de Ciências Humanas*, v. 7, n. 3, p. 777-782, 2012.
- VRIES, Kets de; Manfred FR; MILLER, Danny. Narcisismo e liderança: uma perspectiva de relações de objetos. *Revista de Administração de Empresas*, v. 30, n. 3, p. 5-16, 1990.

O PROCESSO DE PRIVATIZAÇÃO DO PORTO DE SANTOS

English title: *THE PRIVATIZATION PROCESS OF THE PORT OF SANTOS*

[doi](https://doi.org/10.33726/akd2447-7656v16a10year2024p61a74) DOI NUMBER: 10.33726/akd2447-7656v16a10year2024p61a74

CARVALHO, Celso Almeida de¹
MARSON, Sérgio José²

RESUMO: O transporte marítimo tem imenso papel no desenvolvimento do País, por meio de um dos maiores portos do Brasil, o Porto de Santos. Justifica a realização deste exame, o fato de que, o Porto de Santos conquistou, no mês de agosto de 2020, a melhor marca de toda a série histórica, ao movimentar 13,7 milhões de toneladas, alta de 13,6% sobre o mesmo mês de 2019, e 1,8% acima do recorde anterior, registrado em julho de 2024, quando operou 13,5 milhões de toneladas. Como resultado parcial do estudo, vemos que a abrangência do modal aquaviário, possibilita a entrada e saída de mercadorias do Brasil para o mundo e vice-versa e, neste sentido, sua privatização é fundamental para trazer modernização, eficiência, redução de custos e maiores lucros, além de reduzir o tamanho da máquina estatal. O objetivo do trabalho, portanto, é o de analisar o processo de privatização do Porto de Santos, avaliando os benefícios e as perdas, em caso de retrocesso deste processo. Foi utilizada como metodologia de pesquisa, uma revisão de literatura, feita a partir de artigos indexados, especialmente em bases de dados como PubMed, FGV, Dom Cabral, bem como, as oriundas pelo motor de busca Google. Conclui-se que o Porto de Santos é um enorme ativo, valioso, e que, se privatizado, pode trazer grandes ganhos para o governo, parceiros, clientes em todos os aspectos, para o setor administrativo, gerando mais valor, eficiência, competitividade, modernizando as operações. Como parte das hipóteses de investigação, entendemos que, caso o Porto não seja privatizado, o governo terá nas mãos um ativo de grande porte, porém, passível de deterioração, face à falta de investimentos maciços em modernização, gestão, perdendo competitividade e ficando atrás dos grandes portos do mundo. O principal documento utilizado como fonte de dados, incide no texto emitido pela Autoridade Aquaviária do Porto (SANTOS PORT AUTHORITY, 2022).

PALAVRAS-CHAVE: Transporte aquaviário, privatização, gestão portuária, Porto de Santos

ABSTRACT: Maritime transport plays an immense role in the country's development through one of Brazil's largest ports, the Port of Santos. This study is justified by the fact that, in August 2020, the Port of Santos achieved the best record in the entire historical series, handling 13.7 million tons, an increase of 13.6% over the same month in 2019, and 1.8% above the previous record, set in July 2024, when it handled 13.5 million tons. As a partial result of the study, we see that the scope of the waterway modal makes it possible for goods to enter and leave Brazil for the world and vice versa and, in this sense, its privatization is fundamental to bring modernization, efficiency, cost reduction and greater profits, in addition to reducing the size of the state machine. The aim of this paper, therefore, is to analyse the process of privatizing the Port of Santos, assessing the benefits and losses if this process were to backfire. The research methodology used was a literature review based on indexed articles, especially in databases such as PubMed, FGV, Dom Cabral and Google. The conclusion is that the Port of Santos is a huge, valuable asset which, if privatized, could bring great gains for the government, partners, clients in all aspects, for the administrative sector, generating more value, efficiency, competitiveness and modernizing operations. As part of the research hypotheses. The main document used as a data source is the text issued by the Port Authority (SANTOS PORT AUTHORITY, 2022).

KEYWORDS: Water transport, privatization, port management, Port of Santos

¹ Graduado em ADMINISTRAÇÃO pela FEB – Fundação Educacional de Barretos (2001). Agente Autônomo de Investimentos autorizado pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Docente do Ensino Fundamental, Médio, Técnico e Superior.

² Consultor Empresarial & Docente do Centro Paula Souza – Mirassol – SP.

INTRODUÇÃO

O transporte marítimo viabiliza o transporte de grandes volumes de carga, com baixo custo, agilidade e eficiência. Como o nosso Planeta conta com 70% de sua superfície coberta por mares, esse modal logístico tem tido cada vez mais a adesão de todos os países do mundo (SILVA *et al.*, 2021).

Equiparado ao montante de águas em nossa superfície, cerca de 70% de todas as mercadorias que circulam mundo afora, podem ser transportadas, por meio de deslocamentos marítimos. Na atualidade, os portos de maior destaque possuem uma moderna e grande infraestrutura, que envolve maquinários, tecnologia e centros de armazenagem.

Um exemplo disso, temos no Porto Roterdã (Holanda), o qual abriga o cais de maior fluxo de mercadorias do mundo (BUENO, 2022). É a partir dele que as produções dos países que integram a União Europeia são escoadas, servindo também de porta de entrada para produtos importados, oriundos de outros continentes. Na mesma senda de observação, nos Estados Unidos, temos outros portos de mesma relevância, como os de New Orleans e o de Nova York (SILVA *et al.*, 2021; BUENO, 2022).

A indústria marítima foi considerada pilar do comércio internacional, desde as antigas civilizações, graças ao fato de que nela se possibilita a compra-venda de cargas diversas, além de se poder realizar o transporte de pessoas. Com mais de 50 mil navios mercantes, distribuídos entre 150 países, atualmente esta é uma das indústrias mais globalizadas do mundo, em termos de propriedade e de operações efetuadas (SOLÍSTICA, 2022).

Em relação à capacidade de carga, os cinco principais países montadores de navios são: Grécia, Japão, China, Alemanha e Cingapura. Em conjunto, estes países têm 49,5% de participação no mercado de tonelagem de peso morto. O modal marítimo proporciona emprego e renda para cerca de 1,65 milhões de marinheiros, os quais trabalham nas frotas em nível mundial (SILVA *et al.*, 2021).

Nos próximos anos, o transporte marítimo seguirá sendo o meio de transporte mais importante para o comércio internacional, razão pela qual, as companhias marítimas e as organizações públicas, em nível global, deverão

compreender a necessidade de se fomentar maior conectividade para com o desenvolvimento desta indústria e da economia mundial (SILVA *et al.*, 2021; SOLÍSTICA, 2022). Logo, em razão disto, é que este estudo elege por objetivo, analisar o processo de privatização do Porto de Santos, avaliando os benefícios e as eventuais perdas, em caso de retrocesso deste processo.

O DESENVOLVIMENTO MARÍTIMO NO BRASIL

A história portuária brasileira compreende eventos que vão desde as instalações rudimentares, implantadas logo após o Descobrimento lusitano, até os grandes complexos portuários e terminais especializados de hoje em dia, existentes ao longo de toda sua imensa costa (GUEDES, 1998).

Em 1808, a abertura dos portos às nações amigas, realizada por D. João VI, abriu espaço para as concessões, para a exploração dos 'portos organizados', bem como, para as ferrovias que os acessam. Portanto, no final de tal Século XIX e, mais tarde, com a implantação de terminais especializados, necessários e compatíveis com a industrialização do pós-guerra, é que o modal marítimo foi retomado, como um dos principais instrumentos da prioridade exportadora dos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND's), sobretudo nos Governos da Era militar, destacando-se nisso, a Empresa de Portos do Brasil S.A, fundada em 1975, a denominada PORTOBRÁS (GUEDES, 1998).

Em 1888, ainda buscando desenvolver as estruturas portuárias, o Governo brasileiro realizou uma concorrência para exploração do Porto, por 90 anos. Mas foi, somente em 1890, que foi assinado o Termo de Concessão, com a criação da Companhia Docas de Santos (CDS), detentora da Concessão, que construiu e inaugurou, em 1892, os primeiros 260 metros de cais, criando, assim, o primeiro Porto Organizado do Brasil (SANTOS PORT AUTHORITY, 2022).

Em 1975, junto ao nascimento da PORTOBRÁS, foi promulgada a Lei n. 6.222, de 10 de julho de 1975, que, dentre outras providências, autorizou a constituição da Empresa de Portos do Brasil Sociedade Anônima (PORTOBRÁS), para administrar os portos do Governo federal e auxiliar na execução da Política Portuária Nacional (BRASIL, 1975).

Em 1980, termina a concessão dos serviços portuários dada à CDS. A administração portuária retorna para o Governo Federal, por meio da

constituição, em 1981, das Companhia Docas do Estado de São Paulo – CODESP, que passou a deter o controle da administração portuária, substituindo a outorga vencida dada à CDS (FARRANHA, FREZZA, BARBOSA, 2015; SANTOS PORT AUTHORITY, 2022).

Em 1990, o governo extingue a PORTOBRÁS, por meio da Lei nº 8.029/04/1990, devido ao abandono e à crise no Estado brasileiro, momento em que o País esteve fortemente endividado (BRASIL, 1990).

A CODESP (Companhia Docas do Estado de São Paulo), então, passou a administrar o complexo, deixando de participar diretamente do controle de carga e descarga, incentivando a containerização progressiva das cargas, adotando os terminais retro portuários especializados e o uso de todo os terrenos vazios como depósito de contêineres.

Nisso, se modificou o fluxo de trânsito das encomendas, para atender à necessidade dos veículos especializados em transporte de contêineres. A participação da iniciativa privada nas atividades portuárias, permitiu maiores investimentos em informatização, telecomunicações e outros equipamentos necessários para impor melhor aproveitamento do espaço portuário, além de gerar maiores ganhos de eficiência em mão de obra (OLIVEIRA, 2006; FARRANHA, FREZZA, BARBOSA, 2015).

Os anos 90, assim, foram marcados por profundas mudanças em nível mundial, tais como a Globalização, fenômeno que permitiu um aumento dos fluxos internacionais de capital, de mercadorias, tecnologias, e de populações, que buscavam mercados em ambientes mais competitivos (SILVA, 2013).

Em 1990, foi promulgada a Lei Nº 8.031/04/1990, que iniciou o processo de privatização dos portos do sistema portuário brasileiro, marco zero do Programa Nacional de Desestatização, sob a gestão do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDS). O Decreto 99.475/8/1990, deliberou a descentralização da administração dos portos e hidrovias (OLIVEIRA, 2006; FARRANHA, FREZZA, BARBOSA, 2015).

Isto mostra que o nosso case não está isolado no mundo, visto que os portos de praticamente todos os países passam por profundas reformas, a fim de compatibilizá-los com a nova ordem econômica e política internacional.

Tal processo também já ocorreu nos portos brasileiros, convém lembrar, por eles estarem diretamente correlacionados ao desempenho portuário mundial, acelerando o incremento do comércio internacional e à crescente demanda por ganhos contínuos e exponenciais, tanto na eficiência quanto na produtividade (KAPPEL, 2005).

Foi nessa mesma década de 90, que se promulgou a Lei dos Portos, nº 8.630, de 02 de fevereiro de 1993, diploma legal divisor de águas para a atividade portuária brasileira, abrindo espaço para o processo de privatização dos portos, pois introduziu um novo modelo de gestão portuária (BRASIL, 1993): a descentralização da administração pública é o arcabouço da privatização portuária desde então (BIRD, 2018; LACERDA, 2005).

Esta Lei descentralizou a administração, dando maior autonomia aos portos, eliminando privilégios, tanto da administração do Porto, quanto de trabalhadores e usuários, resultando numa ampla modernização tecnológica, instaurando um ciclo virtuoso de competitividade, principalmente na autorização de terminais de uso privativo e movimentação de cargas de terceiros (OLIVEIRA, 2006).

A Lei dos Portos possibilitou ao Governo, ceder espaço às empresas privadas para operação de cargas, que passam a investir em superestrutura e capacitação. Neste contexto, a Companhia Docas concentra-se na realização de investimentos públicos e em infraestrutura, com destaque à dragagem do canal de navegação (SANTOS PORT AUTHORITY, 2022).

Possibilitou-se ainda, que se estabelecessem dois níveis organizacionais a exercer as atribuições da Autoridade Portuária. Deu-se início com isto, ao processo de 'enxugamento' administrativo, que teve por base a extinção abrupta da PORTOBRÁS, sem deixar, em seu lugar, uma organização para regular o setor portuário (FARRANHA, FREZZA, BARBOSA, 2015).

Em suma, coube aos portos brasileiros aderirem ao processo das amplas reformas internacionalmente desencadeadas, mas que aqui, foram balizadas apenas por algumas alterações pontuais, destinadas a romper com antigas tradições julgadas 'obstaculizastes à modernização'.

Estas demandas, hoje, estão contidas numa nova ordem: seus marcos regulatórios requerem o exame do Porto sob, pelo menos, três dimensões: 1) elo

de cadeia logística; 2) agente econômico; e, 3) ente físico. Na primeira dimensão, o foco de análise é a carga, na segunda é a mercadoria, e na terceira, são as instalações e seus usuários (OLIVEIRA, 20016).

Atualmente, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ, criada pela Lei nº 10.233, de 05 de junho de 2001, é entidade integrante da Administração Federal indireta, submetida ao regime autárquico especial, com personalidade jurídica de direito público, dotada de independência administrativa, autonomia financeira e funcional, tendo mandato fixo de seus dirigentes, sendo vinculada ao Ministério dos Transportes, com sede e foro no Distrito Federal, podendo instalar unidades administrativas regionais (BRASIL, 2001).

Contudo, o setor portuário ainda é um dos grandes desafios para o Brasil, e o Governo continua reformulando Leis, com o objetivo de corrigir essa situação, tais como a Lei n. 8.630/02/1993 (Lei de Modernização dos Portos), que trouxe diversas mudanças e desenvolvimentos para o setor (BRASIL, 1993).

Ainda há aspectos deficientes, devidos a problemas estruturais. A Nova Lei (Lei nº 12.815/2013), que revogou a Lei nº 8.630/1993, tem o intuito de aumentar os investimentos privados no setor, e gerar maior concorrência, flexibilizando a instalação de Terminais de Uso Privado (TUPs), recentralizando, em Brasília – DF, todo o planejamento e as licitações de arrendamentos portuários. Até então, a CODESP era a agência pública responsável pelos processos licitatórios (BRASIL, 2013; SANTOS PORT AUTHORITY, 2022).

O Brasil é um país que possui um total de 175 instalações portuárias de carga, incluindo portos, terminais marítimos e instalações aquaviárias. Temos portos ao longo da nossa costa e, no interior do país, utilizamos nossas extensas bacias hidrográficas. Existe no interior, fora da costa litorânea, mais 76 terminais, 18 deles localizados na Região Sul, 06 na Região Centro-Oeste e 52 na Região Norte (SANTOS PORT AUTHORITY, 2022).

Assim, o crescimento das exportações e a economia de um País de dimensões continentais como o nosso, inevitavelmente passa pelo Porto. O setor portuário gera mais de 120 mil empregos diretos e indiretos e investiu mais de R\$ 10 bilhões em melhorias no último ano (SANTOS PORT AUTHORITY, 2022).

Os números ilustram um pouco da importância do setor portuário para a economia do Brasil. Hoje, o Porto representa cerca de 95% da corrente de comércio exterior que passa pelo País, movimentando, em média, 293 bilhões de dólares anuais, o que representa 14,2% do PIB brasileiro. Hoje, 100% das cargas do agronegócio são escoadas pelos portos (SANTOS PORT AUTHORITY, 2022).

A IMPORTÂNCIA ECONÔMICA DO PORTO DE SANTOS

A importação e a exportação são duas atividades de suma importância para gerar uma economia progressista, e é nesse ponto que os portos espalhados por nosso país ganham grande notoriedade. Dentre eles, está o Porto de Santos, o maior complexo portuário brasileiro, por que responde pela movimentação de quase um terço das trocas comerciais nacionais (SILVA *et al.*, 2021).

Seus padrões elevados de eficiência na prestação de serviços e um permanente processo de evolução, através da implementação de infraestrutura, uso de novas tecnologias, capacitação de seus trabalhadores e de um modelo de gestão portuária, voltam-se a atender plenamente às expectativas de seus clientes, garantindo aumentos sucessivos na movimentação de cargas, criando um ambiente adequado para as trocas comerciais brasileiras, gerando cerca de 33 mil empregos e desenvolvimento para a Baixada Santista (SILVA *et al.*, 2021).

O Porto de Santos iniciou suas atividades, no princípio do século XVI, operando com estruturas rudimentares, até 02 de fevereiro de 1892, quando foram inaugurados os primeiros 260 metros de cais construídos, transformando-o no primeiro Porto Organizado do Brasil. Impulsionado pelas exportações de café, o Porto de Santos se expandiu rapidamente, atravessando todos os ciclos de crescimento econômico do País (GUEDES, 1998; SANTOS PORT AUTHORITY, 2022).

Administrado pela Santos Port Authority (SPA), vinculada ao Ministério da Infraestrutura, o Porto de Santos localiza-se a apenas 70 quilômetros da região mais industrializada do Hemisfério Sul, e também do maior mercado consumidor e produtor da América Latina, a Grande São Paulo. O Porto de Santos localiza-se em uma área estratégica, e cerca de 90% da base industrial do Estado de

São Paulo situa-se a menos de 200 quilômetros do Porto de Santos (GUEDES, 1998; SANTOS PORT AUTHORITY, 2022).

Quando comparado a outros modais, o Porto de Santos continua sendo destaque no cenário nacional, já que, apesar de cerca de 60% das cargas do país também serem transportadas por rodovias, o Porto de Santos ainda consegue superar os percentuais desse tipo de modal, tendo papel direto no desenvolvimento econômico brasileiro (GUEDES, 1998; SANTOS PORT AUTHORITY, 2022).

Além disso, a área portuária de Santos compreende mais de 50% do PIB do Brasil, e 49% da produção nacional, concentrando 26,5% do comércio internacional. O Porto de Santos movimenta 30% da balança comercial do país (SANTOS PORT AUTHORITY, 2022).

Com área útil de 7,8 milhões de metros quadrados, possui 55 terminais marítimos e retro portuários, além de ter uma extensão de cais de quase 16 quilômetros, contemplando 66 berços de atracação de navios. O complexo portuário santista conecta-se à sua área de influência primária, que abrange os Estados de São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás, que concentram mais de 60% do PIB nacional, por meio de ampla rede de rodovias, ferrovias e hidrovias, as quais integram a principal cadeia logística do país (SANTOS PORT AUTHORITY, 2022).

Os acessos ao Porto ocorrem por intermédio do Sistema Anchieta-Imigrantes; Rodovia Cônego Domênico Rangoni; BR-101 (Rio Santos), e SP-55 (Rodovia Padre Manoel da Nóbrega). Por meio do modal ferroviário, a carga chega pelos ramais da MRS Logística, Ferrovia Centro-Atlântica S.A. (FCA), e América Latina Logística (ALL), por dutovia, empregando as linhas da PETROBRÁS Transportes S.A. – TRANSPETRO, e por hidrovia, pela Tietê-Paraná (SANTOS PORT AUTHORITY, 2022).

A área de influência secundária do Porto, inclui os Estados da Bahia, Tocantins, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. O Porto de Santos movimenta cargas de todos os Estados brasileiros, e é o maior exportador de açúcar, suco de laranja e café em grãos do mundo, destacando-se, também, a soja, o milho, o álcool, automóveis e produtos industrializados em geral (SANTOS PORT AUTHORITY, 2022).

Outro grande atrativo do Porto, são os cruzeiros marítimos, que geram grandes receitas. O terminal de passageiros vem registrando movimentos anuais crescentes, com a meta de continuar ampliando seus resultados (SANTOS PORT AUTHORITY, 2022).

A IMPORTÂNCIA DA PRIVATIZAÇÃO DO PORTO DE SANTOS

Existem vários modelos de privatização, que vão desde a divisão de responsabilidades e atribuições portuárias entre setores público e privado, tal como ocorre na Argentina, Estados Unidos, Holanda e China, indo até à total transferência de todas as estruturas portuárias para a iniciativa privada, conforme ocorreu na Inglaterra.

Tais modelos possuem várias denominações, como: distribuição pública ou oferta, concorrência, venda negociada e Landlord (OLIVEIRA, 2006).

Com relação aos portos brasileiros, foi implantado o modelo Landlord, que é o modelo em que grandes maquinários e equipamentos de apoio portuário, bem como a operação de mercadorias e a gestão dos terminais portuários, são transferidos à iniciativa privada e ao setor público, por meio das companhias estatais, as quais assumem a fiscalização dos portos. O Estado, ainda arca com os investimentos em infraestrutura de uso comum (acesso hidroviário e terrestre), com a segurança, com a saúde dos serviços portuários, de suas instalações e com a regulação dos terminais portuários arrendados à iniciativa privada.

Desta forma, a operação não tem intervenção direta do governo, mantendo-se as empresas privadas, mais concentradas em serem competitivas na movimentação de mercadorias. Isto é bem útil, num cenário de incertezas macroeconômicas e de enorme déficit nas contas públicas, momento em que as privatizações são essenciais para a recuperação do País, particularmente quando se visa maior e melhor eficiência e eficácia nos atos (OLIVEIRA, 2006).

O processo de privatização prevê a readequação da infraestrutura portuária, a substituição do modelo estatal de gestão, e revisão dos custos provocados pelo regime de mão de obra e descentralização do Estado brasileiro

nas decisões de investimentos nos portos do Sistema Nacional, considerado incapacitado financeiramente (OLIVEIRA, 2006).

A privatização do Porto de Santos está inspirada nos padrões internacionais de desenvolvimento, que privilegiam o modelo de gestão que considera a participação dos setores privado e público, baseado, tanto nas regras de negócios, quanto em investimentos de infraestrutura e de tecnologia portuária (SANTOS PORT AUTHORITY, 2022).

A redução do tamanho do Estado é uma peça-chave para restaurar o crescimento, fazendo girar a roda da infraestrutura, com aeroportos, portos, rodovias e ferrovias melhores (OLIVEIRA, 2006). Atualmente, o modelo do sistema portuário nacional, inclusive o do Porto de Santos, tem as decisões centralizadas em Brasília, o que tende a prejudicar a realização de privatização de portos públicos. A exemplo de tais entraves, lembramos das restrições impostas pela Lei Federal nº 8.666/1993 que, apesar de algumas flexibilizações posteriores, geraram judicializações que já prejudicaram a dragagem do Canal do Estuário, bem as operações de vários berços de atracação (BRASIL, 1993).

Privatização não é a mesma coisa que desestatização. A privatização é a venda de ativos públicos à iniciativa privada, e é apenas uma das diversas modalidades de desestatização. Há outras formas de desestatizar, como as concessões públicas ou as parcerias público-privadas (PPP), modelo em que os ativos continuam sendo públicos (MACHADO, 2015).

A desestatização é um processo, por meio do qual, a prestação de um serviço público, antes realizada pelo Governo, passa a ser realizada pelo setor privado. Essa transferência pode ocorrer mediante a concessão, em que os ativos são utilizados pelo parceiro privado durante a vigência da concessão e retornam ao Poder Concedente, ao final do contrato. Nesse caso, o concessionário pode ter que pagar ao Governo um valor (outorga onerosa) pelo direito de explorar a concessão (MACHADO, 2015; SILVA, 2021).

A desestatização pode ocorrer mediante a privatização, que envolve a venda de uma empresa estatal (e de seus ativos) à iniciativa privada (que não retornam mais ao Poder Público). O Governo, recebe um preço na venda, que será definido em leilão competitivo, após a realização de estudos técnicos que calculem o preço justo da empresa a ser alienada (MACHADO, 2015).

Independente da modalidade, a desestatização pode beneficiar os usuários, em função da oferta de serviços de melhor qualidade e com o nível de serviço especificado em contrato. Beneficia-se também o Poder Público, primeiro pelo alívio de altos investimentos, pois essa obrigação é assumida pelo setor privado, e segundo, pelo recebimento de impostos e contribuições ao longo da atuação das concessionárias e empresas privatizadas (MACHADO, 2015).

O Porto de Santos é um enorme ativo, e também o mais complexo. As vantagens da desestatização incluem maior autonomia de gestão, agilização de contratações, potencialização de dragagem de aprofundamento para 17m, permitindo o acesso de grandes embarcações de longo curso; redução de tarifas portuárias e, a inclusão da ligação seca entre as margens do Canal do Estuário, via túnel (CARVALHO, 2021). Tudo isso favorece à competitividade dos produtos movimentados no Porto, bem como, promove o incremento da arrecadação de impostos, em todos os níveis e, no caso de expansão territorial, surgem uma nova economia, com novas receitas e geração de empregos (SILVA, 2013).

A participação da iniciativa privada, por meio privatização das atividades portuárias, trará maiores resultados, beneficiando a modernização da infraestrutura e de tecnologias, tais como construção, reforma, ampliação, arrendamento das instalações portuárias, informatização, telecomunicações e outras medidas e serviços para melhorar o aproveitamento do espaço portuário, tornando-o mais eficiente.

Além disso, destaca-se o fato, de que, com a privatização, surgiram novos terminais privados, que operam com cerca de 50% de redução do custo (CAMPOS, 2012; DE VILHENA SILVA, DOS SANTOS, 2016; CARVALHO, 2021). Assim, as empresas atuantes no Porto de Santos, por meio da privatização, dão melhores respostas às novas demandas do mercado brasileiro e internacional.

A partir disso, então, é que seus sistemas eletrônicos geram facilidades para os clientes, agregando valor nas exportações e importações, fazendo mover a roda dos serviços porta-a-porta (door/door), entregando mercadorias no local do cliente (CAMPOS, 2012; SILVA, 2013; CARVALHO, 2021).

CONCLUSÕES

Caso não seja privatizado, o Governo terá nas mãos um diamante, mas que pode se deteriorar por falta de lapidação, isto é, de investimentos maciços em modernização, gestão, perdendo competitividade face aos grandes portos do mundo.

O setor privado trouxe para o Porto de Santos, uma forte pauta de reestruturação dos modelos de gestão organizacional e de trabalho, investindo-se em transtêineres e equipamentos modernos, capazes de carregar sofisticados navios especializados em contêineres. Tal aparato de equipamento tecnológico, capacita amplamente o tráfego de produtos, requerendo uma menor quantidade de mão de obra, ainda que qualificada (VIEIRA, 2020; CARVALHO, 2021).

Um dos objetivos da privatização do Porto de Santos e de sua desestatização, é o de enxugar o serviço público, garantindo uma gestão técnica, sem ingerência política, racionalizando os custos. Contudo, o retrocesso na privatização e desestatização do Porto de Santos pode trazer graves consequências negativas, mantendo-se o inchaço da máquina administrativa do Porto, a sua ingerência política, a gestão política, os aumentos nos custos, uma menor qualidade na eficiência e baixa eficácia do serviço, além da morosidade, dos atrasos, da suspensão do plano de modernização da infraestrutura e da gestão do Porto, o que redundará na suspensão das operações de dragagem do Canal do Estuário, atrasando as demais operações relativas aos vários berços de atracação (WERNECK, 2008).

Além de tudo isso, haverá enorme diminuição na competitividade dos produtos movimentados no porto, diminuição da arrecadação de impostos, em todos os níveis, implicando em perda de receita e, no longo prazo, numa menor geração de empregos (WERNECK, 2008; CARVALHO, 2021).

REFERÊNCIAS

BAIRD, Alfred J. A privatização dos portos na Grã Bretanha. In: Geraldo Silva & Giusepe Cocco (Orgs.). *Cidades e Portos: os espaços da globalização*. Lamparina, 2018.

BUENO, Silmara. *Conheça os principais portos da Europa*. 2022. Disponível em: <https://www.fazcomex.com.br/comex/portos-da-europa/>. Acesso, em 20 de dezembro de 2022.

BRASIL. LEI Nº 6.222, DE 10 DE JULHO DE 1975. Autoriza o Poder Executivo a constituir a empresa pública, denominada Empresa de Portos do Brasil S.A. – PORTOBRÁS. Dispõe sobre a extinção do Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis – DNPVN, e dá outras providências. *D.O.U.* de 11.7., 1975.

BRASIL. LEI Nº 8.029, DE 12 DE ABRIL DE 1990. Dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da administração Pública Federal, e dá outras providências. *D.O.U.* de 12.4.1990

BRASIL. LEI Nº 8.630, DE 25 DE FEVEREIRO DE 1993. Dispõe sobre o regime jurídico da exploração dos portos organizados e das instalações portuárias e dá outras providências. *D.O.U.*, de 25.2.1993.

BRASIL. LEI Nº 10.233, DE 05 DE JUNHO DE 2001. Dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, e dá outras providências. *D.O.U.* de 5/6/2001.

BRASIL. LEI Nº 12.815, DE 05 DE JUNHO DE 2013. Dispõe sobre a exploração direta e indireta, pela União de portos e instalações portuárias, e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários; altera as Leis nº 5.025, de 10 de junho de 1966, 10.233, de 05 de junho de 2001, 10.683, de 28 de maio de 2003, 9.719, de 27 de novembro de 1998, e 8.213, de 24 de julho de 1991; revoga as Leis nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, e 11.610, de 12 de dezembro de 2007, e dispositivos das Leis nº 11.314, de 03 de julho de 2006, e 11.518, de 05 de setembro de 2007; e dá outras providências. *D.O.U.* de 05/06/2013.

CARVALHO, Casemiro Tércio. *Riscos e Benefícios da Desestatização do Porto de Santos*. O que precisamos discutir? PORTO CIDADE, 2021.

CAMPOS, Nilo de Souza. Abertura de capital como alternativa para o financiamento da infraestrutura portuária brasileira. 78 fls. 2012. *Dissertação* (Mestrado em Transportes) – Universidade de Brasília, Brasília/DF, 2012.

DE VILHENA SILVA, Gutemberg; DOS SANTOS, Max Miliano Farias. Uma contribuição à análise da Geografia dos Portos no mundo e no Brasil. *Revista Intellector* – ISSN 1807-1260 [CENEGRI], v. 13, n. 25, p. 95-114, 2016.

FARRANHA, Ana Claudia; FREZZA, Conrado da Silveira; BARBOSA, Fabiana de Oliveira. Nova Lei dos Portos: desafios jurídicos e perspectivas de investimentos. *Revista Direito GV*, v. 11, p. 89-116, 2015.

GUEDES, Max Justo. *O descobrimento do Brasil*. Rio de Janeiro: Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural da Marinha, 1998.

LACERDA, Sander Magalhães. Investimentos nos portos brasileiros: oportunidade da concessão da infraestrutura portuária. *Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDS*, Rio de Janeiro, n. 22, p. 297-315, set. 2005.

KAPPEL, Raimundo F. Portos brasileiros: novo desafio para a sociedade. *Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência* – SBPC, v. 57, 2005.

MACHADO, Fernando Moreno. Desestatização e privatização no Brasil. *Revista Digital de Direito Administrativo*, v. 2, n. 1, p. 99-119, 2015.

SANTOS PORT AUTHORITY-SPA. *Conheça o porto*. Disponível em: <https://www.portodesantos.com.br/conheca-o-porto/>. Acesso, em 10 de novembro de 2022.

SANTOS PORT AUTHORITY-SPA. *Oportunidade de negócios*. 2020. Disponível em: <<https://www.portodesantos.com.br/oportunidades-de-negocios/>>. Acesso, em 29 de dezembro de 2022.

SOLÍSTICA. Panorama global do comércio marítimo. 2022. Disponível em: <<https://blog.solistica.com/pt-br/panorama-global-do-comercio-maritimo>>. Acesso, em 02 de janeiro de 2023.

SILVA, Ana Paula Guimarães Rodriguez et al. Desenvolvimento de pessoas e responsabilidade social: atração e formação de mão de obra para o mercado de agências de navegação/armadores. 2021.

OLIVEIRA, Rodrigo Nunes de et al. O processo de privatização do Porto de Santos, e o terceiro setor. 143 fls. 2006. *Dissertação* (Mestrado em Gestão de Negócios) – Universidade Católica de Santos, Santos / SP, 2006.

SILVA, Lucas José de Sousa. Planejamento da necessidade de novos investimentos nos portos brasileiros. 2013. *Monografia* (Tecnólogo em Gestão da Produção Industrial) – Faculdade de Tecnologia de Franca – "Dr. Thomaz Novelino", 2013.

VIEIRA, Sérgio. *Um porto mais eficiente para o Brasil*. 2020. Disponível em: <<https://www.istoedinheiro.com.br/um-porto-mais-eficiente-para-o-brasil/>>. Acesso, em 30 de novembro de 2020.

WERNECK, M. Privatização dos portos: análise da controvérsia. 53 fls. 2008. *Monografia*. (Bacharelado em Economia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

FUNDO DE PENSÃO INGLÊS: POR QUÊ A CONTA NÃO FECHA

English title: *ENGLISH PENSION FUNDS: WHY THE ACCOUNT DOESN'T CLOSE*

DOI NUMBER: 10.33726/akd2447-7656v16a10year2024p75a89

CARVALHO, Celso Almeida de¹
MARSON, Sérgio José²

RESUMO: A 'Previdência', no Reino Unido, surgiu após a II Guerra Mundial, concomitante aos 'Fundos de Pensão Ingleses', fazendo prosperarem os trabalhadores, na chamada 'Idade de Ouro do Capitalismo'. O objetivo do trabalho, é o de compreender como que os Fundos de Pensão, ao investirem em ativos de mais largo prazo, passaram a ter maior estabilidade na origem de suas fontes correntes de recursos. Justifica a pesquisa, o fato de que, apesar de haver financiamentos de longa maturação, na década 70, o cenário mundial financeiro mudou e os Fundos de Pensão passaram, também, a atuar como investidores e financiadores do mercado, especialmente voltados à participação nos montantes investidos em recursos de *players* institucionais. A metodologia utilizada é a de revisão bibliográfica, em acervos físicos e digitais, priorizando publicações indexadas entre os anos de 1997 a 2022. Como resultado parcial do exame, vemos que, com o advento do Capitalismo moderno, os Fundos de Pensão Ingleses passaram, de investidores sólidos estáveis a especuladores do mercado financeiro, assumindo protagonismo no cenário financeiro internacional, prospectando e crescendo, ao adquirirem papéis dos títulos do Governo inglês e de outros Governos, de grupos empresariais e bancos. A hipótese de pesquisa que se desdobra neste resultado, é a de que, desta forma, os Fundos de Pensão Ingleses se tornaram agentes de financiamento no novo Capitalismo mundial, amparando a economia global, comprando dívidas públicas, investindo em empresas públicas e privadas, gerando um grande número de projetos de infraestrutura e de parques imobiliários. O principal aporte bibliográfico desta investigação, incide na obra de Coggiola (2003).

PALAVRAS-CHAVE: Fundos de pensão, entidades fechadas de previdência complementar, riscos financeiros, supervisão baseada em risco

ABSTRACT: In the United Kingdom, 'Pensions' emerged after World War II, concomitant with 'English Pension Funds', making workers prosper in the so-called 'Golden Age of Capitalism'. The aim of this work is to understand how pension funds, by investing in longer-term assets, have become more stable in the origin of their current sources of funds. The research is justified by the fact that, despite long term financing, in the 1970s the global financial scenario changed and Pension Funds also began to act as investors and financiers in the market, especially with a view to participating in the amounts invested in institutional players' resources. The methodology used is a bibliographic review of physical and digital collections, prioritizing publications indexed between 1997 and 2022. As a partial result of the review, we see that, with the advent of modern capitalism, British pension funds went from being solid, stable investors to financial market speculators, taking on a leading role in the international financial scene, prospecting and growing by acquiring securities from the British government and other governments, business groups and banks. The research hypothesis that emerges from this result is that, in this way, British pension funds have become financing agents in the new world capitalism, supporting the global economy, buying up public debts, investing in public and private companies, generating a large number of infrastructure projects and real estate parks. The main bibliographic contribution to this research is the work of Coggiola (2003).

KEYWORDS: Pension funds, closed pension funds, financial risks, risk-based supervision

¹ Graduado em ADMINISTRAÇÃO pela FEB – Fundação Educacional de Barretos (2001). Agente Autônomo de Investimentos autorizado pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Docente do Ensino Fundamental, Médio, Técnico e Superior.

² Consultor Empresarial & Docente do Centro Paula Souza – Mirassol – SP.

INTRODUÇÃO

Os modelos de proteção social têm início na Antiguidade (4000 a. C.). Contudo, os primeiros registros históricos sobre tal proteção social, surgiram no Oriente Médio, apenas a partir do *Código de Hamurábi*, na Babilônia, século XVIII a.C, e do *Código de Manu*, na Índia, século II a.C., obras que continham preceitos de proteção aos trabalhadores e aos mais carentes (DEZOTTI, MARTA, 2011). Na Roma Antiga (750 a. C.), havia a preocupação em se separarem uma parte dos soldos dos militares e a garantia de um ‘pedaço de terra’ para que pudessem se manter na velhice (BARROS, 2022).

Na Inglaterra, no início do século XVII, por volta de 1601, durante o reinado da rainha Isabel, o Estado absolutista criou a ‘Poor Relief Act’ (‘Lei de Alívio da Pobreza’, em tradução livre e, noutra acepção, ‘Ação de Assistência aos Pobres’). De acordo com esta Lei, as autoridades locais passaram a ser obrigadas a proporcionar auxílio aos desamparadas, no caso de enfermidade, invalidez e desemprego. O princípio legal disso, era o de que havia uma responsabilidade coletiva cabível à comunidade pela assistência pública, surgindo também do mesmo contexto, a obrigatoriedade de se instituírem contribuições para fins sociais (*poor tax*) (DEZOTTI, MARTA, 2011).

Porém, foi o Chanceler Otto Von Bismarck (empossado, em 22/09/1862), na Antiga Prússia, hoje Alemanha, que elevou o sistema *poor tax* a outro patamar, instituindo um seguro obrigatório para proteger os trabalhadores, nos casos de agravos à saúde, acidentes de trabalho, invalidez e envelhecimento, custeado por contribuições dos empregados, empregadores e Estado, além de criar normas mais definidas, surgindo, assim, o ‘Estado do Bem Estar Social’ (*Welfare State*) (DEZOTTI, MARTA, 2011).

Para ter acesso a tais benefícios, todos os trabalhadores deveriam se filiar às entidades seguradoras ou de socorro mútuo. Nisso, o sistema previdenciário se tornou obrigatório em todas as fábricas e a experiência alemã se estendeu para todos os países europeus (CAPESESP, 2020).

A Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 1948, em seu Artigo 25, traz o princípio da proteção na velhice, estipulando outras modalidades de amparo, em casos de perda dos meios de subsistência (BARROS, 2021).

Na Europa (Reino Unido, pós-II Guerra [DOS SANTOS, 2012]), o sistema previdenciário lá criado, contava com melhores regras e normas, sendo moldado para suprir as necessidades daquela época. Com a alteração do quadro demográfico e o envelhecimento da população, a manutenção se tornou cara demais para aqueles países, modelo que, hoje, apresenta dois trabalhadores na ativa para cada pensionista. Por este motivo, toda a Europa está estudando reformas em seu sistema de Previdência (BARROS, 2021).

O final da Segunda Grande Guerra, deu início a um período de grande crescimento da economia mundial, fenômeno que se estendeu ao longo das décadas de 50 e 60, momento conhecido como a 'Idade de Ouro do Capitalismo', eventos sustentados pelo Acordo de Bretton Woods, a partir do qual, os países centrais estabeleceram regras monetárias e criaram instituições, visando à manutenção da estabilidade política e à sustentabilidade do crescimento econômico do sistema (RAIMUNDO, 1997).

O ativo de reserva primordial dos países do globo, garantidor da plena conversibilidade e do valor de suas moedas, era o ouro e, como houve um forte esgotamento do padrão de regulação do sistema Bretton Woods, gerou-se uma desregulamentação monetária e financeira, além de um cenário de volatilidade nas variáveis macroeconômicas, tais como câmbio e juros (KLINK, SOUZA, 2017).

Assim, e não somente devido a isso, o padrão ouro, imposto pelo Acordo Bretton Woods, foi substituído, em 1971, pelo padrão dólar, pelos Estados Unidos, que era o líder mundial tecnológicos, militar, financeiro e político, além de deter em suas reservas, naquele momento, 2/3 de todo o ouro do mundo (RAIMUNDO, 1997).

Disso, surge um movimento de internacionalização dos bancos comerciais, como intermediários do sistema baseado no crédito e, de forma explosiva, houve a criação dos euromercados e dos centros financeiros *off-shore*. Marca-se nestes tempos, o auge da economia de crédito bancário global e, desta maneira, impulsiona-se a criação do 'Novo Capitalismo', baseado na ideia de governança corporativa, na transparência, na democracia e no poder dos investidores institucionais, tais como os Fundos de Pensão (*mutual funds*) (RAIMUNDO, 1997; MAGNANI, JARDIM, DA SILVA, 2020).

Neste momento, o Capitalismo deixa de ter sua estrutura em regime de acumulação produtiva, e passa para uma estrutura especulativa e financeira.

Assim, o dinheiro, antes acumulado, é convertido em capital de empréstimo portador de juros, e os banqueiros, por sua vez, permitem que a forma 'dinheiro' assuma valor de uso, produzindo lucro a outros agentes capitalistas, quando transformado em capital (MARQUES; NAKATANI, 2008).

Portanto, o mais novo traço do Capitalismo contemporâneo, foi a perda de protagonismo dos bancos, em benefício dos Fundos de Pensão, na centralização e na valorização do dinheiro como capital de empréstimo. Neste sentido, os Fundos de Pensão se tornaram altamente relevantes no cenário financeiro mundial, se tornando agentes centrais de financiamento no Novo Capitalismo mundial.

Para garantir tal aporte financeiro, os Fundos de Pensão investem maciçamente na compra de papéis de títulos da dívida pública dos Governos, em todo o mundo e, ainda, no mercado de ações, fazendo com que desempenhem função cada vez mais relevante nos mercados domésticos dos países em desenvolvimento, ajudando a financiar, não apenas dívidas públicas, mas também empresas públicas e privadas e, mais, recentemente, um grande número de projetos de infraestruturas e imobiliários (DATZ, 2014).

Segundo Clark (1998), este Novo Capitalismo, no pós-década de 1980, denomina-se de 'Capitalismo de Fundos de Pensão'. Contudo, apesar da aparente solidez, este *new capitalism*, assentado em Fundos de Pensão, possui enormes riscos para as economias. Deriva desta discrepância entre a aparência estável e a essência volátil do Novo Capitalismo, o objetivo de descrever e analisar o funcionamento dos Fundos de Pensão Ingleses.

A EVOLUÇÃO CAPITALISTA DOS FUNDOS DE PENSÃO NO MERCADO GLOBAL

Os fundos de pensão, desde sua criação, apresentam como características principais, o investimento em ativos de mais longo prazo, estabilidade da origem de suas fontes correntes de recursos, e, portanto, são caracterizados como financiamentos de longa maturação (e.g. infraestrutura e setores intensivos em capital) (RAIMUNDO, 1997).

Diante destas características, os Fundos de Pensão se transformaram em investidores e financiadores do mercado, com uma participação relativa maior no total de recursos dos investidores institucionais (38,2%) (RAIMUNDO, 1997).

Isto levou a uma expansão maciça dos Fundos de Pensão, e as razões para esta expansão foram: a) Crescimento da renda pessoal disponível nos países centrais; b) Fatores demográficos (o fenômeno dos *Baby Boomers*, do pós-guerra, que contribuiu para a concentração da população com idade entre 40 e 55 anos); e, c) Queda do grau de proteção oferecida pelos sistemas públicos de seguridade social, principalmente a partir de meados dos anos 80, em alguns dos países centrais, com o início do desmonte do 'Estado de Bem-Estar Social' (Reino Unido) (RAIMUNDO, 1997).

Diante deste cenário, os Fundos de Pensão passaram a ter papel cada vez mais relevante no financiamento de investimentos produtivos, em todo o mundo, condição tal que conferiu a esses agentes importância fundamental. Os fundos adquirem parte expressiva dos títulos de dívida, tanto do Governo americano, quanto dos Governos dos principais países que lançam títulos no mercado internacional, como também dos principais grupos empresariais e bancos de todo o mundo (MAGNANI, JARDIM, DA SILVA, 2020).

Os Fundos de Pensão passaram a buscar aplicações que oferecessem a maior taxa de retorno associada a uma taxa mínima de risco aceitável, buscando ativos que permitissem um curto prazo de retenção, como ações (*equities*), em detrimento de outras formas de aplicação e, desta forma, os Fundos de Pensão abandonaram o comportamento investidor e assumiram o caráter especulativo, em grande parte do mundo (RAIMUNDO, 1997).

Os Fundos de Pensão Britânicos concentram cerca de 70% de ações no seu portfólio, e continuam investindo maciçamente em títulos da dívida pública nacionais do Reino Unido (MAGNANI, JARDIM, DA SILVA, 2020). Contudo, os trabalhadores que sustentam os Fundos de Pensão, continuam pagando como agentes passivos dos fundos. Assim, os privilégios do truste foram transferidos para os Fundos de Pensão, deixando os trabalhadores com poder limitado, assumindo o risco, inclusive, de nunca terem sua aposentadoria (MAGNANI, JARDIM, DA SILVA, 2020).

Apesar de ser um investimento considerado seguro (pouco volátil e com remuneração garantida), os títulos públicos também estão sujeitos às variações dos mercados, causada pelas crises, como a que ocorreu em 2008 (SIROEN, 2011).

No Reino Unido, desde a década de 1980, os ativos individuais de pensão e aposentadoria aumentaram aproximadamente 10 vezes, chegando à casa de £ 1,1 trilhão. Os ativos de pensão cresceram mais rapidamente que o PIB, na maioria dos países na última década, em especial aqueles com grandes mercados de previdência privada (MAGNANI, JARDIM, DA SILVA, 2020).

Com relação a seu poder como agente na estruturação de políticas públicas, segundo Clark (1998), os fundos de pensão são uma força que deve ser considerada, quando o Governo procura administrar taxas de juros e de câmbio, e suas vozes são cada vez mais poderosas na manutenção de práticas de governança corporativa nas empresas e nas políticas públicas do país.

E, independentemente se o Fundo de Pensão é competente e bem administrado, é DB (Plano de Benefício Definido) ou DC (Plano de Contribuição Definida), a revolução tecnológica e as repetidas crises financeiras perturbaram tanto o desempenho do sistema de Fundos de Pensão do Reino Unido, que ele foi levado a uma crise silenciosa (CLARK, 2022).

CARACTERÍSTICAS GERAIS DO FUNDOS DE PENSÃO INGLÊS

Desde o seu surgimento, a Previdência inglesa passou por reformas e, atualmente, é composta de três tipos de Fundos de Pensão: a) os de Benefício Definido (DB); b) os de Contribuição Definida (CD); e, c) os híbridos.

O Plano de Benefício Definido (BD) é um tipo de produto, em que o participante se aposenta com um benefício pré-determinado. Já, a CD permite que o empregado e a empresa realizem aportes mensais, a fim de constituir um fundo que será usado na aposentadoria (DOS SANTOS, 2012).

Atualmente, no Reino Unido, os Planos são de Benefício Definido, mantendo um sistema que compreende um Benefício Fixo, baseado pelo nível de renda, e outro Benefício em Função do Salário, baseado na média salarial de toda a vida (CAPESESP, 2020).

No Reino Unido, 70% da força de trabalho possui um plano de pensão, e 50% está inserida em um plano ligado à sua empresa. Estão cobertos por um plano de previdência privada, 60% dos empregados do sexo masculino, e 35% do sexo feminino. A maior diferença quanto à cobertura dos planos, diz respeito à cobertura nos setores público (100% dos empregados) e privado (menos de 50% do total de empregados) (RAIMUNDO, 1997). Todos os planos do setor público e a maior parte dos planos privados são planos de benefício definido.

No Reino Unido, há, além da aposentadoria universal básica (GMP – Guaranteed Minimum Pension), um benefício que não é vinculado à renda, concedido para homens acima de 60 anos, e mulheres acima de 55 anos. Há, ainda, a aposentadoria complementar compulsória (SERPS – State Earnings-Related Pension Scheme), que garante 25% de taxa de reposição para os trabalhadores que se aposentam por esse sistema. A Previdência Social, no Reino Unido, favorece os sistemas privados de Previdência (RAIMUNDO, 1997).

Quanto ao regime tributário, o Reino Unido segue o regime de EET (Isenções para Contribuições e Retornos dos Ativos), porém, apesar da taxação sobre os benefícios, há a exceção às retiradas totais (*Lump Sum*), as quais não são taxadas (RAIMUNDO, 1997).

O principal incentivo fiscal para a ampliação dos planos privados de pensão, na Grã-Bretanha, se deve ao fato das empresas poderem contribuir para um Fundo de Pensão, em substituição à contribuição para o sistema público de Previdência. Além disso, o Plano de Previdência é de responsabilidade do patrocinador do fundo. A contribuição do beneficiário está limitada a 15% de sua renda líquida. As contribuições do patrocinador são descontadas como despesas, para fins de cálculo do lucro tributável, e os fundos estão isentos de impostos sobre a renda dos investimentos ou ganhos de capital realizados (RAIMUNDO, 1997).

Para fiscalizar a gestão dos Fundos de Pensão, há o sistema de supervisão baseada em risco, que visa identificar os riscos críticos a que os fundos estão sujeitos a enfrentar, avaliando a gestão de risco e a vulnerabilidade financeira da empresa a potenciais reações adversas (DOS SANTOS, 2012).

No Reino Unido, o Sistema de Supervisão Baseado em Risco (SBR), na área dos fundos, passa essencialmente pela responsabilização da entidade

gestora do fundo, na criação do seu próprio modelo de risco, de acordo com o código de conduta e de controle interno estabelecido pela autoridade inglesa (DOS SANTOS, 2012).

A LENTA RUÍNA DO SETOR DE FUNDOS DE PENSÃO DO REINO UNIDO

Na década de 1970, e nos primeiros anos da década de 1980, crises econômicas e políticas assolaram as indústrias de manufatura e de mineração inseridas no setor público do Reino Unido, tornando-se, cada vez menos competitivas na economia global reemergente, relacionando-se tal evento à ausência de inovação do setor público e do setor privado e investimentos em novos sistemas de produção e modos de gestão (CLARK, 2022).

Neste momento, muitos trabalhadores dependiam da Pensão Básica do Estado (BSP), e de pagamentos de pensões formais e informais pelos empregadores. O BSP é baseado em anos de emprego e não em rendimentos auferidos, e é pago com receitas do Governo. Ele é projetado para fornecer aos indivíduos um benefício de pensão igual ou superior ao nível de pobreza nacional do Reino Unido (CLARK, 2022).

Em 1980, a Royal Commission on Banking Institutions, do Reino Unido, observou que os ativos dos Fundos de Pensão, eram um pequeno segmento do setor financeiro do Reino Unido, mas que, provavelmente, cresceriam nas próximas décadas (CLARK, 2022).

Na época, pensava-se que os ativos dos Fundos de Pensão poderiam aumentar de cerca de £ 15 bilhões, no final dos anos 1970, para £ 150 bilhões, na virada do século. O valor dos direitos previdenciários foi de aproximadamente £ 3,7 trilhões, em 2017. Embora o setor não fosse totalmente financiado, em 2017, o valor dos ativos de pensão foi de aproximadamente £ 3,4 trilhões (CLARK, 2022).

Na época da Comissão Real, de 1980, empregadores maiores, e não os menores, forneciam pensões DB. Alguns deles, em empresas estatais, como a British Airways e a British Steel. Essas empresas foram privatizadas, juntamente com muitos serviços públicos e suas obrigações previdenciárias. Esses Fundos de Pensão tendiam a ser parcialmente financiados, em vez de totalmente

financiados, e eram regidos por convenções de direito consuetudinário, principalmente no tocante aos deveres fiduciários (CLARK, 2022).

A partir daí, eclodiram escândalos relacionados à governança. Vieram à tona, conflitos de interesses entre executivos corporativos, dirigentes sindicais e curadores responsáveis por Fundos de Pensão de trabalhadores. Muitos, no Reino Unido, foram flagrados atuando no mercado de controle corporativo, no de aquisições e no de investimentos (THOMAS & TURNER, 2001).

A segurança previdenciária dos trabalhadores foi posta em xeque, as iniciativas relacionadas aos procedimentos de segurança, também, além de exporem-se as deficiências significativas na provisão de pensões do setor privado, face ao tamanho da empresa e da taxa de ocupação (CLARK, 2022).

O Governo do Reino Unido buscou estender a cobertura previdenciária para todo o setor privado. Estabeleceu-se, assim, o National Employee Savings Trust (NEST), um Fundo de Pensão DC, multiempregador, sem fins lucrativos, focado em garantir a participação de pequenos e médios empregadores, exigindo que todos os empregadores inscrevessem (e reinscrevessem), automaticamente, seus funcionários, em um Fundo de Pensão de trabalho, ao mesmo tempo em que oferecia aos participantes, a opção de não participar, se assim o desejassem. Assim, a política previdenciária do Reino Unido, mudou de uma escolha para paternalismo (CLARK, 2022).

Reconhecendo os desafios associados aos riscos de financiamento de pensões de DB, o setor privado, auxiliado e estimulado pela indústria de serviços financeiros do Reino Unido, mudou de pensões de DB para DC, num movimento encorajado por contribuições patronais mais baixas e facilitado por baixas taxas de sindicalização nos setores de varejo, comercial e financeiro (GUCHSHINA, 2018).

Por outro lado, o Neoliberalismo e a incorporação de interesses financeiros 'privados', tentam, a todo custo, intervir nos Fundos de Pensão, por meio de Organizações multilaterais, como a OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), o Banco Mundial e as Nações Unidas. Estes órgãos possuem um grande interesse, e tentam interferir nos Fundos de Pensão, incentivando 'melhores práticas na governança de fundos',

por meio do desenvolvimento de padrões internacionais e de estudos de caso sobre as melhores práticas vigentes no setor (COGGIOLA, 2003).

Contudo, os interesses, na verdade, são outros. Esses movimentos são indicativos da influência generalizada do Neoliberalismo e da incorporação de interesses financeiros 'privados' em estados de bem-estar social nacionais (CLARK, 2022).

Na Europa, a aposentadoria privada está a ponto de quebrar, inclusive a Inglesa. Em 03 anos de colapso dos mercados de valores e ações, acende-se o alerta na classe média britânica. Os Fundos de Pensão privados não estão mais protegidos. O Capitalismo inglês não pode mais evitar que os trabalhadores e a classe média do País tenham um futuro miserável (COGGIOLA, 2003).

A perda da aposentadoria é apenas parte do problema, porque, ademais, estão caminhando para a falência das empresas, as quais tinham planos associados de aposentadoria. A posição financeira dos Fundos de Pensão britânicos deteriorou substancialmente, desde meados dos anos 1990 (COGGIOLA, 2003).

Em decorrência das contribuições dos trabalhadores, foram realizados investimentos em ações, gerando bônus e outros títulos que substancialmente perderam valor. A cada ano, alarga-se a brecha entre o que se deve pagar aos aposentados e pensionistas e a capacidade de realizar investimentos por parte dos Fundos de Pensão (COGGIOLA, 2003).

Esse *gap* foi estimado pela agência Morgan Stanley, em 85 bilhões de libras esterlinas. Em alguns casos, esse déficit é tão grande quanto o valor das próprias empresas: a Rolls-Royce tem um déficit previdenciário de 1,12 bilhões de libras esterlinas, e o valor em ações da companhia é de 1,24 bilhões (COGGIOLA, 2003). Na Inglaterra, quase 40% dos rendimentos da aposentadoria provêm de fundos privados, e 60%, da aposentadoria estatal.

A aposentadoria privada pode proceder de planos de aposentadoria de empresas ou de administradoras especiais, na chancela dos 'benefícios definidos'. Isto significa que, ao se aposentar, o trabalhador receberá uma aposentadoria definida (como porcentagem de seu salário), à margem dos rendimentos ou quedas das aplicações financeiras realizadas com as contribuições durante toda a vida economicamente ativa (COGGIOLA, 2003).

Entre 1987 e 2001, segundo o Financial Times, havia 4000 planos de aposentadoria deste tipo, com enormes excedentes, porque os ativos financeiros estavam tão exagerados, que superavam os compromissos previdenciários para com os trabalhadores, motivo pelo qual as assembleias patronais reduziram suas próprias contribuições (COGGIOLA, 2003).

Mas, com o desmoronamento de bônus e ações, não apenas viraram fumaça os 'enormes excedentes' dos Fundos de Pensão, como também os ativos das grandes empresas. Assim, a classificadora de risco, Standard and Poor's, colocou 'sob vigilância com perspectiva negativa', a classificação das dívidas de curto e longo prazo, de 10 grupos europeus, em relação às suas obrigações com as aposentadorias de seus assalariados (COGGIOLA, 2003).

Existem grandes grupos europeus, que não podem honrar os planos de aposentadoria de seus trabalhadores como a siderúrgica alemã Thyssen Krupp, a Arcelor, a Michelin, a Deutsche Post, a GKN Holdings, a Linde, a Pilkington, com a Portugal Telecom, a Rolls Royce e a TPG. Na Europa, a situação não é melhor. A OCDE advertiu sobre o grave risco da queda nas Bolsas e sobre os fundos privados de pensão, cuja viabilidade está ligada à evolução dos mercados de renda variável: há forte risco de que investimentos nesses fundos recebam pouco ou mesmo nada, depois de se aposentar (COGGIOLA, 2003).

As perdas nas Bolsas de Valores, nos últimos cinco anos, foram calculadas em 10 trilhões de dólares (um valor superior ao PIB dos Estados Unidos), dos quais, 1,4 trilhão foram perdidos pelos fundos de pensões.

Mas, parte do problema, é que o Capitalismo atravessa uma crise generalizada, e os chamados 'investimentos financeiros' estão todos naufragando.

Na Argentina, os fundos (AFJP) fizeram com que os trabalhadores perdessem 10% de seus fundos, o que equivale a aproximadamente 02 bilhões de pesos. Os fundos estão falidos, já que 90% deles estão aportados em títulos da dívida, que são insolventes, impagáveis, e que se desvalorizam no mesmo ritmo da crise portenha (COGGIOLA, 2003).

Na realidade, tudo nos fundos depende do momento da aposentadoria. Em período de alta das bolsas, o cálculo de renda ou capital será alto. Mas, em período de queda, será baixo também.

Como a situação das bolsas piorou muito, de 1976 para cá, e os sistemas privados custam caro ao Estado, o regime de aposentadorias britânico está em crise. O aumento da expectativa de vida, a longevidade da geração nascida nos anos 50 (o 'baby-boom'), a vontade dos empregadores de descarregar sobre os assalariados uma parte dos riscos financeiros e, sobretudo, a menor rentabilidade dos Fundos de Pensão, em razão da queda da Bolsa, põem em perigo os ingressos dos futuros aposentados (COGGIOLA, 2003).

A estratégia dos Fundos de Pensão é comprar títulos do Tesouro britânico, para se protegerem. Os Fundos de Investimento Orientados por Passivo (os LDIs, do inglês), comumente usados em planos de pensão de salário final e outros esquemas de renda fixa, visam cobrir passivos atuais e futuros, adquirindo ativos e gerando retornos. A maioria dos títulos é altamente alavancada e costuma usar papéis do Governo do Reino Unido de longo prazo, conhecidos por '*gilts*', como garantia para levantar dinheiro (MAGOSSY, 2022).

Após a queda do preço dos títulos e uma série de movimentos maciços nas taxas de juros da dívida do Governo inglês. Expôs-se as vulnerabilidades dos fundos de investimento orientados por passivos (LDI), mantidos por esquemas de pensões do Reino Unido, ação que levaria ao colapso os Fundos de Pensão no País todo, se o Bank of England (BoE) não tivesse intervenido no mercado de títulos de longo prazo, em dezembro de 2022 (MAGOSSY, 2022).

Com a venda dos LDIs forçados, baixaram os preços, ficando o valor de seus ativos abaixo de seus passivos, o que significa que os Fundos de Pensão que os detinham corriam o risco de entrar em insolvência. Para atenuar a situação, o BoE entrou com um programa temporário de compra de títulos de emergência, que deu aos fundos LDI, tempo para fortalecer suas posições de liquidez e garantir a estabilidade financeira do País (MAGOSSY, 2022).

Diante dessa situação, a Associação Nacional de Fundos de Pensão (NAPF) propôs uma 'reforma integral', com base em dois pontos: elevar para 70 a idade mínima para a aposentadoria (atualmente é de 65 anos), e que a aposentadoria estatal garantisse uma 'renda cidadã', de 100 libras ou 160 euros semanais, equivalente a 22% do salário médio, indexada aos salários e não sobre os preços. Sobre esta base, os trabalhadores britânicos que quiserem uma

aposentadoria superior à 'renda cidadã', contribuiriam com um Fundo de Pensão privado.

Como a NAPF desconsidera a recusa dos trabalhadores a contribuir com esses fundos, propõe que haja incentivos fiscais para alentar a poupança na aposentadoria, como deduções de impostos sobre estes aportes, o que não é outra coisa, senão um subsídio estatal. Há, nisso, uma tendência geral de no Capitalismo, se reduzir 'a seguridade social', a um patamar de 'benefício universal básico' ('renda cidadã', 'renda mínima' etc.) e que qualquer benefício acima, seja coberto diretamente pelo trabalhador, com contribuições obrigatórias ou voluntárias para companhias ou fundos privados (COGGIOLA, 2003).

A proposta em favor da 'renda cidadã' – um salário ou aposentadoria mínima para todos os cidadãos, portanto, está dentro dessa tendência do Capitalismo, embora se saiba que, no decorrer do tempo, nele se destrua a seguridade social, surgida nos anos 40/50, hoje balizada pelo Banco Mundial, que a batizou como a 'Previdência dos Três Patamares' (COGGIOLA, 2003).

Inúmeros fatores incidem sobre os Fundos de Pensão Inglês, tais como fatores internos e externos. Os fatores internos são casos de má gestão, fraude e roubo, por exemplo, além de disputas e conflitos de interesses entre executivos corporativos, dirigentes sindicais e curadores responsáveis por Fundos de Pensão de trabalhadores.

Dentre as ameaças externas, estão as intervenções de Organizações multilaterais como a OCDE, o Banco Mundial e as Nações Unidas, além de inúmeros conglomerados que possuem um grande interesse neste segmento, e tentam interferir na gestão dos Fundos de Pensão.

Os Fundos de Pensão Inglês, em suma, se encontram ainda em um ciclo vicioso, em que comprem parte expressiva dos títulos de dívida, tanto do Governo Inglês, quanto dos Governos dos principais países do mundo, que lançam títulos no mercado internacional, como também dos principais grupos empresariais e bancos de todo o Planeta, que financiam a economia global.

Porém, se houver qualquer problema com os papéis ou com a economia do Governo, os Fundos de Pensão estão gravemente ameaçados, tendo, os Governos nacionais, de socorrê-los, a fim de não haver quebra em larga escala na economia.

CONCLUSÕES

Com o advento do Capitalismo moderno, os Fundos de Pensão Inglês passaram por uma mudança drástica, sentida a partir da década de 70, mudando seu perfil de investidores sólidos estáveis e de financiadores de longa maturação, transformando-se em agentes de caráter especulativo.

Assim, assumiram protagonismo no cenário financeiro internacional, ao adquirirem quantidades expressivas de papéis dos títulos de dívida de várias Nações do mundo, além de se associarem, via mercado, aos principais grupos empresariais e bancos de uma economia global.

Desta forma, os Fundos de Pensão Inglês se tornaram parte do contingente de financiamento no Novo Capitalismo Mundial, desempenhando um papel cada vez mais relevante na gestão das dívidas públicas, na governança das empresas públicas e privadas, fomentando um grande número de projetos de construção e de reconstrução mundo afora.

Além deste cenário, há inúmeros riscos e interesses que pairam sob os Fundos de Pensão. Internamente, há conflitos de interesses entre executivos corporativos, dirigentes sindicais e curadores responsáveis pelos fundos, o que cria disruptividade, disputas por poder, intrigas, corrupção, fraudes etc.

Enfim, há de se verificar, ainda, a eficácia ou a índole da atuação das Organizações multilaterais neste setor, tais como a OCDE, o Banco Mundial e as Nações Unidas, visto que representam interesses internacionais e, sem discrição, tentam interferir nos fundos, a todo custo, pois, se conseguirem controlar os fundos, conseguirão controlar o mercado financeiro mundial, os Governos e as populações nacionais de todos os países.

REFERÊNCIAS

BARROS, Marcel. *Rombo nos fundos de pensão: uma história que só existe no Brasil*. 2021. Disponível em: <https://fup.org.br/rombo-nos-fundos-de-pensao-uma-historia-que-so-existe-no-brasil/>. Acesso em 20 de dezembro de 2022.

CAPESESP – Caixa de Previdência e Assistência dos Servidores da Fundação Nacional de Saúde. *Conhecendo a Previdência*. A previdência a no mundo. 2020. Disponível em: < https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:1_t2YBV8HgJ:https://www.capesesp.com.br/web/pep/previdencia-no-mundo&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em 20 de dezembro de 2022.

CLARK, Gordon L. Pension fund capitalism: a causal analysis. *Journal Geografiska Annaler. Series B, Human Geography*, v. 80, n. 3, p. 139-157, 1998.

CLARK, Gordon L. The problematic nature of UK pension fund regulation: Performing governance at the expense of innovation. *Journal Competition & Change*, v. 26, n. 1, p. 125-142, 2022.

COGGIOLA, Osvaldo. A falência mundial dos fundos de pensão. *Revista Universidade e Sociedade*, n. 30, p. 39, 2003.

DATZ, Gisele. Brazil's pension fund developmentalism. *Journal Competition and Change*, v. 17, n. 2, p. 111-128, 2013.

DEZOTTI, Débora Fernandes; MARTA, Tais Nader. Marcos históricos da seguridade social. *RVMD*, Brasília, V. 5, nº 2, p. 430-459, Jul-Dez, 2011.

DOS SANTOS, Jordanno Brunno Nicoletta dos. Desenvolvimento de métodos alternativos para avaliação de riscos segundo o conceito de supervisão baseada em riscos. 138 fls. 2012. *Dissertação* (Mestrado em Engenharia). Politécnica Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

GUCHSHINA, Yekaterina. Pension System in the United Kingdom and the Shift from DB to DC Scheme. 2018. *Tese de Doutorado*. Universidade de Lisboa (Portugal).

KLINK, Jeroen & SOUZA, Marcos Barcellos de. Financeirização: conceitos, experiências e a relevância para o campo do planejamento urbano brasileiro. *Cadernos Metrópole*, v. 19, p. 379-406, 2017.

MAGOSSI, Eduardo. Entenda a crise dos fundos de pensão britânicos. 2022. *Jornal valor Econômico*.

MAGNANI, Maira; JARDIM, Maria Chaves; DA SILVA, Sidney Jard. Os fundos de pensão como agentes do capital: estado da arte da literatura recente. *BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, n. 93, p. 1-22, 2020.

NAKATANI, Paulo *et al.* A finança capitalista: a contribuição de François Chesnais para a compreensão do capitalismo contemporâneo. *Anais do XXVI Encontro Nacional de Economia*, v. 1, p. 1-19, 2008.

RAIMUNDO, Lício da Costa. O crescimento dos fundos de pensão e a importância do marco institucional na estruturação do financiamento de longo prazo. *Leituras de Economia Política, Campinas*, (5): 33-63, dez. 1997.

SIROEN, J. M. Uma mundialização financeira em crise. In: JARDIM, M. (org.). *A natureza social das finanças: fundos de pensão, sindicalistas e recomposição das elites*. Bauru: EDUSC, 2011. p. 47-70

QUE LÍNGUA É ESTA? – CONSIDERAÇÕES SOBRE O PLANEJAMENTO DE UM CURSO DE LINGUAGEM NEUTRA

English title: *WHAT LANGUAGE IS THIS? – CONSIDERATIONS ON PLANNING A NEUTRAL LANGUAGE COURSE*

DOI NUMBER: 10.33726/akd2447-7656v16a10year2024p90a105

PESSOA, Marcelo¹ – [ID https://orcid.org/0000-0002-9193-4604](https://orcid.org/0000-0002-9193-4604)

CONDE, Dirceu Cléber² – [ID https://orcid.org/0000-0001-5141-5861](https://orcid.org/0000-0001-5141-5861)

RESUMO: O presente artigo se origina do Projeto de Pesquisa, intitulado “Que Língua é Esta?”, desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Linguística, da Universidade Federal de São Carlos. Concomitantemente, este *paper* também preenche os requisitos de obtenção de créditos, feitos pelas Disciplinas de ‘Planejamento de Cursos de Línguas’, e de ‘Produção Acadêmica III’, fazendo figurar este texto como atendimento parcial das exigências para a aprovação e sequência do doutorando no Programa. Ao largo disto, vemos que, durante a montagem de um Curso de Linguagem Neutra / Inclusiva, desdobra-se como objetivo a se destacar, a necessidade de se instruir o debate que se constrói em torno do tema, fenômeno este que cobre, tanto o arcabouço teórico sobre a mensagem de uma Educação Inclusiva / Democrática / Humanizada, quanto alcança os postulados linguísticos da norma padrão da Língua Portuguesa. O resultado esperado, é o de que as ideias aqui apresentadas possam contribuir para a criação de novos Cursos de mesma índole. Justifica a intenção de oferta do Curso, no contexto da UFSCAR, o fato de que várias páginas eletrônicas desta IES, bem como espaços de seu ambiente físico intramuros, direta ou indiretamente acenam para o contexto das questões contemporâneas de gênero, tais como as práticas linguísticas em pauta. Metodologicamente, este trabalho foi realizado, por meio de uma revisão de literatura, de itens dispostos em acervos físicos e digitais, resultando que, no presente recorte, o principal aporte bibliográfico incidiu na produção de Libâneo (1992 e 2002).

PALAVRAS-CHAVE: Produção e Difusão do Conhecimento, Estudos Filosóficos Intersemióticos, Letras, Linguística

ABSTRACT: This article is the result of a research project entitled “Que Língua é Esta?” (What kind of language is this?), developed in the Graduate Program in Linguistics at the Federal University of São Carlos. At the same time, this paper also fulfills the requirements for obtaining credits in the subjects of 'Language Course Planning' and 'Academic Production III', and this text is part of the requirements for the approval and continuation of the PhD student in the Program. Aside from this, we can see that, when putting together a Neutral / Inclusive Language Course, the objective to be highlighted is the need to educate the debate that is being built around the subject, a phenomenon that covers both the theoretical framework on the message of an Inclusive / Democratic / Humanized Education, as well as the linguistic postulates of the standard norm of the Portuguese language. The expected result is that the ideas presented here can contribute to the creation of new courses of the same nature. The reason for offering the course in the context of UFSCAR is the fact that several of the HEI's websites, as well as spaces in its physical environment, directly or indirectly refer to the context of contemporary gender issues, such as the linguistic practices in question. Methodologically, this work was carried out by means of a literature review of items in physical and digital collections, with the result that, in the present section, the main bibliographic contribution was the production of Libâneo (1992 e 2002).

KEYWORDS: Production and Dissemination of Knowledge, Intersemiotic Philosophical Studies, Letters, Linguistic

¹ Doutorando em Linguística, pela UFSCAR. Docente, na Universidade do Estado de Minas Gerais – Unidade Frutal. Pesquisa desenvolvida com o apoio da FAPEMIG – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais.

² Docente da Universidade Federal de São Carlos. Coordenador do PPGL – Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFSCAR e Orientador do Projeto.

INTRODUÇÃO

A ideia de ofertar um Curso de Linguagem Neutra, no contexto da Universidade Federal de São Carlos, pode ser duplamente desafiadora. Primeiro, por que seu Planejamento precisaria atender ao preenchimento de critérios burocráticos de aprovação em Disciplinas do Curso Doutoral ora realizado pelo proponente, uma vez que tal intenção se prende às exigências parciais de aprovação previstas em normas do PPGL da UFSCAR.

Num segundo momento, tal Planejamento iria ao encontro dos principais eixos de ebulição dos Parâmetros Curriculares Nacionais (MEC, 1998): transversalidade curricular & educação inclusiva. Portanto, neste subsequente patamar de superações, o desafio consistiria em se reviver, no Ensino Superior, parte das etapas intelectuais que aparentemente já deveriam ter sido vencidas pelos acadêmicos, tais como as premissas fundamentais de todas as áreas do conhecimento (a aquisição e o acatamento da norma culta da Língua, por exemplo), mas que evidentemente ainda requerem focos de atenção cíclicos, tendo em vista que a Língua Portuguesa e o arcabouço de suas Normas, Acordos e Reformas, ao invés de enrijecidas, refletem o provérbio: *o tempora, o mores* (os costumes mudam com os tempos).

Outros ditames linguísticos, pertencentes ao mesmo eixo reflexivo a ser abordado num conjunto de aulas sobre Linguagem Inclusiva, diria respeito aos sujeitos que expressam itens de comunicação que seriam ‘racistas’, formatando um volume lexical designado pelo rótulo de Linguagem (Não)-racista. Seriam racistas, neste sentido, expressões como “Buraco Negro”, e outras, como “Criado-mudo” e “Macumba”, tal como publicadas em livro, reunindo os vocábulos *trending topics* que vagam pela Internet e pelas redes sociais (TOURINHO, 2022), e descritos noutra obra, Nascimento (2019).

Neste sentido, vemos que juntamente com os costumes, transformam-se a sociedade e seus regimentos de conduta, seus parâmetros de formação intelectual e os interesses de uma Nação. Assim, pensando-se na Linguagem Neutra como uma L1 e, por conseguinte, fruto de uma mesma linha evolutiva social e cultural (a exemplo de GARVIA, 2012), ou mesmo tendo-a como uma L2, um Curso desta natureza ainda requereria que o docente refletisse, sim, sobre a transversalidade, sobre a inclusão embutida nos PCNs como premissas, mas, sobretudo, que se pensasse mais detidamente quanto ao fato, de que:

[...] a aula de português deve ter como objeto de ensino o trabalho sobre a linguagem, de forma que a aprendizagem se defina como novas formas de participação no mundo social, possibilitadas tanto a partir da experiência com novas práticas de letramento quanto a partir de novas compreensões das práticas de letramento já conquistadas (Samuel Gomes de Oliveira, 2022. In: FILHO & OTHERO, 2022, p. 185-186).

Logo, temos neste cenário que, de um lado, os pressupostos tidos como relacionados às boas práticas na Educação, nos orientam para o estabelecimento de procedimentos de um modelo de concepção didático-pedagógica em que se promova uma integração das diversidades, acenando-se com este ato, para o horizonte de que a:

A escola [‘ainda!’ ou? – **inserção minha**] continua sendo o caminho para a igualdade e a inclusão social. Não é possível democracia numa sociedade precariamente desenvolvida em termos econômicos, sociais, culturais, sem a escolarização. A escola é a esperança da formação cultural, do progresso, da conquista da dignidade, da emancipação (LIBÂNEO, 2002, p. 26).

E, de outro lado, também vemos que a rotina profissional do Professor eventualmente compete com a presença / ausência de uma ‘boa vontade’ institucional (envolvendo-se nisto os bastidores da Escola, da Família, do Estado *e. g.*) no tocante ao desejo ou à refutação de se implementarem tais práticas. Daí, enfim, desse descompasso entre os perfis e desejos dos diversos atores impulsionadores do processo, surgem divergências legais, sociais, culturais, políticas, teóricas. E, é assim, que mesmo no meio de onde tais demandas se originam (especificamente, as pautas linguísticas), o consenso em torno do que se quer viabilizar parece estar distante de ser atingido (vejamos o atual *status* da sigla LGBTQIAPN2+³, como elemento de ilustração desta nossa afirmação):

Entre inúmeros exemplos de práticas transfeministas e anticistêmicas (considerando a ideia de “cistema” como neologismo alusivo à cisnorma) optou-se por uma citação de Morgan Morgado, bibliotecária não-binária, em sua apresentação do livro “A primavera não-binária: o protagonismo trans não-binária no fazer científico” – uma coletânea de produções científicas, de pessoas não-binárias, publicada no ano de 2021. Essa opção se dá, sobretudo, por descrever de forma simples e até lúdica, essa prática de resistência cotidiana contra o cistema, com a lente de uma vivência não-binária e emprego de Neolinguagem: “A necessidade de afirmar nossa existência como real e válida na sociedade é um esforço gritante de gargantas que estão cansadas de serem silenciadas. (...) Nós, ilustres desconhecidas, que povoamos este mundo de diversas formas,

³ Esta é a versão mais recente (2024) de uma sigla, a partir da qual se tem identificado os integrantes da comunidade homossexual, contexto social este donde se originam iniciativas linguísticas como o Pajubá (LIMA, 2017) e a Linguagem Neutra (BERTUCCI & ZANELLA, 2015). A sigla nasceu por meio do designativo genérico de nomeação dos “gays”, mas que, com o tempo, incorporou ideias como a da representação visual das bandeiras *genderqueer* e dos sujeitos não-binários, associando-se ou não, a tudo isso, as cores do arco-íris. Ganhou, também, a representação gráfica de três letras, a sigla GLS (Gays, Lésbicas e Simpatizantes), adicionando-se ao contexto, novos símbolos e a formulação de uma ‘linguagem neutra / inclusiva’, até que consultas recentes ao Google sobre a evolução da sigla, que começou com três letras, já assumia a presente conformação gráfica, abrangendo todo o público de Lésbicas, Gays, Bi, Trans, Queer/Questionando, Intersexo, Assexuais/Arromânticas/Agênero, Pan/Poli, Não-binárias e outros mais.

formatos, mantemos a bandeira NB (enby ou não-binária) levantada e pronta para ser chacoalhada para sinalizar um porto seguro para muitas pessoas como nós (...) para vivermos em paz e com saúde mental e física de enfrentar este mundo, sem tantas complicações que nos sufocam lentamente” (MORGADO, 2021, p. 14-15, *Apud* BREVILHERI, 2022, p. 02).

É a partir desta derivação contínua de novos ‘integrantes’, inseridos ou retirados do rol de abrangência da sigla, por exemplo, que culturalmente, nas Redes Sociais se alimentam o (em)debate entre grupos LGBT entre si, e destes, por sua vez, com pessoas, grupos ou instituições da sociedade (há confrontos registrados entre este ideário no meio religioso, no judiciário, no cenário político, na Escola, nas famílias, nas instituições de Estado) (ver IBIRITÉ, 2024).

Tudo isto, convém frisar, se institui no mundo digital, do mesmo modo que acontece no mundo físico. Ou seja, tanto no mundo real quanto no virtual, nos parece que, sem o auxílio científico, o dilema linguístico a passar pelo crivo de um Planejamento de Aulas formais, tende a se restringir a uma espécie de debate realizado numa ‘cracolândia cibernética’, produzindo resultados tão válidos quanto aqueles que restariam das discussões empreendidas numa mesa de boteco durante um bebedeira.

Isto tanto é assim que, muitas vezes, as *Big Techs*, suas Plataformas de *Streaming* e seus usuários (RASTA NEWS 2024 & PENIN, 2024), produzem e veicular conteúdos que pouco iluminam o tema, transformando esta e outras temáticas e seus atores em alvos de controvérsias e de polémicas, evaziando a arena reflexiva que poderia se formar em torno de assuntos social, cultural e politicamente relevantes.

Por isso, no momento de pensarmos em oferecer um Curso ou mesmo uma Disciplina de Graduação ou de Pós-Graduação, versando sobre Linguagem Neutra, não só é preciso levarmos em conta que “[...] todas as línguas se movem no fluxo de sua própria correnteza, em uma deriva que acaba por afastá-las da norma” (Edward Sapir. *Language*, p. 150, 1949. *Apud* FIORIN, 2023, p. 158), como também se faz necessária ao leitor, além, é claro, do ‘desabafo’ recuperado de Morgado (2021: *In*: BREVILHERI, 2022, p. 02, acima), uma breve digressão exemplar do fenômeno linguístico em pauta a ser discutido nas aulas.

Digressão metalinguística de certa práxis de linguagem

Convém lembrar que, para o Planejamento de um Curso de Linguagem Neutra, em certa medida, até se poderia considerar a Linguagem Inclusiva (vide trechos a seguir desta digressão metalinguística) como uma L2, face à normatividade prevalente da variante de prestígio da Língua Portuguesa (naturalmente vista, neste caso, como L1).

Logo, sabemos que: “Ao ver da teoria da variação, a distribuição do padrão de uso das variantes de uma variável, em uma determinada comunidade de fala, depende de fatores sociais, como gênero do falante, seu nível de escolaridade, sua faixa etária, sua origem étnica e a classe socioeconômica a que pertence” (William Croft. *Explaining language change*, 2000, p. 54. *Apud FIORIN*, 2023, p. 146).

E, é assim, então, que o sintoma linguístico antes aludido, isto é, que Elu, o vocabulário utilizadxs na denominada Linguagem Neutra, Linguagem de Gênero ou Linguagem Inclusiv@, vem sendo morfologicamente formatada como uma variante linguística, basicamente a partir de 4⁴ (quatro) arcabouces, tão complexos quanto dinâmicos e adaptativos (VIOTTI, 2023, p. 157): a) **o sistema El**; b) **o sistema Elu**; c) **o sistema Ile**; e, d) **o sistema Ilu**.

Embora @ empregue de quaisquer destas variantes nos pareça ‘empático@’, tal prática linguística, não apenas é ‘questionada’ por certa parcela da sociedade, em sua validade como suporte de comunicação, mas, também, se tornou objeto de nosso interesse, quando Professor@s a utilizaram (vide tópico ‘**Da coleta de dados**’) e, quando vista sob esse prisma, pergunto: “Isto se configuraria como um desservice prestado à Educação ou um exercício de cidadania?”, uma vez que feito por educadorxs, polítiques, inscrito em livres didáques e verbalizado por demais agentes públicos que a tais expressões recorrem (ver BREVILHERI, 2022).

Nesta seara, @ da Linguagem Neutra, alguns dão como certa a ideia de que idade, etnia e gênero são questões socialmente definidas. Outros ventilam a mensagem das ‘novas práticas de letramento’, como se fossem de mesma índole que a de ‘novos letramentos colocados em uso’. Todes, nisso, advogam o uso nestas novas práticas comunais, d@s nov@s itens de vocabulário aqui dispostes, no que mais confundem do que ajudam n’o debate sobre @ tema, municinando a contradição (RAJAGOPALAN, 2000).

El desvio intencional da Norme Padrão da Língua, se coloca na contramão de ilus, isto é, dos Diplomas Legais que regulam a Língua Portuguesa, reconfigurando o Português para uma espécie transitória de ‘portunhol’. Assim se desvirtua, e. g., @ CF / 88, que, em seu Art. 13, informa que: “A Língua Portuguesa é o idioma oficial da República Federativa do Brasil”, bem como, @ Decreto 6.583/29/09/2008, ile que adotou @ atual Norma Ortográfica, tendo como signatárias, não só o Brasil, mas todes os Países da PALOP e da CPLP (‘Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa’; e, ‘Comunidade de Países de Língua Portuguesa’). Logo, se tais Leis não bastam para balizar a linguagem, é urgente retornar à sala de aula, a fim de verificarmos “Que Língua é Esta?”, afinal, e, se preciso, planejarmos um Curso sobre ela, revisando a Língua em

⁴ 4 Este é um dos símbolos para a designação intergêneros, utilizado aqui no lugar do ‘0’. Porém, este, junto a outros elementos gráficos ou linguísticos, como o símbolo @ e a letra ‘x’, aparecem na Linguagem Neutra como ‘alternativa’ para a marcação de gênero linguístico diverso que o binário masculino / feminino.

regime de reflexivo, municiando os futuros titulares da docência linguística com os principais tópicos de sua práxis.

Outr@ caminhe mais tortuoso que il 'desvio intencional da Norma' da Língua, pode ser tutelado, pelo Art. 319, de Código Penal Brasileiro, visto que em tal Lei, se estipul@ como agente ativ@ de tipo positivo, e Funcionári@ Público (Docentes Concursados e membr@s de todos ilus, @s cargos públicos dos governos municipais, estaduais e federais).

E, ainda, devemos de nos lembrar, d@ quase desconhecido ISO 639-1, @ qual trate dos Códigos para a representação de nomes de idiomas (ver ISO 639, 2024), observando, desde 1967, tod@s os padrões da Língua Portuguesa utilizada, dentre outros sítios de produção de conteúdos de comunicação, aqueles típicos da Informática etc.

Ou seja, @s Alunos, a sociedade em geral, querendo, até poderiam utilizar qualquer linguagem informal (a Neutra, @ Klingon, @ Esperanto, @ Internetês, ꞑ Bajubá etc.), porém, quem não deveria, e nem poderia, seriam os Professor@s, ilus, funcionáries públicas, por que, tal contingente, por força de coerência de cátedra e ou regime funcional, deveriam difundir somente o que é tido como correto, e não se ocuparem em associar a violação de Normas a argumentxs metafóricos, ainda que geniais, falseando @ a frase de Sapir, acima. O que não se debate, nesse ínterim, é que, com tais evocações, pulam-se fases de estudos não feitos, de aulas não dadas, impondo-se sintomas linguísticos sincrônicos, que podem ser temporários, às diacronias consolidadas, como se aqueles viessem de postulados já incontestáveis.

1.1 Da coleta de dados

Para a realização de um Curso desta natureza, foi necessário que tivéssemos alguns dados, os quais sobrevieram por meio de uma coleta de dados mínima, a qual se deu entre os anos 2016-2024, oriunda de vários contextos.

O marco zero, contudo, se deu em 06/09/2016 (*print* abaixo), momento em que passei a recolher, em meio aos comunicados institucionais circulantes em minha Unidade Acadêmica de lotação funcional – UEMG / Frutal (Universidade do Estado de Minas Gerais), textos de *e-mails* e outros formatos que traziam expressões adotando caracteres desta variante na Língua Portuguesa brasileira.

Nota-se, como valor relevante para formulação de uma proposta de Curso, que isto, a coleta de dados assim feita, viabilizou a anulação do efeito metodológico do 'paradoxo do observador', visto que os emitentes das mensagens, dos avisos, dos enunciados recolhidos, desconheciam a coleta que eu realizava (MENDES, 2020 & 2023), imprimindo às amostras, um viés de genuidade, de espontaneidade bastante próximos daquilo que, de fato, acontece em ambientes não controlados de interação social e comunicativa.

E, foi assim, que, a partir de 2016, reservamos a primeira amostra linguística:

----- Mensagem encaminhada -----
De: **Biblioteca Frutal** <biblioteca.frutal@uemg.br>
Data: 5 de setembro de 2016 15:11
Assunto: Re: Visita do Conselho - Sistemas de Informação
Para: Departamento Ciências Exatas e da Terra <dcetuemg@gmail.com>, "administrativo@uemgfrutal.org.br" <administrativo@uemgfrutal.org.br>, UEMG Frutal <comunicacaouemgfrutal@gmail.com>, "secretariauemg@hotmail.com" <secretariauemg@hotmail.com>, "pesquisa.extensao.frutal@gmail.com" <pesquisa.extensao.frutal@gmail.com>
Cc: Diretoria Frutal <diretoria.frutal@uemg.br>

Prezadxs,

(Este é o Marco 'Zero' das amostras: 05/09/2016)

Ao longo do tempo, outros exemplares de comunicação inclusiva foram sendo incorporados ao *corpus* do Projeto "Que Língua é Esta?", tais como o comunicado abaixo (o nome de seu emissor / compartilhador foi oculto pela tarja amarela):



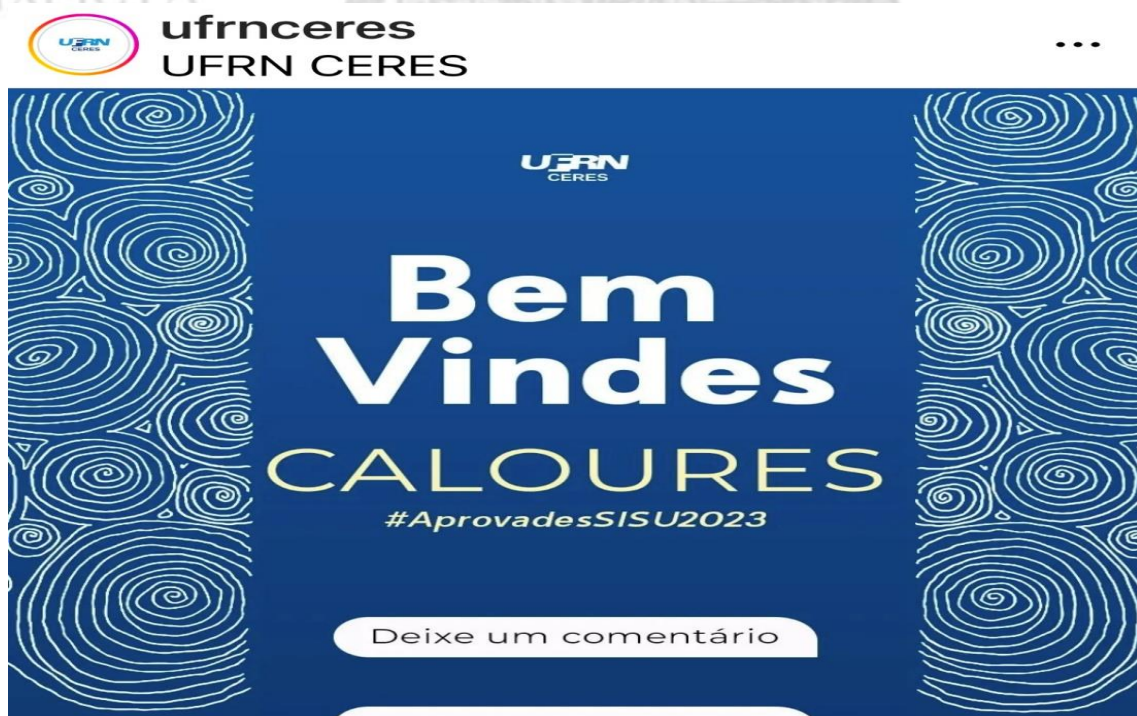
(Chamada para Assembleia Docente: 24/05/2024)

Desde a primeira evidência (2016) e a mais recente (oriundas da UFSCAR, em 2024), somam-se perto de 100 (cem) casos desta natureza em nosso *corpus*. Um detalhe: os itens coletados são predominantemente protagonizados por órgãos de Governo, por Docentes ou setores administrativos das Universidades. Tais amostras foram veiculadas por *e-mails* institucionais, comunicados, avisos públicos, por meio de *chat* de reuniões virtuais, como as que acontecem na “Plataforma TEAMS”, ou impressas em *sites*, como vemos a seguir, na frase “¡Gracias a todxs por su ayuda!”:



(Página acessível a partir do *site* principal da UFSCAR)

A Universidade Federal do Rio Grande do Norte, também veiculou informativo aos acadêmicos, empregando este formato linguístico, em 2023:



Órgãos e integrantes de Governo, tais como a Agência Brasil de Comunicação, também passaram a empregar elementos de neolinguagem (ver também, outras ocorrências, em MARTINS, 2023). No texto abaixo, lemos ‘Parlamentares eleites reúnem-se pela primeira vez em Brasília’:



Até mesmo o Museu da Língua Portuguesa, em 2021, aderiu à neolinguagem, em alguns de seus comunicados, via Twitter (Big Tech que, depois, foi tornada ‘X’), empregando, junto da ideia de ‘Inclusão’, a mensagem linguística do ‘todas, todas e todes os falantes’:



Este pequeno elenco de amostras, recolhidas prioritariamente em meio ao ambiente universitário, é o que, ao longo do tempo foi nos permitindo, não apenas a propor um Projeto de Pesquisa em nível doutoral junto à UFSCAR, como também pode nos sugerir a necessidade de tratarmos pedagogicamente do assunto, imprimindo-lhes um formato de Curso, orientado por aulas, instituindo-se, ao lado daquela aludida ‘cracolândia digital’, daquele ‘boteco virtual’, uma prática reflexiva, fundamentada, cujos resultados poderão ajudar no preenchimento do vazio que se alimenta de uma metalinguagem autofágica.

Do Curso: reflexões preliminares sobre seu planejamento

Feitas as apresentações iniciais sobre o escopo social, histórico, político e institucional dentro ao qual um Curso de Linguagem Neutra poderia se inserir, partimos, neste momento, para tecer as considerações reflexivas norteadoras do processo e do reconhecimento dos agentes como um todo.

Neste sentido, questão central no compreender os humanos de onde nosso formulação de um Curso precisaria aliar aos seus elementos técnicos e tais estes, constituintes componente curricular se



pode-se afirmar, que será Planejamento de nosso Curso, diferentes contextos culturais e público se origina, visto que a como o nosso, necessariamente princípios didáticos, os teóricos disponíveis, insumos da comunidade alvo à qual tal destinaria. Assim, temos que:

Definindo-se como mediação escolar dos objetivos e conteúdos do ensino, a Didática investiga as condições e formas que vigoram no ensino e, ao mesmo tempo, os fatores reais (sociais, políticos, culturais, psicossociais) condicionantes das relações entre a docência e a aprendizagem. Ou seja, destacando a instrução e o ensino como elementos primordiais do processo pedagógico escolar, traduz objetivos sociais e políticos em objetivos de ensino, seleciona e organiza os conteúdos e métodos e, ao estabelecer as conexões entre ensino e aprendizagem, indica princípios e diretrizes que irão regular a ação didática (LIBÂNEO, 1992, p. 52).

Como o objetivo a ser atingido neste momento da escrita é o da reflexão sobre os ditames norteadores do Ensino e Aprendizagem de uma L1 / L2, e de certa prática docente em torno de suas prerrogativas profissionais na construção do Planejamento de conteúdos, é interessante associar esta premissa de interação sociocultural aludida por Libâneo, acima disposta, ao que nos apresenta a Matriz de Referência do ENEM (MEC, 2024), no capítulo em que se apresentam os eixos cognitivos comuns a todas as áreas do conhecimento.

Particularmente sobre a questão da linguagem, diz-se na Matriz, que o estudante deverá: “I. Dominar linguagens (DL): dominar a norma culta da Língua

Portuguesa e fazer uso das linguagens matemática, artística e científica e das línguas espanhola e inglesa”.

Esta leitura e a reflexão sobre o que se nela se diz, é fundamental para o conceito de Planejamento que se quer adotar aqui, tendo em vista que o público-alvo de nossa proposta, o univesitário, em última análise, é quase sempre oriundo do sistema regular de ensino e, via de regra, passou pelos exames do ENEM, sendo sujeito, portanto, replicador de uma conjuntura que, se não criada por ele, é por meio dele que invariavelmente se reproduz, se perpetua e se solidifica em meio aos vários contextos com os quais tais indivíduos interagem.

Logo, lendo e pensando sobre este pressuposto, nos parece que o legislador educacional misturou na construção da hipótese didática pretendida para o ENEM, o escopo do que seria próprio dos idiomas (elementos notacionais e gráficos, tais como símbolos escritos e fórmulas sintagmáticas do português), aproximando-os dos substratos históricos, conceituais, psicossocio-culturais mais afeitos às Artes. Neste ponto, tal emaranhamento não é exatamente nocivo.

Entretanto, ao longo do Planejamento, pensamos que talvez isto se torne prejudicial, quando, ao juntarmos aos Idiomas e às Artes, os ditames da Matemática e da Ciência, sem algum tipo de filtro. Isto é, fazendo isto indiscriminadamente, estarei acatando piamente o princípio de que todas estas disciplinas (Matemática, Ciência, Artes) podem ser reduzidas ao campo de domínio do que se entende como linguagem.

Indo além, vemos que a linguagem é um fato social (SAUSSURE, 2006) e, logo, Inglês, Francês, Português, Alemão, Dança, Pintura, Matemática, ABNT, a terminologia e o linguajar científico, tais como o uso do Latim e as regras da ABNT, segundo o que vemos na Matriz, são Disciplinas tomadas em conjunto, como se fosse possível reduzi-las todas aos ditames previstos para o rol de uma só esfera de compreensão: a da linguagem (vista como fato social).

E, caso esta junção de paradigmas aparentemente semelhantes, porém pedagogicamente distantes, vier a ocorrer, poderemos recorrer a um tipo de solução, apontada por Rosenfeld (2023):

Aliado a este fato, acreditamos fortemente no ensino centrado na ação do aluno e na solução de problemas. Diante de tais pressupostos, um planejamento norteado pelo paradigma da abordagem estar junto-virtual nos parece bastante adequado para a construção de conhecimentos em contexto de formação de professores. Estes, com seus inúmeros afazeres, podem interagir com colegas, construir novos conhecimentos, independentemente do local e tempo em que se encontram, por meio de interações assíncronas em um ambiente virtual de curso, de problematizações e de engajamento em tarefas de forma colaborativa (ROZENFELD, 2023, p. 292).

E, se isto assim decomposto, ao olhar do leitor pode não figurar necessariamente como um problema, a compilação de tudo isto num mesmo escopo pode impor ao docente, durante o Planejamento de Curso, uma dificuldade adicional àquelas duas primeiras já mencionadas no começo deste nosso *paper*.

CONCLUSÕES

Durante o período de coleta (2016-2024), não temos discentes utilizando tais variantes da Língua, nem gírias, socioletos, idioletos ou 'Internetês, e. g (BESSA, 2019). As ocorrências discentes (nos *e-mails* institucionais e nos comunicados formais das Universidades) foram 'zeradas', mesmo durante a Pandemia de COVID-19, momento de intensa troca de mensagens digitais, envolvendo Alunos, Professores e a Administração universitária, contexto em que se aumentaria naturalmente a chance de isso acontecer, visto que:

Os jovens com menos de 20 anos, principalmente aqueles frequentadores assíduos das salas de bate-papos, acabaram "aperfeiçoando" a língua, simplificando a grafia, criando símbolos e neologismos e aplicando a liberdade da fala à escrita. Eles passaram a se comunicar primordialmente através dessa linguagem virtual e dinâmica. Contudo, o que parecia uma brincadeira de criança começou a preocupar alguns professores da língua portuguesa, pois as conversas pela rede utilizam uma linguagem muito distante da chamada norma culta (BESSA, 2019, p. 02).

Convém frisar, que ao forcarmos a eventualidade de oferta das Aulas no público universitário (em estágio de formação pré-serviço docente), consideramos no Planejamento de Curso, o fato de que é de contextos estudantis, mas não só dele, que surgem a Norma e a transgressão dela (POERNER, 2004). É deles, também, que nascem expressões como Gramática, Semântica, Sintaxe, Linguagem Poética, Linguística, Sociolinguística, Análise do Discurso, Jogos de Linguagem, Gírias, Internetês e Conlangs (do inglês: 'Constructed Languages').

E, de modo semelhante ao que lemos no relato de experiência publicado por Tocaia (2024), embora voltado ao ensino do idioma Francês como L2, o que ele apresenta nos serve como aporte balizador e como conselho, em função daquilo que nos espera durante o Planejamento e eventual execução do Curso:

[...] as capacidades linguístico-discursivas desenvolvem-se pelo domínio, da parte do produtor do texto ou do leitor, de operações psicolinguísticas e de unidades linguísticas, não só mediante categorias sintáticas, fonéticas ou morfológicas, mas também por meio de posicionamentos enunciativos do autor do texto, gerenciamento de vozes, modalizações, operações de

textualização, construção de enunciados e escolha de itens lexicais (TOCAIA, 2024, p. 06).

É da sociedade, também, que se originam a ABL (Academia Brasileira de Letras), e expedientes normativos como o Decreto 6.583/2008, que institui o Novo Acordo Ortográfico vigente e, até mesmo, o Padrão ISO 639 / 1998, que preserva os códigos de linguagens naturais, como a Língua Portuguesa, ou a das Línguas Artificiais, como um HTML ou o Esperanto, donde se viabiliza chegarmos tanto aos ditames de um Pajubá (LIMA, 2017), quanto aos da 'ASCII' (Código Padrão Americano para o Intercâmbio de Informação – 'American Standard Code for Information Interchange', EUA, 1963). Por isso, não fica muito difícil de se compreender, de onde se originariam todas aquelas amostras dadas a conhecer em nossa **Coleta de Dados**.

É, também, por meio da preservação / transformação sociocultural, que linguagens alternativas às nacionais são introduzidas na sociedade (FIORIN, 2023, p. 09). Assim se dá com o 'Internetês', criado e difundido via suportes tecnológicos de comunicação. A questão que se interpõe diante de nosso Planejamento de Curso, acentua o viés de desafio a ser vencido nesta proposta, uma vez que o público-alvo do Curso, é nascido em berçário tecnológico. Logo:

A virtualidade, como sabemos, é o mundo da imagem, da representação técnica do real. Do ponto de vista pedagógico, a questão é saber qual o papel das imagens na formação intelectual, no desenvolvimento do pensamento, como ajudam na conquista do conhecimento, como pode contribuir para a formação de sujeitos pensantes (LIBÂNEO, 2002, p. 28).

Isso (a 'negação', 'o espanto pela novidade', 'a adesão') também já aconteceu com o 'Esperanto' (Língua criada em 1887, pelo médico Lejzar Ludwik Zamenhof), ou, com o inusitado 'Klingon' (Língua Artística, criada pelo linguista Marc Okrand, para os filmes da série americana de televisão, Star Trek, 1966) etc. Já, esta ideia 'Não-binária' mais recente, alvo de nossos Planos de Aula, é vertente que se notabilizou, vinculada às causas LGBTQIAPN2+ (BERTUCCI & ZANELLA, 2015), tal qual já se deu com o Pajubá, na década de 1970 (LIMA, 2021). Vimos, ao longo do texto (sobretudo, por meio do entrecruzamento das **Referências** dadas ao leitor), que ambas as linguagens (a Neutra, o Pajubá), enfrentam barreiras tanto dentro quanto fora do segmento de seus postulantes.

A proposta Neutra, Inclusiva, ou Não-Binária, desaloja a sociedade de seu repouso, desafiando-a não só a compreender os motes, mas designando-lhe a missão de rever regramentos linguísticos históricos, e até os multilateralmente pactuados, a fim de se acrescentarem ou não, ao léxico, certo vocabulário encoberto ao tido como padrão, modificando o *status* de prestígio do que ainda é uma 'gíria', um 'socioleto', 'um jogo de linguagem' talvez (WITTGENSTEIN, 2017), e que inegavelmente transita pelos cenários sociais, universitários, de governo, como um dos modos de *empowerment*, por meio dos quais, as novas gerações se expressam, buscando ocupar seu lugar na história e no mundo.

REFERÊNCIAS

BERTUCCI, Pri & ZANELLA, Andrea. Manifesto ILE Para uma comunicação radicalmente inclusiva – Lançado em 2015. Reprint in: SKYYVODKA, 2017. Disponível em: <http://www.skyyvodka.com.br/#/artigo&manifesto-ile-para-uma-comunicacao-radicalmente-inclusiva>. Acesso em: 02/04/2021, às 12h05min.

BREVILHERI, Úrsula Boreal Lopes; LANZA, Fábio; SARTORELLI, May Romeiro. Neolanguage and “neutral language”: inclusive potentialities and/or conservative reactions / Neolinguagem e “linguagem neutra”: potencialidades inclusivas e/ou reações conservadoras. *Research, Society and Development*, [S. l.], v. 11, n. 11, p. e523111133741, 2022. DOI: 10.33448/rsd-v11i11.33741. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/33741>. Acesso em: 27/08/2024, às 21h41min.

FILHO, Fábio Ramos Barbosa & OTHERO, Gabriel de Ávila. *Linguagem neutra – língua e gênero em debate*. São Paulo: Parábola, 2022.

FIORIN, J. L. (org.). *Linguística? Que é isso?* São Paulo: Contexto, 2023.

GARVIA, Roberto. A batalha das línguas artificiais (volapük, o primeiro ator). Dossiê – Sociologia e História. *Tempo soc.* 24 (2), novembro de 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/ijts/a/bNqM4pds6LkW9yP6GVbzJGK/?lang=pt>. Acesso em: 27/08/2024, às 21h44min.

GIMENEZ, Telma & RAMOS, Samantha Gonçalves Mancini. Planejamento de Curso online como atividade de estágio curricular na área de inglês. *Periódicos UFSC: Ilha do Desterro*, Florianópolis nº 66, p. 101-131, jan/jun de 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/desterro/article/view/2175-8026.2014n66p101/27382>. Acesso em 27/08/2024, às 19h55min.

IBIRITÉ. Câmara Municipal de Ibirité. Lei Ordinária Nº 2342, de 30 de Agosto de 2022. PROÍBE ÀS INSTITUIÇÕES FORMAIS PÚBLICAS E PRIVADAS DE ENSINO, A APLICAÇÃO E O ENSINO, AINDA QUE EVENTUAL, DA DENOMINADA "LINGUAGEM NEUTRA" OU "DIALETO NÃO BINÁRIO" NO MUNICÍPIO DE IBIRITÉ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Disponível em: <https://www.camaraibirite.mg.gov.br/documento/lei-ordinaria-no-2342-de-30-de-agosto-de-2022-4602>. Obs.: Esta Lei foi derrubada pelo STF (Min. Moraes, em 20/05/2024).

IFB – Instituto Federal de Brasília / Campus Recanto das Emas. PLANO DE CURSO FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA – FIC DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL: Preparatório para Processos Seletivos de Ensino Superior (VESTIBULAR e ENEM). Disponível em: <https://www.ifb.edu.br/attachments/article/19031/Plano%20de%20curso%20-%20FIC%20ENEM.pdf>. Acesso em: 27/08/2024, às 20h16min.

ISO 639. Códigos para Representação de Nomes de Idiomas, 2024. Disponível em vários links: http://www.infoterm.info/standardization/iso_639_1_2002.php. Neste: <https://localizely.com/iso-639-1-list/>. Ou, também: http://www.infoterm.info/searchresults.php?we_lv_search_searchterm=639-1&we_from_search_searchterm=1. E, ainda: https://www.infoterm.info.translate.goog/standardization/iso_639_1_2002.php?x_tr_sch=http&x_tr_sl=en&x_tr_tl=pt&x_tr hl=pt-BR&x_tr_pto=sc. Juntar com: https://www-loc-gov.translate.goog/standards/iso639-2/php/code_list.php?x_tr_sl=en&x_tr_tl=pt&x_tr hl=pt-BR&x_tr_pto=sc. Acessos em: 27/01/2024, às 16h45min.

LIBÂNEO, José Carlos. *DIDÁTICA* – teoria da instrução e do ensino. São Paulo: Cortez, 1992, p. 51-74.

LIBÂNEO, José Carlos. *DIDÁTICA* – velhos e novos temas. Edição do Autor, 2002. Disponível em: https://praxistecnologica.wordpress.com/wp-content/uploads/2014/08/libaneo_didatica_ed_do_autor.pdf. Acesso em: 27/08/2024, às 20h24min.

LIMA, Carlos Henrique Lucas. *Linguagens Pajubeyras: re(ex)sistência cultural e subversão da heteronormatividade*. Livro oriundo de Tese, defendida em 2016, na UFBA – https://agenda.ufba.br/?tribe_events=linguagens-pajubeyras-reexistencia-cultural-e-subversao-da-heteronormatividade. Editora Devires: Bahia, 2017 / Amazon Books, 2021.

MARTINS, Victória. *Ministros do governo lula utilizam linguagem neutra em seus discursos de posse*. R7 Notícias, Portal Lorena, 06/01/2023. Disponível em: <https://lorena.r7.com/post/Ministros-do-governo-Lula-utilizam-linguagem-neutra-em-seus-discursos-de-posse>. Acesso em: 23/05/2023, às 21h7min.

MEC – Ministério da Educação / Secretaria de Educação. *Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Fundamental*. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/introducao.pdf>. Acesso em: 28/08/2024, às 00h06min.

MEC – Ministério da Educação / INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. *MATRIZ DE REFERÊNCIA ENEM*. Disponível em: https://download.inep.gov.br/download/enem/matriz_referencia.pdf. Acesso em: 27/08/2024, às 20h19min.

MENDES, Ronald Beline. *Percepções de masculinidade e feminilidade associadas à concordância nominal de número*. In: Danniell Carvalho; Dorothy Brito (Org.). *Gênero e Língua(gem): Formas e Usos*. 1ª ed., Salvador: EDUFBA, 2020, p. 67-93.

MENDES, Ronald Beline. *Língua e variação*. In: FIORIN, J. L. (org.). *Linguística? Que é isso?* São Paulo: Contexto, 2023, p. 111-135.

NASCIMENTO, Gabriel. *Racismo linguístico – os subterrâneos da linguagem e do racismo*. Belo Horizonte: Letramento, 2019.

PENIN, Daniel. *Choquei – lacrando vidas*. Disponível em: <https://youtu.be/FC1jngBKLKl>. Acesso em 04/01/2024, às 21h.

POERNER, Arthur José. *O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros*. Rio de Janeiro: Booklink, 2004.

RAJAGOPALAN, K. *Sobre o porquê de tanto ódio contra a linguagem “politicamente correta”*. In: F. Silva & H. Moura (Orgs.). *O direito à fala: a questão do preconceito linguístico*. Florianópolis: INSULAR, 2000.

RASTA NEWS. *Novílingua*. YOUTUBE, 2024. Disponível em: <https://youtu.be/LojCFNr8MXM>. Acesso em: 27/08/2024, às 22h41min.

ROZENFELD, Cibele Cecílio de Faria. Planejamento de cursos online para professores de alemão: parâmetros em Mapa Conceitual. *Pandaemonium*, 16 (22), dezembro de 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pg/a/bn36LBVMxv8CmyZpwCgBmwk/?lang=pt>. Acesso em: 27/08/2024, às 20h11min.

SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de Linguística Geral*. São Paulo: Cultrix, 2006.

TOCAIA, Luciano Magnoni. Planejamento e elaboração de atividades didáticas para o ensino de francês em um ambiente virtual de aprendizagem: ensino de gêneros textuais e desenvolvimento de capacidades de linguagem. *Periódicos UFMG: Texto Livre*, Belo Horizonte, v. 17, e51248, p. 01-14, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/textolivre/article/view/51248/43932>. Acesso em 27/08/2024, às 20h01min.

TOURINHO, Francis Solange Vieira. *Tire o racismo do vocabulário – glossário de palavras racistas e suas substituições*. Florianópolis: LABTESP, 2022. Disponível em: <https://pedagogia.paginas.ufsc.br/files/2022/11/glossa%CC%81rio-palavras-racistas-Livreto.pdf>. Acesso em 03/12/2023, às 16h01min.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *O livro azul (1933-34)*. Campinas: Edições 70, 2017.